Índice Remissivo

IBDFAM
Instituto Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões

REVISTA IBDFAM – FAMÍLIAS E SUCESSÕES

EDIÇÃO 00 NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2013

1. ALIMENTOS COMPENSATÓRIOS E DIVISÃO DOS FRUTOS E RENDIMENTOS DOS BENS COMUNS: NÃO DÁ PARA CONFUNDIR!

MARIA BERENICE DIAS
Advogada. Vice-Presidenta Nacional do IBDFAM. Presidenta da Comissão da Diversidade Sexual da OAB. Ex-Desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Processo Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

FELIPE MATTE RUSSOMANNO
Advogado. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Especialista em Direito de Família e Sucessões pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

2. A INTERDISCIPLINARIDADE E O CONTEÚDO DOS LAUDOS: INSTRUMENTOS PARA A GARANTIA DA PROTEÇÃO DA CRIANÇA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL

MARIA REGINA FAY DE AZAMBUJA
Procuradora de Justiça, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões, Especialista em Violência Doméstica pela USP; Mestre em Direito pela UNISINOS; Doutora em Serviço Social pela PUCRS, Professora de Direito de Família e Direito da Criança e do Adolescente na Faculdade de Direito da PUCRS; Professora convidada da UNAMA; voluntária no Programa de Proteção à Criança do Hospital de Clínicas de Porto Alegre; sócia do IBDFAM, IARGS, SORBI e ABMCJ.

3. A INTERVENÇÃO DO IBDFAM COMO AMICUS CURIAE: ATUAÇÃO EM DEFESA DA AFETIVIDADE COMO CERNE DE TODAS AS FAMÍLIAS

LUIZA HELENA LELLIS ANDRADE DE SÁ SODERO TOLEDO
Professora de Direito das Famílias e Direito Processual Civil dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito do Centro UNISAL, Lorena/SP (desde 2005). Ex-professora do curso de graduação em Direito da Universidade Braz Cubas, Mogi das Cruzes/SP (2009-2012). Mestre em Direitos Sociais e Cidadania, com ênfase em Minorias (2008). Pós-graduada em Direito Público (2005). Advogada com escritório em São José dos Campos/SP. Membro do IBDFam.

FERNANDA DE CARVALHO LAGE
Advogada. Professora universitária no Centro UNISAL, Lorena/SP. Graduada em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL) - U.E. Lorena (2008-2012). Mestranda em Direitos Sociais, Econômicos e Culturais pelo Centro UNISAL – Lorena(2013-2014).

4. OS MEUS, OS SEUS E OS NOSSOS: AS FAMÍLIAS MOSAICO E SEUS EFEITOS JURÍDICOS

MARIA GORETH MACEDO VALADARES
Doutora e Mestre em Direito Privado pela PUC Minas. Escreveu sua dissertação de mestrado sobre Famílias Reconstituídas e sua tese de doutorado sobre Multiparentalidade. É também especialista em Direito Civil pelo Instituto de Educação Continuada da PUC Minas. Formou- se em Direito pela Faculdade Milton Campos em julho de 2003. É professora da PUC Minas desde 02/2006 e do IBMEC desde 08/2015. Em 2005 ganhou o prêmio Caio Mário, por seu artigo ter sido escolhido entre os dez melhores, tendo sido publicado em um livro da Editora Forense. Em dezembro de 2015 foi a professora mais bem avaliada do IBMEC. Tem artigos publicados sobre temas relacionados à área de atuação.

5. O ABUSO DO DIREITO NAS RELAÇÕES EXISTENCIAIS FAMILIARES

VICTOR MACEDO DOS SANTOS
Advogado. Mestrando em Ciências Jurídicas (Menção em Direito Civil) pela Universidade de Lisboa. Mestrando em Ciências Jurídicas Sociais pela Universidade Nova de Lisboa. Membro da Associação Portuguesa de Direito Intelectual (APDI). Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM).

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

DIGNIDADE HUMANA E SUCESSÃO DO COMPANHEIRO. CONEXÃO NECESSÁRIA PARA O GRITO EM APELO À MUDANÇA LEGISLATIVA

PATRÍCIA KARINNE DE DEUS CIRÍACO
Aborda a dignidade humana e sucessão do companheiro entrelaçando pelo mundo. Advogada, OAB-Ce. Mestranda em Ciências Jurídicas (Menção em Direito Constitucional) pela Universidade de Coimbra, Portugal. Pós- graduanda em Direito de Família e Sucessões pela Faculdade de Direito Damásio de Jesus- SP. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM).

- **RESENHA BIBLIOGRÁFICA, EDUARDO PONTE BRANDÃO ANALISA O LIVRO " A ANGÚSTIA DAS CRIANÇAS DIANTE DOS DESENLACES PARENTAIS", DE LENITA PACHECO.**

Psicanalista, Psicólogo do TJ/RJ, Doutor em Teoria Psicanalítica/UFRJ, Mestre em Psicologia Clínica/ PUC-Rio, Professor de pós-graduação lato sensu em Psicologia Jurídica/ IAVM- UCAM, Professor de graduação em Psicologia e supervisor clínico do SPA da Universidade IBMR-Laureate.

- **TESE MESTRADO**

O PANORAMA DAS UNIÕES HOMOAFETIVAS NO BRASIL, EM PORTUGAL E NO MUNDO, TRAÇANDO A EVOLUÇÃO HISTÓRICA E JURÍDICA DO TEMA, ALÉM DE UMA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS PELOS QUAIS A UNIÃO HOMOAFETIVA DEVE SER LEGALMENTE RECONHECIDA.

MARIANNA CHAVES
Pós-Graduada em Filiação, Adoção e Proteção de Menores pela Universidade de Lisboa; Pós-Graduada em Direito da Bioética e da Medicina pela Associação Portuguesa da Direito Intelectual e Universidade de Lisboa; Pós-Graduada em Proteção de Menores pela Universidade de Coimbra; Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade de Lisboa; Doutoranda em Direito Civil pela Universidade de Coimbra; Diretora de Relações Internacionais do IBDFAM - PB; Vice-Presidente da Comissão de Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo da OAB-PB; Membro-consultor da Comissão Especial de Diversidade Sexual do Conselho Federal da OAB; Consultora Jurídica.

EDIÇÃO 01 JANEIRO/FEVEREIRO DE 2014

1. PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

ROLF MADALENO
Advogado e Professor de Direito de Família na Graduação e Pós-GraduaçãoPUC/RS. Diretor Nacional do IBDFAM. Mestre em Processo Civil pela PUC/RJ.

2. AFETIVIDADE E RESPONSABILIDADE

JOSÉ FERNANDO SIMÃO
Doutor e Mestre em Direito Civil pela Universidade de São Paulo. Diretor nacional do IBDFAM.

3. FAMÍLIAS PARALELAS

GISELDA MARIA FERNANDES NOVAES HIRONAKA
Professora de direito civil na USP. Diretora Nacional do IBDFAM.

4. TESTAMENTO PARTICULAR EM BRAILE, POR QUE NÃO? INCLUSÃO JÁ

LISEUX NIDIMAR DIAS BORGES
Mestre em Direito Privado pela PUC/MG. Especialista em Direito Civil pelo IEC/MG. Professora de Direito Civil e Processo Civil do Centro Universitário Izabela HENDRIX/mg. Advogada.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

QUESTÕES PLURILOCALIZADAS RELATIVAS AOS DIREITOS DE GUARDA, VISITA E ALIMENTOS DAS CRIANÇAS - TANTO MAR QUE AINDA SEPARA PORTUGAL E O BRASIL

ANTÔNIO JOSÉ FIALHO
Juiz de Direito Tribunal de Família e Menores do Barreiro- Portugal.

- **DECISÃO COMENTADA**

EUCLIDES DE OLIVEIRA
Doutor de Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Advogado. Analise um julgado do Superior Tribunal de Justiça acerca da concorrência sucessória do cônjuge com descendentes, em casamento no regime da comunhão parcial de bens.

- **RESENHA BIBLIOGRÁFICA, TÂNIA DA SILVA PEREIRA ABORDA O LIVRO "ABUSO SEXUAL, UMA TATUAGEM NA ALMA DE MENINOS E MENINAS", DE ANA MARIA BRAYNER IENCARELLI**

TÂNIA DA SILVA PEREIRA
Advogada especializada em Direito de Família, Infância e Juventude, Mestre em Direito Privado pela UFRJ. Diretora Nacional da comissão de idoso do IBDFAM, Membro da comissão de Família OAB/RJ.

ANA MARIA BRAYER LENCARELLI
Graduada em Psicologia pela Faculdade de Filosofia do Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Filiada do IBDFAM.

- **TESE, APRESENTA ESTUDO ACERCA DAS DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE NO BRASIL**

LUCIANA DADALTO
Doutora em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina da UFMG. Mestre em Direito Privado pela PUC-MG.

EDIÇÃO 02 MARÇO/ABRIL DE 2014

1. RELAÇÕES DE FAMÍLIA E DIREITOS FUNDAMENTAIS

PAULO LÔBO
Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo, Professor Emérito da Universidade Federal de Alagoas, Professor Visitante da UFPE, Direito Nacional do IBDFAM, Membro do Conselho da Justiça.

2. ENTRE A CRUZ E A ESPADA: DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE E O CONSENTIMENTO

ALESSANDRA DIAS BAIÃO GOMES
Mestranda em Teoria do Estado e Direito Constitucional PUC-RIO. Psicóloga e Bacharel em Direito.

3. O DIREITO À LEGÍTIMA E A AUTONOMIA PRIVADA DO TESTADOR

ÉRIKA CANUTO DE OLIVEIRA VERAS
Promotora de Justiça/RN, Mestre em Direito Privado/UFBA, Doutoranda em Direito/UPV- Espanha, Professora da UFRN, membro do IBDFAM.

BEATRIZ FERREIRA DE ALMEIDA
Aluna do 10 período de Curso de Direito da UFRN.

HELTON MACHADO
Advogado.

- **DEBATES**

MARIA BERENICE DIAS
Advogada. Vice-Presidente do IBDFAM. Na seção Debates, Maria Berenice Dias apresenta um questionamento: “Será que ainda hoje a distinção entre separação de fato e de corpos tem algum significado?”.

- **DECISÃO COMENTADA**

A CONCORRÊNCIA SUCESSÓRIA DO CÔNJUGE SOBREVIVENTE NO REGIME DA SEPARAÇÃO DE BENS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO RESP N. 992.749/MS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JOSÉ ROBERTO MOREIRA FILHO
Possui Mestrado em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2004). Especialista em Bioética, Direito e Aplicações pelo Instituto de Educação Continuada da Puc Minas (2002). Bacharel em Direito pela Puc Minas (1996). Diretor tesoureiro do IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família). Presidente do IBDFAM em Minas Gerais. Presidente da Comissão de Direito de Família da OAB/MG. Coordenador da Pós Graduação em Direito de Família e das Sucessões da Faculdade Arnaldo Janssen. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Bioética e Biodireito da Puc Minas unidade Contagem/MG. Professor Universitário e advogado militante.

LUÍZA HELENA M.SOALHEIRO
Advogada. Professora. Mestre em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Direito de Família e Sucessões pela Faculdade Arnaldo Janssen. Graduada pelo Centro Universitário Newton Paiva.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

Em Contribuição Estrangeira portuguesa, aborda a questão patrimonial nas relações de união de facto, com uma breve reflexão sobre a lei da união de facto.

HUGO CUNHA LANÇA
Possui graduação em Licenciatura em Direito pela Universidade Moderna(1998) e mestrado em Direito pela Universidade Católica de Portugal(2005). Atualmente é Docente do Instituto Politécnico de Beja, Docente da Universidade Moderna de Beja e Associado do Instituto Brasileiro de Direito Eletrônico.

EDIÇÃO 03 MAIO/JUNHO DE 2014

1. REDESENHANDO OS CONTORNOS DO DIREITO DE FILIAÇÃO: A INCIDÊNCIA DO AFETO NA COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

THIAGO FELIPE VARGAS SIMÕES
Graduado em Direito pelas Faculdades Integradas de Vitória - FDV/ES. Mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Doutor em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Pós-doutorando em Direito Civil pela Universidade de Lisboa - Portugal. Advogado. Professor de Direito de Família e Sucessões da Universidade Vila Velha - UVV/ES.Professor da ESMAGES - Escola Superior da Magistratura do Espírito Santo. Professor da EMES - Escola da Magistratura do Espírito Santo.

2. SUCESSÃO: CONCORRÊNCIA ENTRE COMPANHEIRO E O COLATERAL

ALEXSANDRO DE ARÚJO TRINDADE
Analista de Direito do MP/SE,Bacharel em Direito pela Universidade Tiradentes. Especialista em Direito Civil pela UNIDERP. Especialista em Ciências Criminais pela UNISUL.

3. VOCÊ ME PAGA SE NÃO ME AMAR - UMA ANÁLISE HISTÓRICO-FILOSÓFICA DOS PRECEDENTES SOBRE ABANDONO AFETIVO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

VOLTAIRE DE FREITAS MICHAEL
Doutor em Direito pela UFRGS; Professor de Filosofia Geral e Jurídica no Centro Universitário Ritter dos Reis - Porto Alegre/RS; Promotor de Justiça no Rio Grande do Sul.

4. PEDIDOS IMPLÍCITOS NAS AÇÕES FAMILIARES

RAFAEL CALMON RANGEL
Graduado em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no ano de 1998. Especializado em Direito Civil e Processual Civil pela EMES/FADISP. Mestre em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no ano de 2014. Doutorado em Direito Processual Civil em andamento na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a partir de 2016. Membro do IBDFAM.

- **PARECER**

ESTUDO SOBRE A INCONSTITUCIONALIDADE DO § 5o DO ARTIGO 10 DA LEI N. 9.263/96- Planejamento familiar (ADI 5097 – DF)

CLÁUDIA AOUN TANNURI
Defensora Pública do Estado de São Paulo. Membro do NUDEM (Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher).

- **DECISÃO COMENTADA**

‘’A Liberdade’’ restrita do afeto. Análise de uma apelação do TJMG: abandono afetivo”

ALBERTO RAIMUNDO GOMES DOS SANTOS
Juiz de Direito. Coordenador das Varas de Família e Sucessões do TJBA.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

Adoção internacional

VALÉRIA ZANETI
Doutoranda pela Universidade de Coimbra. Mestre em Direito internacional Público pela Universidade de Lisboa.

EDIÇÃO 04 JULHO/AGOSTO DE 2014

1. DERROTABILIDADE DAS NORMAS-REGRAS (LEGAL DEFESEABILITY) NO DIREITO DAS FAMÍLIAS: ALVITRANDO SOLUÇÕES PARA OS EXTREME CASES (CASOS EXTREMOS)”

CRISTIANO CHAVES DE FARIA
Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia. Professor de Direito Civil da Faculdade Baiana de Direito. Professor de Direito Civil do Complexo de Ensino Renato Saraiva – CERS. Mestre em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador – UCSal. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM.

2. O ILÍCITO OMISSIVO PARENTAL: AS TRÊS TRAVESSIAS

NELSON ROSENVALD
Pós-Doutor em Direito Civil pela Universidade Roma-Tre (Itália). Doutor e Mestre em Direito Civil pela PUC/SP. Professor de Direito Civil do Damásio Educacional e da Pós-Graduação da Faculdade Milton Campos. Procurador de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais. Autor de livros e artigos jurídicos.

3. REFLEXÕES SOBRE A EPISTEMOLOGIA DA MONOGAMIA

ERIKA VERÍCIA CANUTO DE OLIVEIRA VERAS
Promotora de Justiça/RN. Mestre em Direito Privado/UFBA. Doutoranda em Direito/UPV- Espanha. Professora da UFRN, membro do IBDFAM.

BEATRIZ FERREIRA DE ALMEIDA
Advogada/RN.

4. A OBRIGAÇÃO ALIMENTÁRIA NO DIREITO BRASILEIRO E OS DIREITOS HUMANOS: UMA (RE)LEITURA À LUZ DOS TRATADOS INTERNACIONAIS

HELDER BARUFFI
Professor da Faculdade de Direito e Relações Internacionais da UFGD. Mestre em Direito. Doutor em Educação USP.

ANA CRISTINA BARUFFI
Mestre em Direito UNIPAR/PR. Advogada.

5.TESE.
“O estatuto jurídico das relações homoafetivas - Uma aproximação à sua concretização normativa’’

SUZANA BORGES VIEGAS DE LIMA
Mestre e Doutora em Direito, Estado e Constituição pela UnB. Professora-Adjunta de Direito Civil e Prática Jurídica da UnB. Presidente da Comissão Nacional de Mediação do IBDFAM. Advogada.

6. DECISÃO COMENTADA .
“Famílias paralelas - por um direito perpendicular’’

MARCOS ALVES DA SILVA
Doutor em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Advogado. Professor da Escola da Magistratura do Paraná EMAP. Professor da Fundação Ministério Público do Estado do Paraná FEMPAR. Professor Permanente do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do UNICURITIBA. Realiza estágio Pós-Doutoral na Universidade Nova de Lisboa. Associado IBDFAM.

7. CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA.
“Pinceladas sobre a condição jurídica da mulher, quarenta anos depois do 25 de abril: uma análise de antropologia jurídica (working papper)’’

HUGO CUNHA LANÇA

Índice Remissivo

IBDFAM
Instituto Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões

EDIÇÃO 05 SETEMBRO/OUTUBRO DE 2014

1. SOCIOAFETIVIDADE: O ESTADO DA ARTE NO DIREITO DE FAMÍLIA BRASILEIRO

PAULO LÔBO
Doutor em Direito Civil pela USP. Professor Emérito da UFAL. Ex-Membro do Conselho Nacional de Justiça. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM e da International Society of Family Law

2. O CONSENTIMENTO NAS DIVERSAS FORMAS DE ADOÇÃO

TÂNIA DA SILVA PEREIRA
Advogada especializada em Direito de Família, Infância e Juventude. Mestre em Direito Privado pela UFRJ, com equivalência em Mestrado em Ciências Civilísticas pela Universidade de Coimbra (Portugal). Professora de Direito aposentada da PUC/Rio e da UERJ. Diretora Nacional da Comissão do Idoso do IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família). Membro da Comissão de Família da OAB/RJ.

LIVIA TEXEIRA LEAL
Advogada. Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Aluna da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ. Associada do IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família). 3DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 476.

3. PROBLEMAS ATUAIS DO DIREITO PATRIMONIAL DE FAMÍLIA. REGIME DE BENS. ESTRUTURA E FUNÇÃO

ÉLCIO ARRUDA
Artigo apresentado como exigência do curso de doutorado da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo – FADISP, disciplina “função social e constitucionalização do direito privado – direito existencial e patrimonial”, 1o semestre/2013, ministrada pelo Professor Doutor Flávio Tartuce. Professor universitário, mestre em direito pela UNIFRAN, doutorando em direito pela FADISP, juiz federal.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE MEAÇÃO CONJUGAL DE VERBAS TRABALHISTAS

CELITO DE BONA
Mestre em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina. Especialista em lato sensu em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Paranaense. Membro do IBDFAM.

ADAUTO DE ALMEIDA TOMASZEWKSKI
Doutor pela PUC-SP. Mestre em Direito Civil pela Universidade Estadual de Londrina/PR- UEL.

5. A PERTINÊNCIA DA PROPOSITURA DA AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS PELO GENITOR-ALIMENTANTE SOB A ÓPTICA DOS ATUAIS VETORES DO DIREITO DE FAMÍLIA

LIDIANA VELERE NAZARI
Assessora Jurídica, Especialista em Direito Civil ênfase em família e Sucessões pela Faculdade IDC.

6. GUARDA COMPARTILHADA: EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR E DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

LEONICE TROIANI
Pós-graduana em Direito Constitucional da Unoesc.

CLAUDIA CINARA LOCATELI
Mestre em Direito pela UFSC.

- **PARECER**

ALIMENTOS INTUITU PERSONAE

FLAVIO TARTUCE
Doutor em Direito Civil pela USP (2010). Mestre em Direito Civil Comparado pela PUC/SP (2004). Especialista em Direito Contratual pela PUC/SP (2001). Graduado pela Faculdade de Direito da USP (1998). Professor Titular permanente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu (mestrado e doutorado) da Faculdade Autônoma de Direito (FADISP-ALFA), desde 2012. Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Contratual, Direito Civil e Direito de Família e das Sucessões da Escola Paulista de Direito (EPD-São Paulo), onde também é professor, desde 2003. Professor visitante em cursos de pós-graduação lato sensu pelo País. Professor da Escola Superior de Advocacia da OAB/SP. Professor e conferencista convidado em cursos ministrados em Escolas da Magistratura. Coordenador e palestrante em cursos da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP), em convênio com a Escola Nacional da Advocacia do Conselho Federal da OAB (ENA).

- **DECISÃO COMENTADA**

MULTIPARENTALIDADE UMA REALIDADE NA JURISPRUDÊNCIA QUE NÃO PODE MAIS SER IGNORADA

CHRISTIANO CASSETTARI
Doutor em Direito Civil pela USP. Mestre em Direito Civil pela PUC-SP. Diretor do IBDFM- SP. Advogado e parecerista. Contribuição estrangeira

9.(IN)CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 3O DA LEI 9/2010 DA REPÚBLICA PORTUGUESA

LUANA P.NOGUEIRA
Mestranda em Constitucional pela Universidade de Coimbra/PT.

EDIÇÃO 06 NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2014

1. “A INTRIBUTABILIDADE DA PENSÃO ALIMENTÍCIA”

ROLF MADALENO
Advogado de Direito de Família e Sucessões em Porto Alegre e São Paulo. Professor na Graduação e Pós-Graduação da PUC/RS. Diretor Nacional do IBDFAM. Conselheiro Federal pela OAB/RS. Mestre em Processo Civil pela PUC/RS

2. “A RELEITURA DO INSTITUTO DA CAPACIDADE À LUZ DA AUTONOMIA DO IDOSO NAS RELAÇÕES EXISTENCIAIS”.

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Doutor em Direito Civil pela UERJ. Professor Associado da UERJ. Professor Adjunto do PPGD da Universidade Estácio de Sá. Desembargador do Tribunal Regional Federal da 2a Região. Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça. Coordenador do Grupo de Pesquisa sobre “Direitos do Idoso”.

DIANA LOUREIRO PAIVA DE CASTRO
Integrante do Grupo de Pesquisa sobre “Direitos do Idoso” do PIBIC/UERJ.

3. "AUTONOMIA PRIVADA E GUARDA COMPARTILHADA".

NELSON ROSENVALD
Pós-Doutor em Direito Civil pela Universidade Roma, Doutor e Mestre pela PUC- SP, Professor da Damásio Educacional, Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

4. "A PESSOA IDOSA E SEU DIREITO PRIORITÁRIO À SAÚDE: APONTAMENTOS A PARTIR DO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DO IDOSO''

FABIANA RODRIGUES BARLETTA
Professora Adjunta da UFRJ. Doutora em Teoria do Estado e Direito Constitucional (PUC-Rio). Mestre em Direito Civil (UERJ).

5. "ASPECTOS JURÍDICOS DO PARTO ANÔNIMO"

MYLENA RIOS CAMARDELLA DA SILVEIRA
Bacharela em Direito pela UNINOVAFAPI e advogada regulamente inscrita na OAB.

6. "AS FAMÍLIAS SIMULTÂNEAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E SEUS EFEITOS JURÍDICOS"

CLAUDIA AOUN TANNURI
Defensora Pública do Estado de São Paulo .Membro do NUDEM. Graduada pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Membro do IBDFAM.

DANIEL JACOMELLI HUDLER
Acadêmico de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

7. "A PARTILHA DE BENS NO DIVÓRCIO E NA DISSOLUÇÃO NA UNIÃO ESTÁVEL SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO MATERIAL E DO PROCESSO"

RAFAEL CALMON RANGEL
Mestre em Direito Processual Civil pela UFES.

- **"DECISÃO COMENTADO:**

INEXIGÊNCIA DE CONSENSO ENTRE OS PAIS NA ATRIBUIÇÃO DA GUARDA COMPARTILHADA: UMA TENDÊNCIA SAUDÁVEL A CAMINHO DE SUA PLENA CONSOLIDAÇÃO NO QUOTIDIANO DO JUDICIÁRIO"

WALDYR GRISARD FILHO
Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela UFPR. Professor Titular de Direito de Família e Sucessões do UNICURITIBA. Presidente da Comissão de Ensino de Direito de Família do IBDFAM.

9. "APADRINHAMENTO CIVIL".

LAURA FERNANDES MADEIRA
Jurista e Mestranda em Ciências Jurídico-Civilísticas na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

EDIÇÃO 07 JANEIRO/FEVEREIRO DE 2015

1. "NOVO CONCEITO DE COMPARTILHAMENTO: IGUALDADE PARENTAL"

MARIA BERENICE DIAS
Advogada. Vice-presidenta Nacional do IBDFAM.

2. "O QUE SE ESPERA COM A GUARDA COMPARTILHADA NOS CASOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL: FRAGMENTOS DA CLÍNICA COM UMA CRIANÇA".

LENITA PACHECO LEMOS DUARTE
Psicóloga e Psicanalista. Membro da Escola de Psicanálise Fóruns do Campo Lacaniano - Brasil (EPFCL). Pós-graduada em Psicanálise pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Pós- graduada em Mediação de conflitos com ênfase em família pela Universidade Cândido Mendes (A vez do Mestre). Mestre em Pesquisa e Clínica em Psicanálise pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Membro consultor do Instituto Proteger. Autora de livros.

3. "A AUTOCURATELA: UMA PERSPECTIVA PARA PRESERVAÇÃO DA AUTONOMIA FUTURA DO SUJEITO"

CARLOS MAGNU FERREIRA DOS SANTOS
Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito Promove. Pós-graduando em Direito Constitucional pela Universidade Gama Filho.

4. "ALIENAÇÃO PARENTAL: A MORTE EM VIDA QUE GERA ÓRFÃOS DA AUSÊNCIA – O ENFRENTAMENTO NORMATIVO À ALIENAÇÃO PARENTAL COMO FORMA DE EXTERNALIZAÇÃO DO DEVER FUNDAMENTAL DE PROTEÇÃO À FAMÍLIA"

FLAVIANA ROPKE DA SILVA
Mestranda em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória – FDV. Advogada.

DAURY CESAR FABRIZ
Professor-Doutor em Direito Constitucional pela FD/UFMG. Coordenador do PPGD/FDV (mestrado e doutorado). Presidente da Academia Brasileira de Direitos Humanos – ABDH. Advogado.

5. ''ANÁLISE DA LEI N.12.424/2011 QUE INSTITUIU A USUCAPIÃO URBANA POR ABANDONO DE LAR CONJUGAL E SUA APLICAÇÃO NO DIREITO DAS FAMÍLIAS ESPECIALMENTE AOS REGIMES DE BENS"

MONIQUE GIRARDELLO
Advogada inscrita na OAB Urberlândia/MG

6. ''O DIVÓRCIO APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL N. 66/2010: A AUTONOMIA DOS DIVORCIANDO E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DOS FILHOS MENORES"

NÚBIA ELIANE DE SOUZA DIÓGENES
Especialista em Direito de Família (UNIFACEX). Promotora de Justiça de Família/MPRN.

ROBERTA DE FÁTIMA ALVES PINHEIRO
Mestre em Direito Constitucional (UFRN). Especialista em Direito de Família (UNIFEX). Promotora de Justiça de Família/MPRN

7. "O LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO ENTRE OS AVÓS PATERNOS E MATERNOS NO ÂMBITO DAS AÇÕES ALIMENTARES AVOENGAS"

CAROLINA PORTELLA PELLEGRINI
Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande. Advogada

- **DECISÃO COMENTADA**

"CONCORRÊNCIA SUCESSÓRIA DO COMPANHEIRO"

GISELDA MARIA FERNANDES NOVAES HIRONAKA
Professora titular da USP. Diretora Nacional (Região Sudeste) do IBDFAM.Ex-Procuradora Federal

9. CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA
"O cumprimento das decisões judiciais e a prestação jurisdicional no âmbito internacional"

PAULO LINS E SILVA
Diretor Internacional do IBDFAM.

EDIÇÃO 08 MARÇO/ABRIL DE 2015

1. "SOBRE A POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO E RECONHECIMENTO DE UMA ENTIDADE FAMILIAR INCESTUOSA"

LOURIVAL SEREJO
Diretor na Nacional. Magistrado TJ/MA.

2. "A LEGITIMIDADE DO CONCUBINO PARA SER BENEFICIÁRIO EM TESTAMENTO, CONTRATOS DE DOAÇÃO E SEGURO DE VIDA "

MARIA GORETH MACEDO VALADARES
Advogada especialista em Direito de Família e Sucessões. Professora da PUC Minas. Doutora, mestra e especialista em Direito Privado pela PUC Minas.
3. "A busca da ascendência biológica pelo filho registral e afetivo: considerações à luz do princípio da solidariedade familiar"

VANESSA RIBEIRO SAMPAIO SOUZA
Doutora em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora Adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – campus Três Rios.

4. "DA POSSIBILIDADE DO ESTABELECIMENTO DA PATERNIDADE ALIMENTAR"

JULIA BRUM MORAES
Advogada, formada pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter Laureate International Universities).

5. "REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA: AS CONSEQUÊNCIAS DO SURGIMENTO DE FAMÍLIAS CONSTRUÍDAS IN VITRO"

DANIELA CRISTIN CASPANI GARIERI
Advogada. Pós-graduanda de Família e Sucessões pela EDP. Graduada pela UNESP. Coordenadora Núcleo Regional do IBDFAM/SP.

LUISA MENESES CAIXETA SILVA
Advogada. Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela PUC/MG. Graduada pela PUC/MG.

WENDELL JONES FIORAVANTE SALOMÃO
Tabelião. Pós graduado em Direito Notorial e Registral Imobiliário pela EDP. Bacharel em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto/SP. TESE (MESTRADO UNB)

6. "O MITO DA MONOGAMIA À LUZ DO DIREITO CIVIL-CONSTITUCIONAL: A NECESSIDADE DE UMA PROTEÇÃO NORMATIVA ÀS RELAÇÕES DE POLIAMOR"

RAFAEL DA SILVA SANTIAGO
Doutorando e Mestre em Direito, Estado e Constituição pela UnB. Professor da Unb e Centro Universitário de Brasília.

- **DECISÃO COMENTADA**

"MULTIPARENTALIDADE (TJRS)"

MARIA BERENICE DIAS
Advogada. Vice-Presidente Nacional do IBDFAM. Presidente da Comissão da Diversidade Sexual da OAB.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

"TESTAMENTO VITAL: O ESTADO DA ARTE EM PORTUGAL, UMA REFLEXÃO BIOÉTICA."

MARA DE SOUSA FREITAS
Licenciada em enfermagem na ESEnfFG. Mestre em Bióetica pela Universidade Católica Portuguesa. Especialização na UCP.

EDIÇÃO 09 MAIO/JUN DE 2015

1. "PARENTALIDADE SOCIOAFETIVA: O ATO FATO QUE SE TORNA RELAÇÃO JURÍDICA"

RODRIGO DA CUNHA PEREIRA
Advogado. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Doutor (UFPR) e Mestre (UFMG) em Direito Civil. Autor de vários livros e trabalhos em Direito de Família e Psicanálise

2. "RELIGIÃO, SEXUALIDADE E FAMÍLIAS: DOGMAS ESPIRITUAIS COMO FUNDAMENTO PARA A NÃO REGULAMENTAÇÃO DA UNIÃO HOMOAFETIVA"

MARIANNA CHAVES
Doutoranda em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Mestre em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.Secretária de Relações Internacionais do Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM. Membro da International Society of Family Law - ISFL. Membro-consultor da Comissão Especial da Diversidade Sexual do Conselho Federal da OAB.

3. CONSULTORA JURÍDICA.

"A UNIÃO ESTÁVEL E SEUS ELEMENTOS CONCEITUAIS"

NICOLAU ELÁDIO BASSALO CRISPINO
Doutor em Direito Civil pela Faculdade de Direito da USP. Professor Associado da Universidade Federal do Amapá. Procurador de Justiça no Amapá. Diretor no Amapá do IBDFAM.

4. "IGUALDADE ENTRE O HOMEM E A MULHER NA DECLARAÇÃO DO REGISTRO DE NASCIMENTO"

MARIO CARVALHO CAMARGO NETO
Mestre em Direito Político e Econômico - Universidade Presbiteriana Mackenzie. Presidente da Associação dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo.

MARCELO SALOROLI DE OLIVEIRA
Mestre em Direito Privado pela UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (2006). Diretor da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo (Arpen/SP).

5. "ALIMENTOS COMPENSATÓRIOS E AS CAUSAS DE SEU DEFERIMENTO NO BRASIL"

MARCELLUS POLASTRI LIMA
Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor-Doutor (adjunto) da UFES, na Graduação e Pós-Graduação stricto sensu, no Curso de Mestrado em Direito Processual.

É pesquisador convidado no Instituto de Ciências Criminais do Departamento de Direito Penal, Estrangeiro e Internacional) da Faculdade de Direito Göttingen, Alemanha, além de fazer parte do Comitê Acadêmico do Boletim Semestral do Grupo Latino Americano de investigação penal desta Universidade. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual. Procurador de Justiça.

RENATA VITÓRIA OLIVEIRA S.TRANCOSO
Mestranda em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo. Especialista em Direito Público pela Universidade Anhanguera Uniderp. Especialista em Gestão Educacional Integrada Instituto Superior de Educação e Cultura Ulysses Boyd. Professora Universitária do Centro de Ensino Superior de Vitória. Advogada.

6. "A PROTEÇÃO INTEGRAL E PRIORITÁRIA À CRIANÇA COMO DEVER COMO DEVER FUNDAMENTAL DOS PAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA RELAÇÃO ENTRE PAIS FUMANTES E SEUS FILHOS"

HELENO FLORINDO DA SILVA
Membro do Grupo de Pesquisa Estado, Democracia Constitucional e Direitos Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória. Bolsista da FAPES - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Espírito Santo. Mestrando em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória. Pós-Graduado em Direito Público pelo Centro Universitário Newton Paiva. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Newton Paiva. Membro Diretor da Academia Brasileira de Direitos Humanos (ABDH). Professor e Advogado.

SUELEN FLORINDO GONÇALVES
Acadêmica do 10º Período de Medicina da Universidade Vila Velha/ES

DAURY CÉSAR FABRIZ
Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenador do Programa de Pós-Graduação Stritu Sensu em Direitos e Garantias Fundamentais (Mestrado) da Faculdade de Direito de Vitória. Coordenador do Grupo de Pesquisa Estado, Democracia Constitucional e Direitos Fundamentais. Presidente da Academia Brasileira de Direitos Humanos (ABDH). Professor e Advogado

7. "DIREITO DE VISITAS E DE CONVIVÊNCIA COM O NASCITURO DURANTE A GRAVIDEZ"

MIGUEL BORGHEZAN
Mestre em direitos fundamentais e relações sociais. Professor universitário. Advogado.

JOSÉ RICARDO GELLER
Mestre em direitos fundamentais e relações sociais. Professor universitário. Coordenador do Curso de Direito do Centro Universitário Luterano de Santarém. Advogado.

TÂNIA MARA SAKAMOTO BORGHEZAN
Mestre em direitos fundamentais e relações sociais. Professora universitária. Advogada e Dentista.

TEREZINHA DO SOCORRO BARREIROS LEÃO
Médica pediatra com título de Especialista em Pediatria pela AMB/ SBP. Professora Coordenadora da Residência de Pediatria do Curso de Medicina da UEPA - Campus de Santarém, Pará.

8. "A INTERDIÇÃO - SUA HUMANIZAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO NO NCPC ''

SABRINA DOURADO
Especialista em Direito Processual Civil. Mestre em Direito Público pela UFBA. Doutoranda em Direito pela UBA. Professora de Direito Processual Civil do CERS, EMAB, EMATRA e Escola Paulista de Direito. Advogada e consultora Jurídica. Membro do CEAPRO (Centro de Estudos Avançados de Processo), do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Processual), associada da ANNEP (Associação Norte e Nordeste de Professores de Processo). Autora de várias obras Jurídicas.

- **DECISÃO COMENTADA**

"REFLEXÕES SOBRE A POSIÇÃO JURÍDICA DOS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO PERANTE O DIREITO DAS FAMÍLIAS: TJRJ"

ADISSON LEAL VICTOR MACEDO DOS SANTOS

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

"DA RESIDÊNCIA EXCLUSIVA À ALTERNADA, UM PERCURSO JURISPRUDENCIAL EM PORTUGAL"

JOAQUIM MANUEL DA SILVA
Licenciado em Direito e em Filosofia. Juiz de Direito colocado desde 2005 na área especializada de Família e Menores, atualmente em Sintra, Lisboa, Portugal.

EDIÇÃO 10 JULHO/AGOSTO DE 2015- REVISTA IBDFAM

1. "A TOMADA DE DECISÃO APOIADA- PRIMEIRAS LINHAS SOBRE UM NOVO MODELO JURÍDICO PROMOCIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA"

NELSON ROSENVALD
Procurador de Justiça do Ministério Público/MG. Pós-Doutor em Direito Civil pela Universidade Roma Tre. Doutor e Mestre em Direito Civil pela PUC/SP.

2. "AS AÇÕES DE FAMÍLIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL"

MARIA BERENICE DIAS
Advogada. Vice-presidente Nacional do IBDFAM

3. "APONTAMENTO MÉDICOS E JURÍDICOS SOBRE INTERNAÇÃO JUDICIAL DE UMA PESSOA NATURAL À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO VIGENTE E DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E LEI 13.146/15 ''

MÁRIO PUTINATI JÚNIOR
Médico Psiquiatra/Perito Judicial – Marília – SP. Graduado em Medicina e Residente em Psiquiatria pela Faculdade de Medicina de Marília. Pós-Graduado em Perícias Médicas pela Universidade Gama Filho – RJ.

JOSÉ RENATO RODRIGUES
Juiz Federal Substituto – Marília – SP. Graduado e Mestre em Direito pela Instituição Toledo de Ensino – ITE.

4. "O NOVO CPC IMPLICOU EM ALGUMA ALTERAÇÃO NA SITUAÇÃO DA SEPARAÇÃO JUDICIAL PERANTE O SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO?"

MAURÍCIO FOSSEN
Juiz de Vara de Família em São Paulo. Mestrando em Direito Civil pela PUC/SP.

5. "CAPELA & CASA-GRANDE: UM OLHAR SOBRE A INFLUÊNCIA DA IGREJA CATÓLICA NO DIREITO DE FAMÍLIA"

RICARDO ALVES DE LIMA
Mestre em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito do Sul de Minas. Especialista em Direito Civil pela UNIDERP. Professor Adjunto da Faculdade de Direito do Sul de Minas e das Faculdades de Ciências Sociais Aplicadas de Extrema. Membro do IBDFAM.

6. "SOBRE A PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS NO NOVO CPC"

LUIZ DELLORE
Mestre e Doutor em Direito Processual pela USP. Mestre em Direito Constitucional pela PUC/SP. Professor de Direito Processual do Mackenzie, EPD, IEDI e IOB/Marcato. Ex- assessor de Ministro do STJ. Membro da Comissão de Direito Processual Civil da OAB/SP, do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Processual), do IPDP (Instituto Panamericano de Derecho Procesal). Diretor do CEAPRO (Centro de Estudos Avançados de Processo). Advogado.

RAFAEL CALMOM RANGEL
Mestre em Direito Processual Civil (UFES). Membro do IPPC (Instituto Português de Processo Civil) e do IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões). Juiz de Direito (ES).

7. "RESPEITÁVEL PÚBLICO: O DIREITO DE FAMÍLIA"

LUCIANA PESSOA NUNES SANTOS
Mestra em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Especialista em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes (UCAM-RJ). Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Santo Agostinho (FSA). Especialista em Comunicação Institucional pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora da Faculdade Santo Agostinho. Advogada.

- **DECISÃO COMENTADA**

"TJMG - ALIMENTOS COMPENSATÓRIOS"

ROLF MADALENO
Advogado com exclusividade na área do Direito de Família e Sucessões. Atualmente, leciona Direito de Família e Sucessões na Graduação e Pós-Graduação na PUC/RS. Também foi Professor concursado na UNISINOS, de Direito de Família e Direito das Sucessões. Sendo professor visitante na Pós-Graduação das Faculdades de Direito da ULBRA, UNIRITTER e UNISC, todas no RS, da UNICENP de Curitiba, no Paraná, do Jus Podyum da Bahia e da UNIT, Universidade Tiradentes de Aracaju, no Sergipe. É professor convidado na Pós- Graduação em Direito de Família da UNIFOR (Universidade de Fortaleza), no Ceará; da UFBA; das Faculdades Borges de Mendonça, de Florianópolis, SC; da Escola da Magistratura do Estado do Maranhão; da Escola de Direito de Campo Grande/MS; na Pós-Graduação em Direito de Família e Sucessões da Legale Cursos Jurídicos em São Paulo/SP; da Escola Superior de Advocacia de São Paulo; da Escola Paulista de Direito, em São Paulo/SP; na Pós-Graduação da Rede de Ensino LFG de São Paulo; da Escola Paulista da Magistratura; da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro e da Escola Verbo Jurídico de Porto Alegre/RS; Professor convidado na Pós-Graduação da PUC/SP; Professor convidado na Pós- Graduação do INEJE; Professor convidado na Pós-graduação da Faculdade de Direito Damásio de Jesus em São Paulo, Professor convidado da Pós-Graduação da Faculdade Baiana de Direito. É 1o Secretário do Instituto Brasileiro de Direito de Família — IBDFAM, foi Vice-Presidente do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul — IARGS (nos biênios 2004- 06; 2006-08), Conselheiro e Diretor-Tesoureiro da OAB/RS (triênio 95/97) e Juiz Eleitoral Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do RS, na classe dos juristas. É Conselheiro da Secional da OAB

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

"O PODER FAMILIAR E O DIREITO DE GUARDA NO DIREITO COMPARADO: RECEPÇÃO APLICABILIDADE DO ARTIGO 9 DA CONVENÇÃO DE DIREITO DA CRIANÇA DE 1989"

REGIANE CRISTINE PEREIRA
Doutoranda em Direito Internacional de Família e Mestra em Direito Internacional e europeu, Universidade de Genebra/Suíça.

Índice Remissivo

IBDFAM
Instituto Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões

EDIÇÃO 11 SETEMBRO/OUTUBRO DE 2015

1. "A EXECUÇÃO DE ALIMENTOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL"

LUIZ FERNANDO VALLADÃO NOGUEIRA
Advogado. Professor de Direito Civil e Processo Civil do Curso de Direito da Faculdade FEAD. Professor da Pós-Graduação de Direito de Família e Sucessões da Faculdade Arnaldo. Coordenador e Professor da Pós-Graduação de Processo Civil da Faculdade Arnaldo. Diretor Adjunto do Departamento de Direito de Família do IAMG. Membro do IBDFAM. Procurador do Município de Belo Horizonte. Autor de diversos livros sobre Direito Processual Civil e sobre Direito de Família.

2. "SUPERANDO AS RESTRIÇÕES TESTAMENTÁRIAS "PRESSUPOSTAS" NO BRASIL EM RAZÃO DE DEFICIÊNCIAS FÍSICAS: AUDITIVA, FONADORA, VISUAL E MOTORA"

LISIEUX NIDIMAR DIAS BORGES
Advogada. Mestra em Direito Privado pela PUC/MG. Especialista em Direito Civil pelo IEC-PUC/MG. Professora de Direito Civil.

3. "ASPECTOS PRÁTICOS DA CONVERSÃO DA UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO"

JÚLIA CLÁUDIA RODRIGUES DA CUNHA MOTA
Doutora em Direito pela PUC/SP. Mestra pela FADISP. Pós-graduada em Direito Notarial e Registral pela Universidade Estácio de Sá/RJ. Oficiala de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Capivari – SP.

4. "GUARDA EXERCIDA PELA FAMÍLIA EXTENSA: SUBSTITUTIVA E COMPLEMENTAR"

ÂNGELA MARIA SILVEIRA
Procuradora de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro e Professora da EMERJ, FEMPERJ e do Curso MASTER.

KÁTIA FERREIRA LOBO ANDRADE MACIEL
Titular da 2a Procuradoria de Justiça da Infância e da Juventude do Ministério Público do Rio de Janeiro. Mestre em Direitos Fundamentais e Novos Direitos pela UNESA. Professora da Pós-Graduação de Infância e Juventude da UERJ e FEMPERJ. Autora de livros e artigos na área do direito infanto juvenil.

5. "A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, A ADI 4.424 E A SÚMULA N. 542 DO STJ: APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE NA SALVAGUARDA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA MULHER"

NATÁLIA SILVA TEIXEIRA DE OLIVEIRA
Mestra e Doutora em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Professora de Direito e Processo Penal do Centro Universitário UNA, em Belo Horizonte/MG. Coordenadora do Grupo de Estudos "Ética, Literatura, História e Direito" e pesquisadora do Grupo de Estudos da Pós-Graduação, na mesma Instituição.

6. "DA POSSIBILIDADE DE RESSARCIMENTO POR DANOS NÃO PATRIMONIAIS NAS RELAÇÕES DE CONJUGALIDADE"

JAMILE SARATY MALVEIRA
Advogada especialista em Direito de Família. Mestra em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

- **DECISÃO COMENTADA**

"STJ - SUCESSÕES"

MÁRIO LUIZ DELGADO
Doutor em Direito Civil (USP). Mestre em Direito das Relações Sociais (PUCSP). Presidente da Comissão de Assuntos Legislativos do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil (ABDC). Advogado. Professor nos cursos de Pós Graduação da Escola Paulista de Direito (EPD).

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

"INCIDÊNCIA DA TEORIA DOS VASOS COMUNICANTES NA REGULAÇÃO DOS CHAMADOS 'NOVOS MODELOS DE FAMÍLIA' NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA EUROPEIA"

JONATÁN CRUZ ÁNGELES
Advogado pelo Colégio de Advogados de Jaén (Espanha). Mestre em Diplomacia e Relações Internacionais, com especialização em estudos ibero-americanos (Escola Diplomática do Ministério de Assuntos Estrangeiros da Espanha). Doutorando em Direito Internacional pela Universidade de Jaén (Espanha), em cotutela com a Universidade de Paris X, Ouest-Nanterre (La Défense).

EDIÇÃO 12 NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2015

1. "A SOCIEDADE SIMPLES E O REGIME DE BENS NO CASAMENTO E NA UNIÃO ESTÁVEL"

ROLF MADALENO
Advogado em Porto Alegre e São Paulo. Professor de Direito de Família e Sucessões na PUC/RS. Diretor Nacional do IBDFAM. Mestre em Direito Processual pela PUC/RS. Conselheiro Federal pela OAB/RS. Autor do livro Curso de Direito de Família, editora Forense.

2. "ADOÇÃO COMO DIREITO PREFERENCIAL"

MARIA BERENICE DIAS
Advogada especializada em Famílias, Sucessões e Direto Homoafetivo. Vice-Presidenta do Instituto Brasileiro de Direito das Famílias – IBDFAM.

3. "AS NOVAS FORMAS DE FILIAÇÃO ADVINDAS DAS TÉCNICAS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL HOMÓLOGA POST MORTEM E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS NO DIREITO DE FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES"

JOSÉ ROBERTO MOREIRA FILHO
Diretor Nacional do IBDFAM. Mestre em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Bioética, Direito e Aplicações pelo IEC PUC Minas. Conselheiro Titular da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Professor de Direito de Família e Sucessões na PUC Minas, Arnaldo Janssen e Pro Labore. Advogado militante.

4. "A ALIENAÇÃO PARENTAL, SUAS CONSEQUÊNCIAS E A BUSCA DE SOLUÇÕES À LUZ DAS CONSTELAÇÕES FAMILIARES E DO DIREITO SISTÊMICO"

ANA CAROLINA CAPES MACHADO
Advogada em São Paulo e Porto Alegre, com atuação no Direito de Família e Direito Sistêmico. Sócia do Escritório Madaleno de Advocacia. Autora do livro Síndrome da alienação parental. Importância da detecção. Aspectos legais e processuais e coautora do livro Responsabilidade civil no direito de família.

5. "AS PRÁTICAS COLABORATIVAS: UMA NOVA ABORDAGEM PARA NOVAS FAMÍLIAS"

MÔNICA RIBEIRO DE ANDRADE GAMA
Advogada Colaborativa, graduada pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco – Universidade de São Paulo (USP) e Bacharel em Psicologia na USP (1988). Capacitada em Conciliação e Mediação na Escola Paulista da Magistratura (EPM) em 2011 e pelo Instituto Mediaras em 2013. Sócia-membro do IBDFAM. Capacitada em Práticas Colaborativas e Sócia Instituidora do Instituto Brasileiro de Práticas Colaborativas (IBPC) (abril de 2014).Especialista nas áreas de Direito de Família e Direito das Sucessões.

SANDRA REGINA GARCIA OLIVIAN BAYER
Advogada Colaborativa, Mediadora e Professora universitária. Graduada e Mestra em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Mestra em Sistema Jurídico Romanístico pela Universidade de Roma II – "Tor Vergata". Pós-graduada em Mediação de Conflitos pela COGEAE da PUC/SP. Possui diversas formações nacionais e internacionais em Mediação. Professora das Disciplinas de Direito Civil e Mediação e Arbitragem na Uninove e nas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Sócia-membro do IBDFAM. Coordenadora executiva do Fórum Nacional de Mediação (FONAME) e membro do Grupo de Estudos em Mediação Empresarial do CBAR. Capacitada em Práticas Colaborativas e Sócia Instituidora do Instituto Brasileiro de Práticas Colaborativas (IBPC). Sócia do D'Accord – Instituto de Mediação e Gestão de Conflitos e da Bayer, Grosman e Levy – Sociedade de Advogados. Mediadora voluntária da Liga Solidária.

6. "A APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA COMO FORMA DE PROTEÇÃO ÀS TRANSEXUAIS FEMININAS: UMA QUESTÃO DE GÊNERO E DIGNIDADE"

CLÁUDIA AOUN TANNURI
Defensora Pública do Estado de São Paulo

DANIEL JACOMELLI HUDLER
Advogado

- **DECISÃO COMENTADA**

"DECISÃO COMENTADA – TJMA – FAMÍLIAS PARALELAS"

MARCOS ALVES DA SILVA
Doutor em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Professor de Direito Civil no Centro Universitário Curitiba –UNICURITIBA e integrante do quadro de professores do Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado). Professor na Escola da Magistratura do Paraná (EMAP). Professor na Fundação Ministério Público do Estado do Paraná (FEMPAR). Professor na Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDCONST). Integrante da Comissão de Educação Jurídica da OAB/PR. Vice-Presidente da Comissão de Ensino Jurídico de Família do IBDFAM. Advogado em Curitiba – PR.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

"A PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS A CARGO DOS PAIS A FAVOR DOS FILHOS MAIORES E/OU EMANCIPADOS"

MARIA PERQUILHAS
Juíza de Direito. Docente no Centro de Estudos Judiciários. Docente no Centro de Direito da Família da Universidade de Coimbra e no ISCSP da Universidade de Lisboa. Pós-graduada em Proteção de Menores; Pós graduada em Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

EDIÇÃO 13 JANEIRO/FEVEREIRO DE 2016

1. "O Direito de Família e o novo Código de Processo Civil Brasileiro"

THEREZA ALVIM
Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora Associada da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Advogada e Parecerista.

2. "DIVÓRCIO E OS MODELOS DE SEPARAÇÃO ENTRE O CÓDIGO CIVIL E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015"

PAULO LÔBO
Doutor em Direito Civil pela USP. Professor Emérito da UFAL. Diretor Nacional do IBDFAM. Ex-Conselheiro do CNJ.

3. "A DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO DIREITO DE FAMÍLIA E NO NOVO CPC"

ROLF MADALENO
Advogado de Direito de Família e Sucessões em Porto Alegre e São Paulo. Professor de Direito de Família e Sucessões na Graduação e Pós Graduação da PUC/RS. Diretor Nacional do IBDFAM. Mestre em Processo Civil pela PUC/RS.

4. "A COBRANÇA DOS ALIMENTOS NO NOVO CPC"

MARIA BERENICE DIAS
Advogada especializada em Direito das Famílias e Sucessões. Pós Graduada e Mestra em Processo Civil. Ex-Desembargadora do Tribunal de Justiça – RS. Vice-Presidenta Nacional do IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família.

5. "AS INOVAÇÕES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 NO DIREITO DAS SUCESSÕES"

ANA LUIZA MAIA NEVARES
Doutora e Mestra em Direito Civil pela UERJ. Professora de Direito Civil da PUC-Rio e dos Cursos de Pós-Graduação da UERJ. Advogada.

6. "ENCAMINHAMENTO CONSENSUAL ADEQUADO DAS AÇÕES DE FAMÍLIA NO REGIME DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL"

FERNANDA TARTUCE
Doutora e Mestra em Direito Processual pela USP. Professora dos cursos de Mestrado e Doutorado da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP). Professora e Coordenadora de Processo Civil da Escola Paulista de Direito (EPD). Advogada orientadora do Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto. Membro do IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família), do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Processual) e do IASP (Instituto dos Advogados de São Paulo). Presidente do Conselho do CEAPRO (Centro de Estudos Avançados de Processo). Mediadora e autora de obras jurídicas.

7. "A TÉCNICA DA PONDERAÇÃO E SUAS APLICAÇÕES AO DIREITO DE FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES"

FLÁVIO TARTUCE
Doutor em Direito Civil pela USP. Professor do programa de Mestrado e Doutorado da FADISP – Faculdade Especializada em Direito. Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação lato sensu em Direito Privado da EPD – Escola Paulista de Direito, sendo coordenador destes últimos. Professor da Rede LFG. Diretor nacional e estadual do IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família. Advogado e consultor jurídico em São Paulo.

8. "AS MEDIDAS DE URGÊNCIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL"

NEWTON TEIXEIRA CARVALHO
Especializado em Direito de Empresa pela Fundação Dom Cabral. Mestre em Direito Processual Civil. Doutorando pela PUC/ RJ. Desembargador da 13a Câmara Cível do TJMG. Professor de Direito das Famílias da Escola Superior Dom Helder Câmara. Membro do IBDFAM.

9. "AS CAUTELARES E A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA NO DIREITO DE FAMÍLIA: NOTAS COMPARATIVAS ENTRE O CÓDIGO BUZAID E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL SOB AS LENTES DO DIREITO DE FAMÍLIA"

MARCELO LUIZ FRANCISCO DE MACEDO BURGER
Mestrando em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Pós-graduado em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário – IBET. Presidente da Comissão de Relações Acadêmicas do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Advogado.

9.1 "O DIREITO DAS FAMÍLIAS E SUA NOVA IDENTIDADE PROCESSUAL: AVANÇOS E RETROCESSOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL"

ANDRÉ FRANCO RIBEIRO DANTAS
Graduado em Direito e Pós-Graduado (especialista) em Direito Civil pela Universidade Potiguar (UnP). Advogado. Professor Universitário da Faculdade Estácio de Natal (Unidades Romualdo e Alexandrino). Ex Professor Substituto da Universidade Federal do Rio Grandedo Norte (UFRN). Membro do IBDFAM. Integrante da Diretoria do IBDFAM/RN.

EDIÇÃO 14 MARÇO/ABRIL DE 2016

1. "DILEMAS DO AFETO"

GUSTAVO TEPEDINO
Professor Titular e ex-Diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

2. "ANALISANDO AS RELAÇÕES ENTRE A FAMÍLIA EXTENSA E OS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NO CONTEXTO DE UMA UNIDADE DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA"

KÁTIA REGINA FERREIRA LOBO DE ANDRADE MACIEL
Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Titular da 2a Procuradoria de Justiça da Infância e da Juventude. Mestra em Direitos Fundamentais e Novos Direitos pela UNESA. Professora da Pós-Graduação de Direito Especial da Criança e do Adolescente da UERJ. Professora da Pós-Graduação de Direito da Infância e da Juventude da Fundação Escola do Ministério Público (FEMPERJ). Professora da Pós Graduação de Direito das Famílias e Sucessões da PUC-RJ. Vice-Presidente da Comissão da Infância e Juventude do IBDFAM.

VANESSA ANJO DOS SANTOS
Psicóloga. Pós-Graduada em Direito Especial da Criança e do Adolescente pela Faculdade de Direito (UERJ) e em Psicologia Jurídica (UERJ). Atuou profissionalmente no sistema socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro (Novo Degase). Psicóloga no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

3. "A IDEOLOGIA POR DETRÁS DA MEDIAÇÃO"

ÁGUIDA ARRUDA BARBOSA
Doutora e Mestra pela USP. Advogada especialista em Direito de Família. Mediadora familiar. Professora de Direito Civil e Mediação. Membro da Comissão de Direito de Família do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). Membro do Conselho Científico da Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões (LEX/IASP). Ex-Presidente da Comissão de Mediação do IBDFAM – 2001 a 2012. Antigo membro da Fédération Internationale des Femmes des Carrières Juridiques (FIFCJ).

4. "A CONSTRUÇÃO HORIZONTAL DAS RELAÇÕES FAMILIARES: UM NOVO PARADIGMA JURÍDICO"

LUCIANA FAISCA NAHAS
Doutora em Direito Civil pela PUC/SP. Mestra e graduada em Direito pela UFSC. Advogada atuante em Família e Sucessões. Integrante da Comissão de Direito de Família da OAB/SC e do IBDFAM/SC. Membro efetivo do Instituto dos Advogados de Santa Catarina (IASC). Professora da Escola Superior da Advocacia OAB/SC, e da Escola da Magistratura do Estado de Santa Catarina. Professora de graduação na área de Família e Sucessões. Coordenadora da Especialização em Direito de Família e Sucessões em Florianópolis.

5. "UMA PROPOSTA DE REVISÃO DA INTERDIÇÃO E DA CURATELA: IMPLICAÇÕES DA LEI N. 13.146/2015 E O MODELO PAI-PJ"

IARA ANTUNES DE SOUZA
Doutora e Mestra em Direito Privado pela PUC Minas. Especialista em Direito Processual e Direito Civil. Pesquisadora do Centro de Estudos em Biodireito (CEBID). Professora Adjunta I do Departamento de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).Advogada do NAJOP/UFOP. Vice Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da UFOP – CEP/UFOP. Membro da diretoria do IBDFAM-MG.

6. "TESTAMENTO CERRADO: READAPTADO, REFLETIDO E REDEMOCRATIZADO NA ERA DIGITAL"

LISIEUX NIDIMAR DIAS BORGES
Advogada. Mestra em Direito Privado pela PUC/MG. Especialista em Direito Civil pelo IEC- PUC/MG. Professora de Direito Civil.

7. "A EFETIVAÇÃO DA DESJUDICIALIZAÇÃO POR MEIO DA MEDIAÇÃO EXTRAJUDICIAL E DA CONFIANÇA NOTARIAL EM PROL DA PACIFICAÇÃO SOCIAL"

LUCIANO CARDOSO SILVEIRA
Ex-advogado (OAB/RS 44.317). Ex-assessor Desembargador (TJ/RS – 8a CC). Notário (3o Tabelião de Notas do RG/RS).

- **DECISÃO COMENTADA**

"DECISÃO COMENTADA — PARTILHA DE COTAS SOCIAIS"

ROLF MADALENO
Mestre em Direito e graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1978), Advogado especialista em Direito de Família e Sucessões, Professor de Direito de Família e Sucessões da Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio Grande do Sul, Diretor Nacional do IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família), Ex-Vice-Presidente do IARGS (Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul), Ex-Juiz Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE), Ex-Tesoureiro da OAB/RS, Conselheiro Secional da OAB/RS, triênio 2007-2009.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

"EMBRIÕES EXCEDENTÁRIOS NO BRASIL E NO DIREITO COMPARADO"

HUGO CARMAGOS LIMA
Advogado na Camargos Lima Advocacia. Assessor Jurídico e Colunista do jornal Extracurricular.

1. "O CONFRONTO DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA E O PRETENSO DIREITO SUCESSÓRIO SOBRE A FILIAÇÃO BIOLÓGICA"

ROLF MADALENO
Advogado em Porto Alegre e São Paulo. Professor de Direito de Família e Sucessões na PUC/RS. Diretor Nacional do IBDFAM. Autor do Curso de Direito de Família da editora Forense. Mestre em Direito pela PUC/RS.

2. "O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SUA REPERCUSSÃO NO DIREITO DE FAMÍLIA ''

LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA
Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Membro da Academia Maranhense de Letras, da Academia Maranhense de Letras Jurídicas, da Academia Imperatrizense de Letras e da Academia Vianense de Letras. Autor de várias obras jurídicas.

3. ''CASAMENTO IGUALITÁRIO: MUDANÇA DE PARADIGMA E EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À FAMÍLIA"

PALOMA BRAGA ARAÚJO DE SOUZA
Advogada. Graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia (2002). Especialista em Direito do Estado pelo JusPodivm / Unyahna (2007). Mestranda em Direito pela Universidade Federal da Bahia (2014). Professora da Faculdade Apoio/Unifass. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família. Conselheira seccional e membro da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Bahia.

4. "AFETO COMO VALOR JURÍDICO QUE PODE GERAR RESPONSABILIDADE CIVIL"

WLADEMIR PAES DE LIRA
Mestre em Direito pela Universidade Federal de Alagoas. Doutorando pela Universidade de Coimbra. Professor na Universidade Federal de Alagoas e na Escola Superior da Magistratura de Alagoas. Vice-Presidente do IBDFAM Alagoas e Juiz de Direito.

5. "RESPONSABILIDADE CIVIL PELO FIM DA CONJUGALIDADE"

MARCELLO TRUZZIOTERO
Mestre e Doutor pela PUC-SP. Diretor do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Advogado. Professor da Escola Paulista de Direito – EPD, das Faculdades Integradas Padre Albino – FIPA e da AtameCândido Mendes. Autor.

- **DECISÃO COMENTADA**

"MATERNIDADE SOCIOAFETIVA: POSSIBILIDADE JURÍDICA RECONHECIDA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA"

RICARDO LUCAS CALDERÓN
Mestre em Direito Civil pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Pós-graduado em Teoria Geral do Direito e em Direito Processual Civil. Professor dos cursos de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas – FGV/ ISAE e da Universidade Positivo. Coordenador da especialização em Direito das Famílias e Sucessões da Academia Brasileira de Direito Constitucional – ABDConst. Membro da Diretoria Nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Pesquisador do grupo de estudos e pesquisas de Direito Civil "Virada de Copérnico", vinculado ao PPGD-UFPR. Membro da Comissão de Educação Jurídica da OAB/PR. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Civil. Membro do Instituto dos Advogados do Paraná. Advogado em Curitiba, sócio do escritório Calderón Advogados. Autor do livro Princípio da Afetividade no Direito de Família (Rio de Janeiro: Renovar, 2013) e de diversos artigos jurídicos.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

"OBRIGAÇÃO ALIMENTAR E CONFLITO DE FONTES INTERNACIONAIS"

RACHEL DE OLIVEIRA LOPES
Mestra em Direito Internacional. Membro do Grupo de Pesquisa Governança Global e Regimes Internacionais da Universidade Católica de Santos.

JOSÉ AUGUSTO FONTOURA COSTA
Doutor em Direito Internacional. Professor Associado da Universidade de São Paulo (USP).

EDIÇÃO 16 JULHO/AGOSTO DE 2016

1. "ALÉM DA CONVENÇÃO DE NOVA IORQUE; ALÉM DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: REFLEXOS A PARTIR DE UMA COMPREENSÃO CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS"

ANA CARLA HARMATIUK MATOS
Advogada. Professora na graduação, mestrado e doutorado em Direito da Universidade Federal do Paraná. Vice Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná. Professora de Direito Civil, de Direitos Humanos e de Novos Direitos. Professora Colaboradora do Mestrado profissional em Direito da UNIFOR. Diretora da Região Sul do IBDFAM. Vice-Presidente do IBDCivil.

LÍGIA ZIGGIOTTI DE OLIVEIRA.
Advogada. Professora de Direito Civil da graduação em Direito do Centro Universitário Autônomo do Brasil. Visitou, como pesquisadora, o Instituto Max-Planck de Direito Comparado e Direito Internacional Privado em Hamburgo, na Alemanha. Atua no Núcleo de Estudos em Direito Civil Constitucional e no Núcleo de Pesquisa Direitos Humanos e Vulnerabilidades, junto à Universidade Federal do Paraná; bem como na Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero e na Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero, junto à OAB-Paraná.

2. "O FIM DA LEGÍTIMA"

ROLF MADALENO
Advogado de Direito de Família e Direito das Sucessões em Porto Alegre e São Paulo. Mestre em Direito Processual pela PUC/RS. Diretor Nacional do IBDFAM. Professor de Direito de Família e Direito das Sucessões na Graduação e Pós-Graduação da PUC/RS. Autor do livro Curso de Direito de Família (6. ed. Editora Forense). Conselheiro da OAB/RS.

3. "CÔNJUGES DO HEREDITANDO, SEPARADO DE FATO POR OCASIÃO DO FALECIMENTO, RECOLHE DIREITO SUCESSÓRIO LEGAL DESTE ÚLTIMO?".

LUIZ PAULO VIEIRA DE CARVALHO
Consultor Jurídico e Advogado. Presidente da Comissão de Direito de Família e Sucessões do Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB. Professor palestrante e Coordenador dos Cursos de Extensão de Direito de Família e Direito das Sucessões da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ. Mestrado e Pós-Graduação em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, Portugal. Diretor do IBDFAM/RJ.

4. "A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE NAS AÇÕES DE FAMÍLIA"

RAFAEL CALMON RANGEL
Mestre em Direito Processual Civil pela UFES. Doutorando em Direito Processual Civil pela UERJ. Juiz de Direito.

5. "O PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL N. 757/2015 QUE ALTERA O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, O CÓDIGO CIVIL E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL "

FLÁVIO TARTUCE
Doutor em Direito Civil e Graduado pela Faculdade de Direito da USP. Mestre em Direito Civil Comparado e Especialista em Direito Contratual pela PUCSP. Professor Titular permanente dos Programas de Mestrado e Doutorado da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP). Coordenador e professor dos Cursos de Pós-Graduação lato sensu em Direito Civil, Direito Contratual e Direito de Família e das Sucessões da Escola Paulista de Direito (EPD, São Paulo). Autor, entre outras obras, da coleção Direito Civil, em seis volumes, pela Editora GEN/Forense. Vice-presidente do IBDFAMSP e Diretor Nacional do IBDFAM. Advogado, Consultor Jurídico e Parecerista.

5.1 "O RISCO DO RETROCESSO: UMA ANÁLISE SOBRE A PROPOSTA DE HARMONIZAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DO CÓDIGO CIVIL, DO CPC, DO EPD E DA CDPD A PARTIR DA ALTERAÇÃO DA LEI N. 13.146/2015"

JOYCEANE BEZERRA DE MENEZES
Doutora em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestra em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Professora titular da Universidade de Fortaleza. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Strictu Senso em Direito (Mestrado/Doutorado) da Universidade de Fortaleza, na Disciplina de Direitos de Personalidade. Professora adjunta da Universidade Federal do Ceará. Editora da Pensar – Revista de Ciência Jurídica da Universidade de Fortaleza.

- **DECISÃO COMENTADA**

COMENTÁRIO DA DECISÃO POR MELISSA TELLES BARUFI E KAMILA LOHMANN " DECISÃO DA TERCEIRA TURMA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA ENTENDEU QUE A GUARDA COMPARTILHADA QUE ESTÁ SUJEITA A FATORES GEOGRÁFICOS APRESENTA OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO"

MELISSA TELLES BARUFI
Advogada. Especializanda em Direito Civil com ênfase em Família e Sucessões. Presidente da Comissão da Infância e Juventude do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Presidente do Instituto Proteger. Diretora da CAARS.

KAMILA LOHMANN
Advogada. Especialista em Direito Civil com ênfase em Família e Sucessões. Pós-Graduanda em Direito Processual Civil. Coordenadora Adjunta da Comissão da Infância e Juventude do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM/RS. Diretora do Instituto Proteger.

EDIÇÃO 17 SETEMBRO/OUTUBRO DE 2016

1. "DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS"

ZENO VELOSO
Professor de Direito Civil e de Direito Constitucional Aplicado. "Notório Saber" reconhecido pela Universidade Federal do Pará. Doutor Honoris Causa da Universidade da Amazônia. Escritor. Diretor do IBDFAM. Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas.

2. "A COBRANÇA CONJUNTA DE ALIMENTOS PRETÉRITOS E ATUAIS SOB A ÉGIDE DOVIGENTE CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – UMA ANÁLISE A PARTIR DA NECESSÁRIA UNIFORMIZAÇÃO DE RECENTES DECISÕES JUDICIAIS, ESPECIALMENTE NO QUE RESPEITA À EFETIVIDADE DESSES COMANDOS ENVOLVENDO CREDORES E DEVEDORES ECONOMICAMENTE HIPOSSUFICIENTES"

FLAVIANA ROPKE DA SILVA
Mestra em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória – FDV. Advogada do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito de Vitória – FDV.

3. "TEORIA TRIDIMENSIONAL DO DIREITO DE FAMÍLIA E O DIREITO DE HERANÇA"

BELMIRO PEDRO MARX WELTER
Doutor e Mestre em Direito de Família pela UNISINOS. Promotor de Justiça no RS. Autor de diversas obras e ensaios jurídicos em Direito de Família, Processual Civil e Penal. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (inscrição n. 51). Autor daTeoria Tridimensional do Direito de Família.

4. "INGRESSO DE FAMILIARES EM SOCIEDADES EMPRESÁRIAS: SUCESSÃO E PARTILHA DE BENS EM DIVÓRCIO".

BRUNO YUDI SOARES KOGA
Bacharel em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pós- -Graduado em Fusões e Aquisições pela Escola de Direito de São Paulo – FGV. Pós-Graduando em Especialização em Direito Empresarial pela Escola de Direito de São Paulo – FGV.

5. "A PERSPECTIVA DE INFANTES E ADOLESCENTES ACOLHIDOS RETORNAREM AO LAR VIA PROPOSITURA DA AÇÃO RESCISÓRIA NOS CASOS DE DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR"

CARLOS CRISTIANO MENEGUINI DE OLIVEIRA
Advogado. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Especialista em Direito Civil, Processual e do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC –PR).

6. "DIVISÃO PATRIMONIAL NAS FAMÍLIAS SIMULTÂNEAS E UNIÕES ESTÁVEIS POLIAFETIVAS"

CAROLINA DE CASTRO IANNOTTI
Adovogada. Mestra em Direito pela PUC-Minas. Professora de Direito de Direito de Família e Direito das Sucessões da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Membro da Comissão de Direito de Família da OAB/MG. Membro da Diretoria do IBDFAM/MG.

RONALY CAJUEIRO DE MELO DA MATTA
Advogada. Psicóloga. Mestra em Direito Provado pela PUC-Minas. Professora de Direito Civil da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

7. "(MULTI)PARENTALIDADE E SUBJETIVAÇÃO"

PLINIO MONTAGNA
Psicanalista didata, docente e ex Presidente da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Ex Presidente da Federação Brasileira de Psicanálise. Mestre em psiquiatria e ex- Docente da faculdade de medicina da Universidade de São Paulo. Pós-Graduado em Psiquiatria pela Univesity of London. Member anda Chair of Psychoanalysis and Law Committee of the international Psychoanalytical Association. Perito pisiquiátrico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

- **PARECER**

"SOBRE AS INOVAÇÕES DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E SEUS REFLEXOS PARA A MULHER"

CLAUDIA AOUN TANNURI
Defensora Pública. Vice-Presidente da Comissão dos Defensores públicos da família do IBDFAM.

- **DECISÃO COMENTADA**

"TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ – PENSÃO POR MORTE E RATEIO PREVIDENCIÁRIO"

"A INTERVENÇÃO DO ESTADO NAS RELAÇÕES CONJUGAIS E A TUTELA DAS FAMÍLIAS SIMULTÂNEAS – COMENTÁRIO POR RENATA VILELA MULTEDO E ISABELLA OLIVIERIA"

RENATA VILELA MULTEDO
Advogada. Doutora e Mestra em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora de Direito Civil do grupo IBMEC. Professora da Pós-graduação lato sensu de Direito Privado Patrimonial e das Famílias e Sucessões da PUC-Rio. Professora dos cursos de Pós-Graduação lato sensu da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora da EMERJ. Membro do Conselho Executivo da civilista.com - Revista eletrônica de Direito Civil. Membro efetivo do IAB. Membro do IBDFAM e do IBDCivil.

- **CONTRIBUIÇÃO EXTRANGEIRA**

"APADRINHAMENTO E A (IM)POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO EM ADOÇÃO: UMA ANÁLISE PARALELA DOS INSTITUTOS NO BRASIL E EM PORTUGAL"

EDENILZA GOBBO
Advogada. Mestra. Professora de Direito de Família, Sucessões e de Direito da Criança e do Adolescente na Universidade do Oeste de Santa Catarina.

LARISSA THIELLE ARCARO
Pós-graduanda. Ex aluna do Mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões da Universidade do Minho (Braga, Portugal) e Assistente de Promotoria de Justiça no Ministério Público de Santa Catarina.

EDIÇÃO 18 NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2016

1. "PERSPECTIVAS PARA O PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO"

ANA LUIZA MAIA NEVARES
Doutora e Mestra em Direito Civil pela UERJ. Professora de Direito Civil na PUC-Rio. Membro do IBDFAM e do IAB. Advogada.

2. "NOTAS SOBRE OS ARTIGOS 528 A 532 DO CPC"

RAFAEL CALMON RANGEL
Mestre em Direito Processual Civil pela UFES. Doutorando em Direito Processual Civil pela UERJ. Juiz de Direito.

3. "ESTATÍSTICAS DO CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA"

JUVENCIO ALMEIDA
Advogado e Consultor jurídico. Graduado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba.

4. "OS INFLUXOS DA EVOLUÇÃO DO DIREITO DAS FAMÍLIAS NO INSTITUTO DO NOME CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS"

NADINNE SALES CALLOU ESMERALDO PAES
Mestra em Ciências Jurídico-Políticas (Universidade do Porto, Portugal). Especialista em Ciências Jurídicas (Universidade do Porto, Portugal), em Direito e em Processo Tributário (Faculdade Leão Sampaio) e em Direito do Trabalho (Universidade Gama Filho). Docente das Disciplinas de Direito de Família e Direito da Infância e da Juventude na Faculdade Paraíso (FAP-CE). Defensora Pública de Entrância Final no Estado do Ceará, titular da 1a Defensoria Pública da Petição Inicial de Juazeiro do Norte-CE.

5. "MEDIAÇÃO FAMILIAR – UM CAMINHO PROMISSOR PARA O JUDICIÁRIO E FAMÍLIAS"

SANDRA INÊS FEITOR
Doutoranda em Direito. Mestre em Direito. Advogada. Formadora Certificada pelo IEFP

6. "O ESTATUTO DO IDOSO E O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A FUNÇÃO NOTARIAL"

ROGÉRIO MARQUES SEQUEIRA COSTA
Notário e Registrador. Advogado. Escrivão Judicial do Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte.

7. "REDESCOBERTA DA PERSONALIDADE E TESTAMENTO"

CRISTIANO PRETTO
Advogado. Mestre em Direito pela UFRGS.

8. "O PACTO PÓS-NUPCIAL: NA ALTERAÇÃO DE REGIME DE BENS APÓS AUTORIZAÇÃO JUDICIAL E NA RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL"

LETICIA FRANCO MACULAN ASSUMPÇÃO
Graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1991). Pós-graduada e Mestra em Direito Público. Ex- Procuradora do Município de Belo Horizonte e Ex Procuradora da Fazenda Nacional. Oficiala do Cartório de Registro Civil e Notas do Distrito do Barreiro, em Belo Horizonte, MG. Autora de diversos artigos na aéra de Direito Tributário, Direito Administrativo, Direito Civil e Direito Notarial e do livro "Função Notorial e de Registro".

BERNARDO FREITAS GRACIANO
Sócio do escritório Moisés Freire Advocacia. Atuação e especialização na área de Direito Notarial e Registral em âmbito nacional. Ex tabelião Substituto do Cartório do 9 Ofício de Notas de Belo Horizonte/MG. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família.

9. "A PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE NA PENHORA DO BEM DE FAMÍLIA PARA O PAGAMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA"

MELISSA OURIVES VEIGA
Advogada especializada em Direito das Famílias, Adoção e Sucessões. Professora de Direito Civil do Complexo de Ensino Renato Saraiva CERS. Mestranda em Direito Privado pela faculdade Sete de Setembro – FA7. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM.

DECISÃO COMENTADA

"TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO - APLICAÇÃO DO ART. 139, IV, DO NOVO CPC EM EXECUÇÃO DE ALIMENTOS - SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR."

FABIANE CRISTINA DE ALMEIDA
Graduada em Direito pela PUC Minas. Pós-graduada em Direito Processual pelo Instituto de Educação Continuada da PUC Minas. Advogada especializada em Direito de Família e Sucessões, com artigos publicados nessa área. Professora da Escola Superior de Advocacia. Cursa disciplina isolada em Direito Processual do Mestrado da PUC- Minas.

MARIA GORETH MACEDO VALADARES
Doutora e Mestre em Direito Privado pela PUC Minas. Escreveu sua dissertação de mestrado sobre Famílias Reconstituídas e sua tese de doutorado sobre Multiparentalidade. É também especialista em Direito Civil pelo Instituto de Educação Continuada da PUC Minas. Formou- se em Direito pela Faculdade Milton Campos em julho de 2003. É professora da PUC Minas desde 02/2006 e do IBMEC desde 08/2015. Em 2005 ganhou o prêmio Caio Mário, por seu artigo ter sido escolhido entre os dez melhores, tendo sido publicado em um livro da Editora Forense. Em dezembro de 2015 foi a professora mais bem avaliada do IBMEC. Tem artigos publicados sobre temas relacionados à área de atuação.

Índice Remissivo

IBDFAM
Instituto Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões

CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA

"O INSTITUTO DA COLAÇÃO E A IGUALAÇÃO DO CÔNJUGE: DIFERENTES ASPECTOS ENTRE O DIREITO PORTUGUÊS E BRASILEIRO"

PRISCILA MARTINS DELFIM
Mestra em Ciência Jurídicas - Civil/Sucessões - pela Universidade de Lisboa. Advogada.

EDIÇÃO 19 JANEIRO/FEVEREIRO DE 2017

1. MULTIPARENTALIDADE E HERANÇA: ALGUNS APONTAMENTOS

LUIZ PAULO VIEIRA DE CARVALHO
Consultor jurídico. Advogado, conferencista e parecerista. Professor Emérito da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ. Presidente da Comissão de Direito de Família e Sucessões do Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB. Diretor do IBDFAM-RJ.

LUIZ CLÁUDIO GUIMARÃES COELHO
Advogado e Presidente do IBDFAM-RJ.

2. A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL – A BUSCA PELA SOLUÇÃO PACÍFICA DAS CONTROVÉRSIAS NO DIREITO DAS FAMÍLIAS E OS DEVERES FUNDAMENTAIS

HELENO FLORINDO DA SILVA
Membro do Grupo de Pesquisa Estado, Democracia e Direitos Fundamentais, do Programa de Pós-Graduação Stritu Sensu da Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Membro da Diretoria Executiva da Academia Brasileira de Direitos Humanos (ABDH). Mestre e Doutorando em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Pós-Graduado em Direito Público pelo Centro Universitário Newton Paiva. Coordenador-Geral e Professor do Curso de Direito da Faculdade Multivix (Cariacica/ES). Professor do Centro de Evolução Profissional (CEP).

DAURY CESAR FABRIZ
Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenador do Programa de Pós-Graduação Stritu Sensu em Direitos e Garantias Fundamentais (Mestrado) da Faculdade de Direito de Vitória. Coordenador do Grupo de Pesquisa Estado, Democracia Constitucional e Direitos Fundamentais. Presidente da Academia Brasileira de Direitos Humanos (ABDH). Professor e Advogado.

3. "A INCONSTITUCIONALIDADE DA VOCAÇÃO HEREDITÁRIA DO COMPANHEIRO: O VERDADEIRO CALVÁRIO ATÉ A SUA DECLARAÇÃO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL"

ELDER GOMES DUTRA
Doutorando em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP). Mestre em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Direito Público e Direito Notarial e Registral pela Anhanguera/LFG. Tabelião de Notas em Campo Grande/MS.

4. "ADOÇÃO INTUITU PERSONAE: A VIABILIDADE DO DEFERIMENTO EM FAVOR DE QUEM DETÉM A GUARDA DE FATO DA CRIANÇA, DIANTE DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA CONSTITUÍDA"

CHRISTINE SIVIERO DE SOUZA
Advogada. Graduada em Direito pela PUCRS. Pós-graduanda em Direito Processual Civil pela UFRGS.

5. "O RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DA SOCIOAFETIVIDADE NA ESCRITURA PÚBLICA DE INVENTÁRIO E PARTILHA: CONTEXTO E POSSIBILIDADES"
CINTIA MARIA SCHEID

Doutoranda em Direito – Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP). Mestra em Direito – Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Especialista em: Direito Registral Imobiliário – UNIASSELVI; Direito Notarial e Registral – Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL); Direito do Estado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). MBA – Escuela Superior de Administración y Dirección de Empresas (ESADE) Barcelona, Espanha. Titular do 1º Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e 5º Tabelionato de Notas de Maringá, Paraná.

6. "A AUTONOMIA DO MENOR NO TRATAMENTO MÉDICO E OS LIMITES DO EXERCÍCIO DA AUTORIDADE PARENTAL"

THAIS CÂMARA FERNANDES COELHO
Advogada. Sócia do escritório Câmara & Valadares Advocacia e Consultoria em Família e Sucessões. Professora Universitária (UNI BH e Faculdade Promove). Mestra em Direito pela PUC-MG. Membro da Comis-são de Direito de Família da OAB-MG. Membro da Comissão de Direito das Sucessões da OAB-MG. Membro da Comissão do Advogado Professor da OAB-MG. Membro da Diretoria do IBDFAM-MG.

JÉSSICA CRISTINE ANDRADE
Advogada

- **DECISÃO COMENTADA**

"ANÁLISE DA MULTIPARENTALIDADE NUM CASO CONCRETO POR MEIO DE SENTENÇA"

WLADEMIR PAES DE LIRA
Mestre em Direito. Doutorando em Direito pela Universidade de Coimbra. Professor da Universidade Federal de Alagoas e da Escola Superior da Magistratura de Alagoas. Juiz de Direito Titular da 26ª Vara Cível/Família da Comarca de Maceió e Vice-Presidente do IBDFAM de Alagoas.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

"OS CRITÉRIOS DE IMPUTAÇÃO E SUA RELEVÂNCIA EM RELAÇÃO ÀS LIBERALIDADES NA SUCESSÃO LEGITIMÁRIA: UMA VISÃO LUSO-BRASILEIRA"

PRICILA MARTINS DELFIM
Mestra em Ciências Jurídicas – Civil/Sucessões pela Universidade de Lisboa. Formada pela Faculdade de Direito Milton Campos. Advogada.

EDIÇÃO 20 MARÇO/ABRIL DE 2017

1. SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE BENS – CONTROVÉRSIAS – DOAÇÃO ENTRE CÔNJUGES

ZENO VELOSO
Professor de Direito Civil e de Direito Constitucional Aplicado. "Notório Saber" reconhecido pela Universidade Federal do Pará. Doutor Honoris Causa da Universidade da Amazônia. Escritor. Diretor do IBDFAM. Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas.

2. "NOVAS REFLEXÕES SOBRE A TOMADA DE DECISÃO APOIADA: COMO CONCILIAR AUTONOMIA, CUIDADO E CONFIANÇA"

NELSON ROSENVALD
Procurador de Justiça do Ministério Público/MG. Pós-Doutor em Direito Civil pela Universidade Roma Tre. Visiting Professor na Oxford University. Professor Investigador na Faculdade de Direito de Coimbra. Doutor e Mestre em Direito Civil pelaPUC/SP. Membro da Society of Legal Scholars (UK). Membro do comitê científico da Revista Actualidad Juridica Iberoamericana (España).

3. CADA CRIANÇA UMA FAMÍLIA: UM DESAFIO PARA TODOS

KATIA REGINA FERREIRA LOBO ANDRADE MACIEL
Titular da 2ª Procuradoria de Justiça da Infância e da Juventude do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Mestra em Direitos Fundamentais e Novos Direitos pela UNESA. Professora do Curso de Pós-Graduação de Direito da Infância e Juventude do Instituto de Educação e Pesquisa do Ministério Público do Rio de Janeiro. Professora do Curso de Pós- Graduação de Direito das Famílias e das Sucessões da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Vice-presidente da Comissão da Infância e Juventude do Instituto Brasileiro de Direito de Família no biênio 2016-2017.

4. "A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DA TRANSFERÊNCIA-CONTRATRANSFERÊNCIA NA ATUAÇÃO DO PSICANALISTA COMO PERITO PSICÓLOGO EM VARA DE FAMÍLIA"

ADRIANA TIE MAEJIMA E SIDNEY KIYOSHI SHINE
Mestra em Epistemologia e Práxis da Psicologia (Psicanálise e Teoria Crítica da Sociedade)- Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR). Perita Psicóloga do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

SIDNEY KIYOSHI SHINE
Prof. Pós-Doutor (USP). Child Psychologist Specialist - Tavistock Clinic, Londres. Perito Psicólogo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

5. "PRISÃO CIVIL DE DEVEDOR DE ALIMENTOS INDENIZATÓRIOS E O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE"

MARGOT CRISTINA AGOSTINI
Juíza de Direito em Marau/ RS e Mestranda em Direito pela IMED – Faculdade Meridional.

6. "DEPOIMENTO ESPECIAL" DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL: A EXPERIÊNCIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

MARIA ISABEL DE MATOS ROCHA
Desembargadora do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

- **DECISÃO COMENTADA**

"CASAMENTO AVUNCULAR E CASAMENTO IN EXTREMIS – O JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIA N.1.330.023: UM EXEMPLO DE ATIVISMO JUDICIAL?"

CRISTIAN FETTER MOLD
Advogado. Professor de Graduação e Pós-Graduação em Direito de Família e Sucessões na Escola de Direito de Brasília. Professor na Escola Superior da Advocacia (ESA – OAB/DF). Pós-Graduado em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Cândido Mendes. Mestrando em Direito Constitucional da Escola deDireito de Brasília. Membro da Diretoria do IBDFAM-DF.

EDIÇÃO 21 MAIO/JUNHO DE 2017

1. A PENA CIVIL PARENTAL

NELSON ROSENVALD
Procurador de Justiça do Ministério Público/MG. Pós-Doutor em Direito Civil pela Universidade Roma Tre. Visiting Professor na Oxford University. Professor Investigador na Faculdade de Direito de Coimbra. Doutor e Mestre em Direito Civil pelaPUC/SP. Membro da Society of Legal Scholars (UK). Membro do comitê científico da Revista Actualidad Juridica Iberoamericana (España).

2. "FAMÍLIAS BRASILEIRAS RECONSTITUÍDAS E A MULTIPARENTALIDADE: ADEQUAÇÃO DO DIREITO À REALIDADE SOCIOAFETIVA

SAULO VERSIANI PENNA
Desembargador 3o Vice Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – biênio 2016/2018. Especialista, Mestre e Doutor em Direito. Professor da PUC – Minas

DEBORAH NAYARA DOS REIS ARAUJO
Bacharela em Direito pelo Centro Universitário UNA. Pós-Graduanda pelo Centro Universitário UNA. Advogada.

3. "ALIENAÇÃO PARENTAL: SETE ANOS DE LEI

ANGELA GIMENEZ
Juíza de Direito da 1a Vara Especializada das Famílias e Sucessões de Cuiabá/MT. Presidente do IBDFAM/MT. Professora Universitária.

4. "APLICAÇÃO EQUIVOCADA DA GUARDA COMPARTILHADA COMO GUARDA ALTERNADA: A PERCEPÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUANTO À SUBTRAÇÃO DE SUAS AUTONOMIAS NAS DECISÕES JUDICIAIS

ARTENIRA DA SILVA E SILVA
Pós-Doutora em Psicologia e Educação pela Universidade do Porto. Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia. Mestra em Saúde e Ambiente pela Universidade Federal do Maranhão. Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente e pesquisadora do Departamento de Saúde Pública e do Mestrado em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da Universidade Federal do Maranhão. Coordenadora de linha de pesquisa do Observatório Ibero Americano de Saúdee Cidadania. Coordenadora do Observatorium de Segurança Pública (PPGDIR/UFMA/CECGP). Psicóloga Clínica e Forens.

GABRIELLA SOUSA DA SILVA BARBOSA
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

5. "PAI É QUEM CRIA!" FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA E SEUS REFLEXOS

ELISANDRA ALVES FERREIRA
Bacharela em Direito pela PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pós-Graduada em "Direito de Família Contemporâneo e Mediação", pela Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul – FADERGS. Membro da Comissão de Sucessões do IBDFAM/RS.

6. "O AFETO COMO NEXO CAUSAL PARA CONVERSÃO DA GUARDA EM RELAÇÃO SOCIOAFETIVA"

RAFAEL CASELLI PEREIRA
Mestre pela PUCRS. Especialista em Direito Processual Civil e Membro Honorário da Academia Brasileira de Direito Processual Civil – ABDPC. Membro da Associação Brasileira de Direito Processual – ABDPro. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual –IBDP. Membro do Centro de Estudos Avançados de Processo – CEAPRO. Advogado no Rio Grande do Sul, São Paulo e Brasília. Professor convidado da Escola Superior de Advocacia – ESA.

- **DECISÃO COMENTADA**

"A IGUALDADE DE DIREITOS SUCESSÓRIOS ENTRE O CÔNJUGE E O COMPANHEIRO: O JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 878-694-MG"

ANA LUIZA MAIA NEVARES
Doutora e Mestra em Direito Civil pela UERJ. Professora de Direito Civil na PUC-Rio. Membro do IBDFAM e do IAB. Advogada.

"ESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA E A LEGITIMIDADE PASSIVA DA SÓCIA PARA AÇÃO DE DIVÓRCIO"

RAFAEL CALMON RANGEL
Mestre em Direito Processual Civil pela UFES. Doutorando em Direito Processual Civil pela UERJ. Juiz de Direito.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

"A LEI N. 25/2016, DE 22 DE AGOSTO, E OS CONTRATOS DE GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO EM PORTUGAL"

MARIANNA CHAVES
Doutoranda em Direito Civil pela Universidade de Coimbra em cotutela com a Universidade de São Paulo. Mestra em Ciências Jurídicas pela Universidade de Lisboa. Secretária de Relações Internacionais do IBDFAM. Pesquisadora do THD-Ulisboa. Membro da Sociedade Europeia de Reprodução Humana e Embriologia. Advogada e Consultora Jurídica.

EDUARDO DANTAS
Advogado, inscrito nas Ordens do Brasil e Portugal. Mestre em Medical Law pela University of Glasgow. Doutorando em Direito Civil pela Universidade de Coimbra. Membro da Comissão de Direito Médico e da Saúde do CFOAB. Autor dos livros Direito Médico e Comentários ao Código de Ética Médica (Editora GZ). Presidente da Associação Brasileira de Direito da Saúde – ABDS. Vice-Presidente da Asociación Latinoamericana de Derecho Médico.

EDIÇÃO 22 JULHO/AGOSTO DE 2017

1. "QUAIS OS LIMITES E A EXTENSÃO DA TESE DE REPERCUSSÃO GERAL DO STF SOBRE SOCIOAFETIVIDADE E MULTIPARENTALIDADE?"

PAULO LÔBO
Doutor em Direito Civil pela USP. Professor Emérito da UFAL. Diretor Nacional do IBDFAM Ø União estável poliafetiva: poliamorismo e sua possibilidade de gerar uma entidade familiar no Brasil.

JOÃO PEREIRA LIMA FILHO
Pós-Graduando em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade da Amazônia

JAMILLE SARÁTY MALVEIRA
Mestra em Ciências Jurídico-Civilísticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, reconhecida pela Universidade Federal do Pará. Associada ao Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito – CONPEDI. Diretora de Relações Públicas do Instituto Brasileiro de Direito de Família, Região Norte. Membro da Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente da OAB/PA.

2. "NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E MEIOS DE ACESSO À JUSTIÇA: MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO"

ROSELAINE DOS SANTOS SARMENTO
Professora de Direito Processual Civil e Teoria Geral do Processo da Universidade Paulista – UNIP. Professora de Mediação e Direito Civil da Uniesp/Mirassol. Mestra em Direito. Especialista em Direito Processual Civil. Graduada em Direito e Letras. Advogada.

3. "ADVENTO, LEITURA E APLICAÇÃO DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA"

TIAGO OLIVEIRA DA SILVA
Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Advogado. Foi bolsista e pesquisador do Núcleo do Consumidor da UFF e atuou na área cível da Defensoria Pública da União, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

4. "INTERFACES NECESSÁRIAS ENTRE PROFISSIONAIS DAS VARAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE FAMÍLIA: A REEDUCAÇÃO DO AGRESSOR COMO MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA NA PROTEÇÃO DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PSICOLÓGICA"

ARTENIRA DA SILVA E SILVA
Pós-Doutora em Psicologia e Educação pela Universidade do Porto. Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia. Mestra em Saúde e Ambiente pela Universidade Federal do Maranhão. Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente e pesquisadora do Departamento de Saúde Pública e do Mestrado em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da Universidade Federal do Maranhão. Coordenadora de linha de pesquisa do Observatório Ibero Americano de Saúde e Cidadania. Coordenadora do Observatorium de Segurança Pública (PPGDIR/UFMA/CECGP). Psicóloga Clínica e Forens.

GABRIELLA SOUSA DA SILVA BARBOSA
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

5."REFLEXÕES SOBRE A SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA PÓS-INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 1.790 DO CÓDIGO CIVIL"

FELIPE VIANA DE MELLO
Mestre em Direito pela Universidade de Coimbra. Professor de Direito Civil na Graduação da Universidade Estadual da Paraíba e do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPE. Professor de Pós-Graduação nos Curso de Direito Civil e Processual Civil da UNIPE,IESP e FESP. Assessor do Tribunal de Justiça da Paraíba

6. "FAMÍLIAS TRANS NO BRASIL: O PARADOXO DA EVOLUÇÃO DE DIREITOS E A EPIDEMIA TRANSFÓBICA"

PATRÍCIA SANCHES
Doutora em Ciências Jurídicas. Professora da EMERJ – Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) e da Associação Brasileira das Famílias Homotransafetivas (ABRAFH). Membro- fundadora da Comissão de Direito Homoafetivo da Ordem dos Advogados do Brasil – Rio de Janeiro/RJ (CDHO-OAB/RJ).

- **DECISÃO COMENTADA**

"MULTIPARENTALIDADE ACOLHIDA PELO STF: ANÁLISE DA DECISÃO PROFERIDA NO RE898060-SC

RICARDO CALDERÓN
Doutorando e Mestre em Direito Civil pela Universidade Federal do Paraná-UFPR. Diretor nacional do IBDFAM. Coordenador da especialização em Direito das Famílias e Sucessões da Academia Brasileira de Direito Constitucional – ABDConst. Pós-Graduado em Teoria Geral do Direito e em Direito Processual Civil. Professor dos cursos de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas – FGV/ISAE, Universidade Positivo e Escola Paulista de Direito. Pesquisador do grupo de estudos e pesquisas de Direito Civil "Virada de Copérnico", vinculado ao PPGD – UFPR. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Civil. Vice-presidente da Comissão de Direito de Família e Membro da Comissão de Educação Jurídica da OAB/PR. Membro do Instituto dos Advogados do Paraná. Advogado.

Índice Remissivo

IBDFAM
Instituto Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões

1. "A IMPROBIDADE CONJUGAL NA PARTILHA DE BENS"

ROLF MADALENO
Advogado de Direito de Família e Sucessões e ex-Professor de Direito de Família e Sucessões na PUC/RS. Diretor Nacional e Sócio Fundador do IBDFAM. Mestre em Processo Civil pela PUC/RS. Conselheiro Secional da OAB/RS.

2. "O CÔNJUGE E O COMPANHEIRO DEVERIAM FIGURAR COMO HERDEIROS NECESSÁRIOS?"

MARIO LUIZ DELGADO
Doutor em Direito Civil pela Universidade de São Paulo – USP.Mestre em Direito Civil Comparado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professor da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo – FADISP. Presidente da Comissão de Assuntos Legislativos do IBDFAM. Diretor de Assuntos Legislativos do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP
.

3. "TIPOS E MORTE - REFLEXO NO REGISTRO CIVIL"

VIRGINIA ARRAIS
Tabeliã, concursada, titular do 32o Ofício de Notas do Rio de Janeiro. Professora de Direito Notarial e Registral. Ex-Registradora civil no Estado de São Paulo. Ex-Juíza de Direito.

4. "A PRIORIZAÇÃO DA GUARDA COMPARTILHADA TEM ATENDIDO AO MELHOR INTERESSE DAS CRIANÇAS, DOS ADOLESCENTES E DA FAMÍLIA MAIS DEMOCRÁTICA?"

DIMAS MESSIAS DE CARVALHO
Mestre em Direito Constitucional pela FDSM. Promotor de Justiça aposentado/MG. Professor de Direito de Família e Sucessões na Unifenas e Unilavras. Advogado.

5. "A NECESSÁRIA PROTEÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE AUTISMO E A PROMOÇÃO DE SUA AUTONOMIA PERANTE O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA"

ANDRESSA TONETTO FONTANA
Advogada. Especializanda em Direito de Família e Sucessões pela Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP. Membro do IBDFAM/RS.

- **PARECER**

PARECER ANTEPROJETO SUCESSÕES

GISELDA MARIA FERNANDES NOVAES HIRONAKA
Livre-docente e Doutora em Direito Civil pela Faculdade de Direito da USP. Professora Titular de Direito Civil na Faculdade de Direito da USP. Coordenadora Titular e Professora Titular do Programa de Mestrado e Doutorado na Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP). Coordenadora Geral dos Cursos de Especialização na Escola Paulista de Direito (EPD). Diretora Nacional e Fundadora do IBDFAM. Consultora Jurídica e Parecerista

JOSÉ FERNANDO SIMÃO
Livre-docente, Doutor e Mestre em Direito Civil pela Faculdade de Direito da USP. Professor Associado do Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da USP. Coordenador do Programa de Pós-Graduação stricto sensu na Faculdade de Direito da USP. Membro do Conselho Consultivo da ISFL (International Society of Family Law). Diretor Nacional do IBDFAM e do IBDFAMSP. Advogado, Consultor Jurídico e Parecerista.

FLÁVIO TARTUCE
Doutor em Direito Civil pela USP. Professor Titular permanente dos Programas de Mestrado e Doutorado na Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP). Coordenador e Professor dos

Cursos de Pós-Graduação lato sensu em Direito de Família e das Sucessões na Escola Paulista de Direito (EPD, São Paulo). Diretor Nacional do IBDFAM e Vice-Presidente do IBDFAMSP. Membro da ISFL (International Society of Family Law). Advogado, Consultor Jurídico e Parecerista.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

"PARTO ANÔNIMO: SOB A ÉGIDE DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA NO BRASIL E BREVES CONSIDERAÇÕES NO DIREITO COMPARADO

ELINE TRISTÃO DO AMARAL ALMEIDA MATTAR
Pós-Graduada no curso de Família e Sucessões da rede de ensino LFG/Anhanguera. Advogada.

EDIÇÃO 24 NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2017

1. ESTATUTO DA ADOÇÃO: PROJETO PARA RETIRAR CRIANÇAS INVISÍVEIS DO CÁRCERE

MARIA BERENICE DIAS
Advogada. Vice-Presidente Nacional do IBDFAM.

2. "COMO FICAM AS ADOÇÕES PERANTE A DECISÃO DO STF (RE 898060) QUE RECONHECEU A POSSIBILIDADE DA MULTIPARENTALIDADE?"

MARIA GORETH MACEDO VALADARES
Doutora e Mestre em Direito Privado pela PUC Minas. Escreveu sua dissertação de mestrado sobre Famílias Reconstituídas e sua tese de doutorado sobre Multiparentalidade. É também especialista em Direito Civil pelo Instituto de Educação Continuada da PUC Minas. Formou- se em Direito pela Faculdade Milton Campos em julho de 2003. É professora da PUC Minas desde 02/2006 e do IBMEC desde 08/2015. Em 2005 ganhou o prêmio Caio Mário, por seu artigo ter sido escolhido entre os dez melhores, tendo sido publicado em um livro da Editora Forense. Em dezembro de 2015 foi a professora mais bem avaliada do IBMEC. Tem artigos publicados sobre temas relacionados à área de atuação.

3. "EXERCÍCIO ABUSIVO DA AUTORIDADE PARENTAL SOB A PERSPECTIVA DA DEMOCRATIZAÇÃO DA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA ALIENAÇÃO E DA AUTOALIENAÇÃO PARENTAL"

LIVIA TEIXEIRA LEAL
Mestranda em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Pós- Graduada pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ.Membro do Conselho Assessor da Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil.Advogada.

4. "DESISTÊNCIA DA ADOÇÃO"

PAULA ARANHA HAPNER
Advogada na área de Direito das Famílias e Sucessões.

5. "A ESTABILIZAÇÃO DAS TUTELAS ANTECIPATÓRIAS NO CPC/2015 FOI UM AVANÇO PARA O DIREITO DAS FAMÍLIAS?"

RAFAEL CALMON RANGEL
Mestre em Direito Processual Civil pela UFES. Doutorando em Direito Processual Civil pela UERJ. Juiz de Direito.

6. "EFEITOS SUCESSÓRIOS DA MULTIPARENTALIDADE NAS FAMÍLIAS NEOCONFIGURADAS: UMA BREVE ANÁLISE DA DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE 898060""

HILDA LEDOUX VARGAS
Advogada, Especialista, Mestra e Doutora em Família na Sociedade Contemporânea, pela Universidade Católica do Salvador – UCSAL. Professora assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS-Bahia. Coordenadora do curso de Direito da Faculdade Anísio Teixeira – FAT. Membro da Comissão de Estudos Jurídicos da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, subseção de Feira de Santana, Bahia.

- **DECISÃO COMENTADA**

"DECISÃO COMENTADA DO TJSC – FAMÍLIAS PARALELAS"

COMENTÁRIO DA DECISÃO POR MARCOS ALVES DA SILVA – IGUALMENTE DIFERENTES OU A CRISE DA MONOGAMIA.

MARCO ALVES DA SILVA
Doutor em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Professor de Direito Civil no Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA e integrante do quadro de professores do Programa de Pós- graduação em Direito (mestrado). Professor da Fundação Ministério Público do Estado do Paraná (FEMPAR). Professor na Academia Brasileira de Constitucional (ABDCONST). Integrante da Comissão de Educação Jurídica da OAB/PR. Segundo Vice-Presidente da Comissão Nacional do Ensino Jurídico de Familia do IBDFAM. Advogado em Curitiba.

26.EDIÇÃO 25 JANEIRO/FEVEREIRO DE 2018

"A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E SUAS APLICAÇÕES AO DIREITO DE FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES"

FLÁVIO TARTUCE
Doutor em Direito Civil pela USP. Professor Titular permanente dos Programas de Mestrado e Doutorado na Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP). Coordenador e Professor dos Cursos de Pós-Graduação lato sensu em Direito de Família e das Sucessões na Escola Paulista de Direito (EPD, São Paulo). Diretor Nacional do IBDFAM e Vice- Presidente do IBDFAMSP. Membro da ISFL (International Society of Family Law). Advogado, Consultor Jurídico e Parecerista.

"O REGISTRO CIVIL DA PARENTALIDADE SOCIOAFETIVA E DA MULTIPARENTALIDADE"

MÁRCIA FIDELIS LIMA
Oficiala de Registro de Mateus Leme – MG. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Registral – IBDR e Coordenadora de Auditoria do Fundo de Compensação de MG. Membro do IBDFAM.

"A POSSIBILIDADE DO DANO MORAL NA ALIENAÇÃO PARENTAL"

SELMARA APARECIDA BATISTA DE OLIVEIRA SILVA
Advogada. Graduada em Direito e Pós-Graduanda em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Estácio de Sá.

"A PROTEÇÃO DA LEGÍTIMA DEVE SER MANTIDA, EXCLUÍDA OU DIMINUÍDA DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO?"

ANA LUIZA MAIA NEVARES
Doutora e Mestra em Direito Civil pela UERJ. Professora de Direito Civil na PUC-Rio. Membro do IBDFAM e do IAB. Advogada.

"O RECONHECIMENTO DA MULTIPARENTALIDADE PERANTE A REPERSONALIZAÇÃO DO DIREITO DAS FAMÍLIAS – IMPACTOS PATRIMONIAIS

LUCAS DE MELO BORGES
Advogado. Pós-Graduando em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

"A IMPLANTAÇÃO DE FALSAS MEMÓRIAS DE ABUSO SEXUAL EM CRIANÇAS CUJOS PAIS ESTEJAM EM LITÍGIO NA VARA DE FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DAS CAUSAS, SINTOMAS, CONSEQUÊNCIAS E DA NECESSIDADE DE RÁPIDA INTERVENÇÃO JUDICIAL PARA REDUÇÃO DE DANOS ÀS VÍTIMAS"

BIANCA FERNANDES FIGUEIREDO
Juíza Substituta do Poder Judiciário de Santa Catarina desde 2005. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC em 2002. Especialista em Modernização da Gestão do Poder Judiciário pela Unisul em parceria com a Academia Judicial em 2008. Especialista em Psicologia Jurídica pelo CESUSC em 2011. Mestranda em Direito pela UFSC.

"NATUREZA JURÍDICA DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR CONFORME O ARTIGO 1.698, DO CÓDIGO CIVIL"

PAULO RIBEIRO SOARES DE LADEIRA
Advogado militante formado pela Universidade de São Paulo, campus Largo São Francisco. Pós-Graduado em Direito de Família e Sucessões pela PUCSP-COGEAE. Membro do IBDFAM.

EDIÇÃO 26 MARÇO/ABRIL DE 2018

1. "TEMAS CONTEMPORÂNEOS DE DIREITO DE FAMÍLIA"

LUIS FELIPE SALOMÃO
Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

MÔNICA DRUMOND
Assessora de Ministro no Superior Tribunal de Justiça.

2. O FATO JURÍDICO DA TRANSEXUALIDADE

NELSON ROSENVALD
Procurador de Justiça do Ministério Público/MG. Pós-Doutor em Direito Civil pela Universidade Roma Tre. Visiting Professor na Oxford University. Professor Investigador na Faculdade de Direito de Coimbra. Doutor e Mestre em Direito Civil pelaPUC/SP. Membro da Society of Legal Scholars (UK). Membro do comitê científico da Revista Actualidad Juridica Iberoamericana (España).

3. "ADOÇÃO DE CRIANÇAS INDÍGENAS X DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL"

DENISE ABREU CAVALCANTO CALIL
Advogada especializada em Direito de Família, Infância e Juventude. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família em Roraima. Presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB/RR. Membro da Comissão Nacional da Criança e do Adolescente do CFOAB.

4. "GUARDA COMPARTILHADA E CONVIVÊNCIA COMPARTILHADA: DIFERENÇAS E APLICAÇÕES NO SISTEMA HÍBRIDO BRASILEIRO"

CÁSSIO AUGUSTO BARROS BRANT
Doutor e Mestre em Direito Privado pela PUC-MG. Professor de Direito Civil. Advogado. Autor de obras jurídicas.

5.“AFILIAÇÃOSOCIOAFETIVAPELAPOSSEDEESTADODEFILHOEAMULTIPARENTALIDADE NO PROVIMENTO 63 DO CNJ”

MARCOS COSTA SALOMÃO

6. “COMO NOSSOS PAIS

FERNANDA LEÃO BARRETTO
Advogada. Mestra em Família Contemporânea pela Universidade Católica de Salvador – UCSAL. Professora exclusiva do Curso de Graduação em Direito da Universidade Salvador (UNIFACS). Conselheira Estadual da OABBA - Ordem dos Advogados da Bahia. Diretora da Comissão de Direito e Arte do Instituto Brasileiro de Direito de Família- IBDFAM.

LIZE BORGES GALVÃO
Advogada. Especializada em Direito Civil pela Faculdade Baiana de Direito. Mestranda em Família Contemporânea pela Universidade Católica de Salvador – UCSAL. Professora do Curso de Graduação em Direito da Faculdade Batista de Direito. Integrante da Comissão de Direito e Arte do Instituto Brasileiro de Direito de Família- IBDFAM.

- **DECISÃO COMENTADA**

“A (DES)NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DE GÊNERO AO ASSENTO DE NASCIMENTO: UMA ÓTICA SOB A PRÁTICA JURÍDICA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL EM UM PARADIGMA MUNDIAL”

MILENA MACALÓS SASSO
Especializanda em Direito de Família e Sucessões pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela UniRitter Lauret International Uuniversities. Bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Advogada e Pesquisadora.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

“A EUTANÁSIA E AS DIRETRIZES ANTECIPADAS DE VONTADE EM PORTUGAL”

LETÍCIA FRANCO MACULAN ASSUMPÇÃO
Graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1991). Pós-Graduada e Mestra em Direito Público e Doutoranda em Ciências Jurídicas. Oficiala do Cartório do Registro Civil e Notas do Distrito de Barreiro, em Belo Horizonte, MG. Professora e Coordenadora da Pós-Graduação em Direito Notarial e Registral na parceria INDIC – Instituto Nacional de Direito e Cultura com o CEDIN – Centro de Direito e Negócios. Autora de diversos artigos na área de Direito Tributário, Direito Administrativo, Direito Civil e Direito Notarial. Autora dos livros “Função Notarial e de Registro” e “Casamento e Divórcio em Cartórios Extrajudiciais do Brasil”. Presidente do Colégio do Registro Civil de Minas Gerais e Diretora do CNB/MG. Ex-Procuradora do Município de Belo Horizonte e Ex-Procuradora da Fazenda Nacional.

EDIÇÃO 27 MAIO/JUNHO DE 2018

1. “RENÚNCIA DE HERANÇA NO PACTO ANTENUPCIAL

ROLF MADALENO
Advogado em Direito de Família e Direito das Sucessões. Professor na Pós-Graduação da PUC/RS de Direito das Sucessões. Diretor Nacional do IBDFAM. Mestre em Processo Civil pela PUC/RS.

2. “A PRISÃO CIVIL EM PERSPECTIVA COMPARATISTA: E O QUE PODEMOS APRENDER COM ISSO”

RAFAEL CALMON RANGEL
Mestre em Direito Processual Civil pela UFES. Doutorando em Direito Processual Civil pela UERJ. Juiz de Direito.

3. "POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DO ESTADO PELA NÃO EFETIVAÇÃO DO DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR, POR MEIO DA ADOÇÃO – UMA ANÁLISE NOS SISTEMAS JURÍDICOS PORTUGUÊS E BRASILEIRO"

WLADEMIR PAES DE LIRA
Mestre em Direito pela Universidade Federal de Alagoas. Doutorando pela Universidade de Coimbra. Juiz de Direito e Professor da Universidade Federal de Alagoas.

4. "ADI 4.275 - SUPREMA CORTE BRASILEIRA MARCA A HISTÓRIA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA"

MÁRCIA FIDELIS LIMA
Oficiala de Registro de Mateus Leme – MG. Presidente do IBDR – Instituto Brasileiro de Direito Registral e Coordenadora de Auditoria do Fundo de Compensação de MG. Membro do IBDFAM.

5. "ANÁLISE PROCESSUAL DO LITISCONSÓRCIO ALIMENTAR, COM FOCO NO ARTIGO 1.698 DO CÓDIGO CIVIL

PAULO RIBEIRO SOARES DE LADEIRA
Advogado militante formado pela Universidade de São Paulo, campus Largo São Francisco. Pós-Graduado em Direito de Família e Sucessões pela PUCSP-COGEAE. Membro do IBDFAM.

6. "A SUCESSÃO DO CÔNJUGE CASADO EM REGIME DE SEPARAÇÃO CONSENSUAL DE BENS"

MATHEUS FERREIRA BEZERRA
Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Doutorando em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

ANA JULIA SOUZA MARIANO
Advogada. Pós-Graduanda da Especialização em Direito Processual Civil pela Universidade Estácio de Sá/CERS.

DECISÃO COMENTADA

"A DIVISÃO DE LUCROS ANTES DE ULTIMADA A PARTILHA DAS COTAS SOCIAIS COMUNS POR MARA RUBIA CATTONI POFFO E ANDRESSA ANASTÁCIO - TJSC"

MARA RUBIA CATTONI POFFO
Advogada com exclusividade em Direito de Família e Sucessões. Especialista em Direito de Família e Sucessões. Conselheira do IBDFAM de Santa Catarina. Sócia do escritório Pasquali Advogados.

ANDRESSA ANASTÁCIO
Advogada com exclusividade em Direito de Família e Sucessões. Especialista em Direito de Família e Sucessões. Associada ao escritório Pasquali Advogados.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

A ADOÇÃO E A FOME

PAULO LINS E SILVA
Advogado e Diretor de Relações Internacionais do IBDFAM.

Índice Remissivo

IBDFAM
Instituto Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões

EDIÇÃO 28 JULHO/AGOSTO DE 2018

1. "DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE – DAVS – O DIREITO À MORTE DIGNA"

GISELDA MARIA FERNANDES NOVAES HIRONAKA
Livre-docente e Doutora em Direito Civil pela Faculdade de Direito da USP. Professora Titular de Direito Civil na Faculdade de Direito da USP. Coordenadora Titular e Professora Titular do Programa de Mestrado e Doutorado na Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP). Coordenadora Geral dos Cursos de Especialização na Escola Paulista de Direito (EPD). Diretora Nacional e Fundadora do IBDFAM. Consultora Jurídica e Parecerista

2. "MULTIPARENTALIDADE – EQUIPARAÇÃO OU PREVALÊNCIA DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA COM RELAÇÃO À BIOLÓGICA?"

DIMAS MESSIAS DE CARVALHO
Mestre em Direito Constitucional pela FDSM. Promotor de Justiça aposentado/MG. Professor de Direito de Família e Sucessões na Unifenas e Unilavras. Advogado.

3. "ABANDONO AFETIVO NO ÂMBITO DA RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA: VIOLAÇÃO AO DEVER LEGAL DE CUIDAR E DE AGIR"

LEILA MARIA CHAGAS SERRA
Doutoranda em Gestão: Ciência Aplicada à Decisão pela Universidade de Coimbra. Mestra em Administração e Gestão Pública pela Universidade de Aveiro em Portugal. Graduada em Administração pela Universidade Estadual do Maranhão. Graduanda em Direito pela Unidade de Ensino Superior Dom Bosco.

BRUNA BARBIERI WAQUIM
Professora e Servidora Pública do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Doutoranda em Direito pelo Centro Universitário de Brasília. Mestra em Direito e Instituições do Sistema da Justiça pela Universidade Federal do Maranhão. Especialista em Direito Civil e Processo Civil e em Direito de Família e Sucessões.

4. "A (IM)POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA PARA OS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO"

HÉLIO SISCHINI DE CALI
Pós-Graduado em Direito de Família e Sucessões pela Faculdade Damásio. Associado do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Ex-Membro da Comissão Especial de Direito de Família da OAB-ES. Diretor do Núcleo dos Advogados de Família da Região Norte/ES do IBDFAM/ES – biênio 2016-2017. Mediador Judicial em formação. Advogado.

5. "ASPECTOS CIVIS DA GESTAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO NO BRASIL ANTE A AUSÊNCIA DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA"

MARCOS VINÍCIUS MARQUES PAIM
Advogado. Graduado pela Universidade Estácio de Sá, campus Petrópolis – RJ.

6. "A MULTIPARENTALIDADE NAS FAMÍLIAS RECONSTITUÍDAS"

KARINA BARBOSA FRANCO
Mestranda em Direito Público pela UFAL. Professora Universitária. Membro do IBDFAM e IBDCIVIL. Participante do Grupo de Pesquisa Constitucionalização das Relações Privadas (CONREP/UFPE) e Direito Privado e Contemporaneidade – Linha de Pesquisa: Constitucionalização das Relações Privadas (UFAL).

MARCOS EHRHARDT JÚNIOR
Doutor pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professor de Direito Civil da UFAL. Professor de Direito Civil e Direito do Consumidor do Centro Universitário CESMAC. Pesquisador Visitante do Instituto Max-Planck de Direito Privado Comparado e Internacional (Hamburgo/Alemanha). Líder do Grupo de Pesquisa Direito Privado e Contemporaneidade (UFAL). Membro do Grupo de Pesquisa Constitucionalização das Relações Privadas (CONREP/UFPE). Editor da Revista Fórum de Direito Civil (RFDC). Diretor Nordeste do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCIVIL). Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) e do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil (IBERC). Advogado.

7. "OS DANOS CAUSADOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM DECORRÊNCIA DA PRÁTICA DA ALIENAÇÃO PARENTAL"

BRUNA FERREIRA GOMES
Especializanda no Curso de Processo Civil – PUC/RS. Bacharela em Direito – PUC/RS.

MARIA REGINA FAY DE AZAMBUJA
Doutora em Serviço Social – PUC/RS. Mestra em Direito – UNISINOS. Especialização em Violência Doméstica contra Criança e Adolescente – Universidade de São Paulo. Especialização em Direito Processual Civil – Escola Oswaldo Vergara de Pós- Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais. Graduação em Direito – UNISINOS.

- **DECISÃO COMENTADA**

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA –RECURSO ESPECIAL N. 1.685.935- AM – RECONHECIMENTO INCIDENTAL DE UNIÃO ESTÁVEL NO PROCESSO DE INVENTÁRIO."

FERNANDA TARTUCE
Doutora e Mestra em Direito Processual pela USP. Professora dos cursos de Mestrado e Doutorado da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo – FADISP. Professora e Coordenadora de Processo Civil da Escola Paulista de Direito – EPD. Advogada orientadora do Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP, do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP e do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Presidente do Conselho do Centro de Estudos Avançados de Processo – CEAPRO. Mediadora e autora de obras jurídicas.

EDIÇÃO 29 SETEMBRO/OUTUBRO DE 2018

1. "POLIAMOR: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA DECISÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E DOS REFLEXOS DO POLIAMORISMO NO DIREITO DE FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES"

JOSÉ ROBERTO MOREIRA FILHO
Mestre em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Bioética, Direito e Aplicações pelo IEC PUC-Minas. Diretor Nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família em Minas Gerais. Presidente da Comissão de Direito de Família da OAB/MG. Professor Universitário e Advogado militante.

2. "NO DESVÃO DA BIOÉTICA: DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE (DAVS) OU MORRER COM DIGNIDADE – O DIREITO A NÃO SOFRER"

MÁRCIA BOEN GARCIA LIÑAN FIGUEIREDO
Graduação em Odontologia UNESP de São José dos Campos. Mestra em Deontologia e Odontologia Legal pela FOUSP. Doutora em Educação na Área: Estado, Sociedade e Educação pela FEUSP. Diplomada em Bioética pela Faculdade de Medicina da PUC do Chile. Graduação em Direito pela FMU. Advogada. Pós-Graduação lato sensu em Direito de Família e Sucessões pela EPD.

3. "ATO PROCESSUALIZADO E AÇÃO ANULATÓRIA (ART. 966, § 4O, CPC)"

CÁSSIO BENVENUTTI DE CASTRO
Juiz de Direito no Rio Grande do Sul. Especialista em Ciências Criminais. Especialistaem Direitos Fundamentais e Direito do Consumidor. Mestre em Direito pela UFRGS. Doutorando em Direito pela UFRGS.

4. "PRECISAMOS FALAR SOBRE OS HOMENS: APONTAMENTOS PRELIMINARES SOBRE PRÁTICAS VOLTADAS À REABILITAÇÃO E EDUCAÇÃO DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER"

JULIANA LAZZARETTI SEGAT
Graduada em Direito pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Assessora de Juiz de Direito no Juizado da Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Rio Grande/RS (TJRS).

- **PARECER**

"DOAÇÃO QUE INSTITUI AS CLÁUSULAS DE INALIENABILIDADE E IMPENHORABILIDADE SOBRE PROPRIEDADE RURAL E A POSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO DAS REFERIDAS RESTRIÇÕES, EM ATENDIMENTO AO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE"

FLÁVIO TARTUCE
Doutor em Direito Civil pela USP. Professor Titular permanente dos Programas de Mestrado e Doutorado na Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP). Coordenador e Professor dos Cursos de Pós-Graduação lato sensu em Direito de Família e das Sucessões na Escola Paulista de Direito (EPD, São Paulo). Diretor Nacional do IBDFAM e Vice- Presidente do IBDFAMSP. Membro da ISFL (International Society of Family Law). Advogado, Consultor Jurídico e Parecerista.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

"DAS DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS DA GUARDA COMPARTILHADA NO BRASIL E NA ARGENTINA"

ANA PAULA GIMENEZ
Advogada. Doutoranda em Direito Civil pela Universidade de Buenos Aires. Diretora da Revista Especializada de Direito Civil IJ.

EDIÇÃO 30 NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2018

1. "NOVAS RAZÕES PARA A FORÇA NORMATIVA DOS PRINCÍPIOS NAS RELAÇÕES PRIVADAS"

PAULO LÔBO
Doutor em Direito Civil pela USP. Professor Emérito da UFAL. Diretor Nacional do IBDFAM Ex-cônjuge é obrigado a retirar o sobrenome do outro?

ZENO VELOSO
Professor de Direito Civil e de Direito Constitucional Aplicado. "Notório Saber" reconhecido pela Universidade Federal do Pará. Doutor Honoris Causa da Universidade da Amazônia. Escritor. Diretor do IBDFAM. Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas.

2. "POR UMA ABORDAGEM HERMENÊUTICA NAS RELAÇÕES PARENTAIS"

SOFIA MIRANDA RABELO
O reconhecimento de conjugalidades simultâneas afronta o ordenamento jurídico brasileiro?

MARCOS ALVES DA SILVA
Doutor em Direito Civil pela UERJ. Mestre em Direito pela UFPR. Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito do UNICURITIBA. Vice-Presidente da Comissão Nacional de Ensino de Direito de Família do IBDFAM. Advogado em Curitiba — PR.

3. "CONTROLE DA CONVENCIONALIDADE DOS ARTIGOS 181 E 182 DO CÓDIGO PENAL (ESCUSAS ABSOLUTÓRIAS) NOS CRIMES PATRIMONIAIS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER"

ÉRICA VERÍCIA CANUTO DE OLIVEIRA VERAS
Promotora de Justiça no Rio Grande do Norte. Mestra em Ciências Sociais (UFRN) e em Direito (UFBA). Doutora em Ciências Sociais (UFRN). Professora da UFRN. Membro do IBDFAM.

GABRIELA NIVOLIERES SOARES DE SOUSA ARAUJO
Assessora Jurídica do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.

4. "O NOVO REGIME DAS INCAPACIDADES E A (DES)PROTEÇÃO LEGAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MENTAL"

ANDRESSA TONETTO FONTANA
Advogada especialista em Direito de Família e Sucessões pela Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP. Coordenadora da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência do IBDFAM/RS.

5. "A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SOB A ÓTICA SISTÊMICA – UMA EXPERIÊNCIA NO JUDICIÁRIO"

ANA CAROLINA CARPES MADALENO
Advogada e Consteladora com atuação sistêmica no Direito de Família e Sucessões. Sócia do Escritório Madaleno de Advocacia. Professora convidada da Pós-Graduação em Direito de Família. Idealizadora e Consteladora do projeto Ampliando o Olhar, realizado nas Varas de Violência Doméstica e Família do Fórum de Novo Hamburgo – RS. Coautora dos livros Síndrome da alienação parental. Importância da detecção.

6. "ASPECTOS LEGAIS E PROCESSUAIS E RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO DE FAMÍLIA. FAMÍLIA MULTIESPÉCIE E DIVÓRCIO EXTRAJUDICIAL COM GUARDA DE ANIMAIS SENCIENTES."

THOMAS NOSCH GONÇALVES
Tabelião e registrador. Ex-Advogado. Especialista em notas e registro pela EPM. Pós-Graduando da USP – FDRP. Membro da Comissão de Notas e Registro do IBDFAM. Mudança de nome e sexo no registo civil: a identidade de gênero

MARCELO SALAROLI DE OLIVEIRA
Mestre em Direito Privado pela UNESP – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Diretor da Associação dos Registradores das Pessoas Naturais do Estado de São Paulo (Arpen-SP). Coordenador da Revista de Direito Imobiliário (2007). Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais no Estado de São Paulo (desde 2007).

EDIÇÃO 31 JANEIRO/FEVEREIRO DE 2019

1. "POSSO RENUNCIAR À HERANÇA EM PACTO ANTENUPCIAL?"

MARIO LUIZ DELGADO URBANO MARINHO JUNIOR
Doutor em Direito Civil pela USP. Mestre em Direito Civil Comparado pela PUC-SP. Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Titular da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo – FADISP e Professor de Direito Civil na Escola Paulista de Direito – EPD. Presidente da Comissão de Assuntos Legislativos do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. É membro da Academia Brasileira de Direito Civil – ABDC.

JÂNIO URBANO MARINHO JUNIOR
Mestre em Direito pela FADISP. Bacharel em Direito pela USP. Defensor Público Federal.

2. "FAMÍLIAS SIMULTÂNEAS E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA"

LAURA UHRY VIEIRA
Especialista em direito público pela Fundação Escola Superior do Ministério Público.

3. "ASPECTOS PRÁTICOS DA TRANSMISSIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR"

MARCELO REUZZI OTERO
Mestre e Doutor pela PUC-SP. Diretor do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Advogado. Professor da Escola Paulista de Direito – EPD.

4. "ALIENAÇÃO PARENTAL: ENTRE O MITO E A BANALIZAÇÃO – A BUSCA DE NOVAS SOLUÇÕES PARA VELHOS PROBLEMAS NO MP/RJ"

BEATRICE MARINHO PAULO
Atuou durante 12 anos como Psicóloga do Grupo de Apoio Técnico Especializado do Ministério Público do Rio de Janeiro – GATE-MP/RJ. Doutora e Mestra em Psicologia Clínica pela PUC-Rio. Mestra em Direito Civil pela UGF. Especialista em Psicologia Jurídica pela UNESA e em Direito Especial da Criança e do Adolescente pela UERJ. Professora de Psicologia Aplicada ao Direito na Universidade Estácio de Sá. Coautora e organizadora do livro "Psicologia na Prática Jurídica: a criança em foco". Associada da Associação Brasileira de Psicologia Jurídica – ABPJ, do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM e da Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas – ABRAFH.

5. "A ATUAÇÃO TÉCNICA DO SERVIÇO SOCIAL E DA PSICOLOGIA EM CONFLITOS FAMILIARES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS"

CAROLINA LOPES ARANTES MASCARENHAS
Assistente Social. Analista do Ministério Público de Minas Gerais.
FERNANDA CUNHA GUIMARÃES
Psicóloga. Analista do Ministério Público de Minas Gerais.

6. "ASPECTOS HISTÓRICOS E RELEVANTES DO INSTITUTO DA ADOÇÃO NO BRASIL"

DENISE ABREU CAVALCANTI CALIL
Advogada. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família em Roraima. Presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB/RR. Sócia do escritório DCC Advogados Associados.

7. "A ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS: VIABILIDADE JURÍDICA E PSICOSSOCIAL"

LAYS COSTA FERNANDES
Graduada em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. PósGraduada em Direito Civil e Processual Civil pela Universidade Estácio de Sá. Advogada.

- **DECISÃO COMENTADA**

"CABIMENTO OU NÃO DA PRISÃO CIVIL NA FIXAÇÃO DE ALIMENTOS COMPENSATÓRIOS – AGRAVO DE INSTRUMENTO NO 70078720984, APRECIADO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL".

RAFAEL CALMON
Mestre em Direito Processual Civil pela UFES. Doutorando em Direito Processual Civil pela UERJ. Juiz de Direito.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

Índice Remissivo

IBDFAM
Instituto Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões

A NATUREZA JURÍDICA DA LEGÍTIMA E O SEU CÁLCULO: UMA VISÃO LUSO-BRASILEIRA

PRISCILA MARTINS DELFIM
Mestra em Ciências Jurídicas – Civil/ Sucessões pela Universidade de Lisboa. PósGraduada em Ciências Jurídicas pela Universidade de Lisboa. Graduada pela Faculdade de Direito Milton Campos. Advogada. Professora universitária na rede de ensino Doctum.

EDIÇÃO 32 MARÇO/ABRIL DE 2019

1. CASAMENTO DE MENOR DE 16 ANOS – NULIDADE OU ANULAÇÃO LEI 13.811/2019

ROLF MADALENO
Advogado atuante em Direito de Família e Direito das Sucessões. Professor de Direito das Sucessões na Pós-Graduação da PUC/RS. Diretor nacional e sócio-fundador do IBDFAM. Sócio da AIJUDEFA (Asociación Internacional de Jurista de Derecho de Familia). Mestre em Processo Civil pela PUC/RS. Autor de livros e palestrante.

2. "EFETIVIDADE DOS ALIMENTOS NA MULTIPARENTALIDADE

ANA CARLA HARMATIUK MATOS
Mestra e Doutora pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora na Graduação, Mestrado e Doutorado em Direito na Universidade Federal do Paraná. Professora Colaboradora no Mestrado profissional em Direito na UNIFOR. Diretora da Região Sul do IBDFAM. Vice-Presidente do IBDCivil. Advogada.

Gabriel Percegona Santos
Mestrando em Direito na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro do grupo de pesquisa em direito civil-constitucional Virada de Copérnico.

3. "ESTUDO SOBRE A VALIDADE DO CONTRATO DE NAMORO"

LAURA ZUPPO DE SOUSA
Mestranda em Direito no Núcleo de Direito Civil Comparado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

4. "TOMADA DE DECISÃO APOIADA PELO DEFICIENTE (ART. 1.783-A DO CC): ALGUNS ASPECTOS PROCESSUAIS"

FERNANDO DA FONSECA GAJARDONI
Doutor e Mestre em Direito Processual pela Faculdade de Direito da USP (FD-USP). Professor Doutor de Direito Processual Civil e Coletivo da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP (FDRP-USP). Juiz de Direito no Estado de São Paulo.

ROSANA MEDEIROS VELUCI GAJARDONI
Mestranda em Direito na Faculdade de Direito e Ciências Sociais da UNESP/Franca. Especialista em Direito pela Universidade de Franca (UNIFRAN). Advogada.

.5. "ALIENAÇÃO PARENTAL, UM TERMO CONTROVERSO"

MÁRCIA AMARAL MONTEZUMA
Psiquiatra. Psicanalista, com lato sensu em Perícia Médica/FELUMA e mestrado profissional em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência/UFMG.

RODRIGO DA CUNHA PEREIRA
Presidente nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Mestre (UFMG) e Doutor (UFPR) em Direito Civil. Autor de livros sobre Direito de Família e Psicanálise.

ELZA MACHADO DE MELO
Professora do Departamento de Medicina Preventiva e Social/UFMG. Coordenadora do Núcleo de Promoção de Saúde e Paz e do mestrado profissional em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência/UFMG. Mestra em Ciência Política. Doutora em Medicina Preventiva e Social.

- **DECISÃO COMENTADA**

"O ESTABELECIMENTO DE "LAR DE TRANSIÇÃO" E A SUSPENSÃO PROVISÓRIA DO CONVÍVIO COM O ALIENADOR COMO INSTRUMENTOS PARA CONDUZIR A MODIFICAÇÃO DE GUARDA EM CASOS DE GRAVE ALIENAÇÃO PARENTAL"

MARA RUBIA CATTONI POFFO
Advogada com exclusividade em Direito de Família e Sucessões. Especialista em Direito de Família e Sucessões. Conselheira do IBDFAM de Santa Catarina. Sócia do escritório Pasquali Advogados.

ANDRESSA ANASTÁCIO
Advogada com exclusividade em Direito de Família e Sucessões. Especialista em Direito de Família e Sucessões. Associada ao escritório Pasquali Advogados.

EDIÇÃO 33 MAIO/JUNHO DE 2019

1. "FAMÍLIAS PARALELAS – VISÃO ATUALIZADA"

GISELDA MARIA FERNANDES NOVAES HIRONAKA
Professora Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FADUSP). Coordenadora Titular e Professora Titular do Programa de Mestrado e Doutorado da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP). Coordenadora Titular da área de Direito Civil da Escola Paulista de Direito (EPD). Mestra, Doutora e Livre-docente pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FADUSP). Ex-Procuradora Federal. Fundadora e Diretora Nacional do IBDFAM (Região Sudeste). Diretora Nacional do IBDCivil (Região Sudeste).

FLÁVIO TARTUCE
Doutor em Direito Civil pela USP. Mestre em Direito Civil Comparado pela PUCSP. Professor Titular permanente do Programa de Mestrado e Doutorado da FADISP. Professor e Coordenador dos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Privado da EPD. Autor da coleção Direito civil, em seis volumes, pela Editora GEN/Forense. Autor do Manual de direito civil: volume único. Advogado em São Paulo. Parecerista e consultor jurídico.

2. "QUAIS OS EFEITOS PSICOLÓGICOS, PARA AS CRIANÇAS, NA FIXAÇÃO DE DUAS CASAS?"

GLICIA BARBOSA DE MATTOS BRAZIL
Psicóloga do TJRJ. Membro do Fórum Permanente de Direito de Família e Sucessões da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Bacharela em Direito. Professora de Psicologia para cursos de Extensão e Especialização em Direito de Família e Direito da Infância na PUC/RJ, EMERJ, Fundação Escola Superior do MPRJ (FEMPERJ), Curso Damásio de Jesus (SP) e AASP (Associação de Advogados de SP). Autora de artigos relacionados à interface Psicologia Direito. Membro do IBDFAM. Entrevistadora Forense capacitada pelo CNJ para Escuta no formato Depoimento Especial.

3. "UNIÃO ESTÁVEL E A LEVEZA DO TEMPO"

LOURIVAL SEREJO
Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Especialista em Direito Público pela Universidade Federal do Ceará e em Direito Processual Civil, pela Universidade Federal de Pernambuco. Membro fundador do IBDFAM.

4. "A LICENÇA-PARENTAL E O ESTATUTO DOS SERVIDORES DA UNIÃO: URGÊNCIA DE REVISÃO E ADEQUAÇÃO À CONTEMPORANEIDADE"

SAULO XAVIER DE BRITO AMORIM
Advogado e Professor. Especialista em gestão pública e em direito público. MBA em gestão do conhecimento e Mestre em desenvolvimento. Presidente da Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (ABRAFH) e Coordenador do Grupo de Apoio à Adoção Cores da Adoção. Servidor Público Federal e Membro do Núcleo Elos de Pesquisas em Gênero e Sexualidades do Colégio Pedro II.

5. "ASPECTOS JURÍDICOS DA LEI N. 13.431/2017: A ESCUTA ESPECIALIZADA E O DEPOIMENTO ESPECIAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE VÍTIMA OU TESTEMUNHA DE VIOLÊNCIA"

PAULO HENRIQUE ARANDA FULLER
Doutorando e Mestre em Direito Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Juiz de Direito (2005-2014). Advogado. Professor de Processo Penal, Legislação Penal Especial e Direito da Criança e do Adolescente no Damásio Educacional.

6. "O CONTRIBUTO DA AFETIVIDADE PARA A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA EUDEMONISTA NA CONTEMPORANEIDADE"

HILDA LEDOUX VARGAS
Advogada. Doutora em Família na Sociedade Contemporânea, pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Mestra em Desenvolvimento Sustentável, pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Direito de Empresas, pela Universidade Estácio de Sá. Professora Adjunta na Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia. Coordenadora do curso de Direito da Faculdade Anísio Teixeira (FAT), em Feira de Santana/BA. Membro da Comissão de Estudos Jurídicos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), subseção de Feira de Santana/BA. Pesquisadora integrante do grupo de pesquisa Políticas e Epistemes da Cidadania/CNPq/UNIFACS.

- **DECISÃO COMENTADA**

"O FIM DA LIBERDADE DE ESCOLHA DO REGIME SUCESSÓRIO: UMA ANÁLISE SOBRE O JULGAMENTO DO RE 878.694/MG"

INGRID ÊMILI CAVALCANTE DE ALENCAR
Advogada. Formada em Direito pela Faculdade de Integração do Sertão-FIS. Pós-Graduanda em Direito de Família e Sucessões pela Faculdade Damásio.

EDIÇÃO 34 JULHO/AGOSTO DE 2019

1. "PENSÃO POR MORTE E COMPROVAÇÃO FORMAL DA UNIÃO ESTÁVEL: ANÁLISE CRÍTICA E PRÁTICA ACERCA DAS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N. 13.846/2019"

MARCO AURÉLIO SERAU JÚNIOR
Professor da Universidade Federal do Paraná – UFPR, nas áreas de Direito do Trabalho e Direito Previdenciário. Doutor e Mestre em Direitos Humanos (USP). Diretor Científico do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário – IBDP. Autor e Coordenador de diversas obras jurídicas.

FREDERICO THALES DE ARAÚJO DE MARTOS
Professor da Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG , na área de Direito Civil, e da Faculdade de Direito de Franca – FDF. Doutor em Direito (FADISP). Advogado em São Paulo.

2. "A RESPONSABILIDADE CIVIL EM SUA DIMENSÃO INTRAFAMILIAR: O DANO MORAL PELA PRÁTICA DE ALIENAÇÃO PARENTAL"

VANESSA PERPÉTUO SIMONASSI
Advogada. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direto Privado da Pontifícia Universidade Católica de Minas. Pós-graduada em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pós-graduada em Processo Civil pelo Instituto de Ensino, pesquisa e Atividade de extensão em Direito Ltda. – Praetorium. Pós-graduada em Filosofia e Teoria do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Direito das Famílias e Direito Sucessório pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Pós-graduada em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Formação em Psicanálise e Criminologia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Pós-graduada em Filosofia e Teoria do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

3. "A NATUREZA JURÍDICA (NÃO)CONTRATUAL DAS CONVENÇÕES FAMILIARES"

GERALDO FELIPE SOUTO SILVA
Diretor da Comissão de Direito Notarial e Registral do IBDFAM-DF. Mestrando em Direito, Políticas Públicas, Relações Privadas e Desenvolvimento, no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Pós-Graduado em Direito Civil. Tabelião e Registrador Titular no Distrito Federal.

4. "O TEMPO DE CONVIVÊNCIA LIVRE E A MÁXIMA INTERVENÇÃO NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE"

CONRADO PAULINO DA ROSA
Advogado especializado em família e sucessões. Pós-Doutor em Direito – UFSC. Doutor em Serviço Social – PUCRS. Mestre em Direito pela UNISC, com a defesa realizada perante a Università Degli Studi di Napoli Federico II, na Itália. Professor da Faculdade do Ministério Público – FMP, em Porto Alegre, onde coordena a Pós-Graduação presencial e EAD em Direito de Família. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM / Seção RS. Presidente da Comissão Especial de Direito de Família e Sucessões da OAB / Secção Rio Grande do Sul.

JOSIANE ROSE PETRY VERONESE
Professora Titular da Disciplina de Direito da Criança e do Adolescente da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Mestra e Doutora em Direito pela UFSC, com Pós-Doutorado pela PUC Serviço Social/RS. Professora dos Programas de Mestrado e Doutorado do Curso de Pós-Graduação em Direito/UFSC. Coordenadora do NEJUSCA – Núcleo de Estudos Jurídicos e Sociais da Criança e do Adolescente e Subcoordenadora do Núcleo de Pesquisa Direito e Fraternidade. Acadêmica da Cadeira n. 1, da Academia de Letras de Biguaçu/SC.

5. "A (DES)NECESSIDADE DE OITIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DE HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO INSTRUMENTO DE TRANSAÇÃO REFERENDADO PELOS ADVOGADOS DOS TRANSATORES ENVOLVENDO DIREITOS INDISPONÍVEIS TRANSIGÍVEIS"

RAFAEL MOGUEL DELFINO
Pós-Graduado (lato sensu) em Direito Ambiental pela Escola Superior São Francisco de Assis – ESFA (2013) e Pós-Graduando (lato sensu) em Mediação de Conflitos e Arbitragem pela Faculdade Unyleya (2019). Defensor Público do Estado do Espírito Santo desde 2010. Ex-Diretor Jurídico da Associação dos Defensores Públicos do Espírito Santo de 2013 a 2014 e ex-Conselheiro Superior da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo de 2015 a 2018.

6. "O DIREITO SISTÊMICO COMO UMA NOVA ABORDAGEM DE SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE CONFLITOS NO ÂMBITO DA DEFENSORIA PÚBLICA"

JAMILE GONÇALVES SERRA AZUL
Defensora Pública do Estado de Mato Grosso do Sul. Especialista em Ciências Criminais pela Universidade Anhanguera, Rede Luiz Flávio Gomes de Ensino, 2013. Cursando Especialização em Direito Sistêmico pela Hellinger Schule.

7. "MEDIAÇÃO DOS CONFLITOS FAMILIARES: TEORIA E PRÁTICA"

VIRGÍNIA DE FÁTIMA MARQUES BEZERRA

8. "O INSTITUTO DA PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS – ANÁLISE DA (IN) EFICÁCIA DA COAÇÃO PESSOAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO"

GABRIELA REGINA SILVA AGUIAR
Bacharela em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pós-Graduanda em Direito de Família e Sucessões pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Voluntária na Defensoria Pública do Estado de São Paulo na área da Família e Sucessões na Regional de Santo Amaro.

9. "A SUCESSÃO HEREDITÁRIA COM BENS SITUADOS NO EXTERIOR"

ANA LUIZA MAIA NEVARES
Doutora e Mestra em Direito Civil pela UERJ. Professora de Direito Civil da PUC-Rio. Coordenadora do Curso de Pós-Graduação lato sensu de Direito das Famílias e das Sucessões da PUC-Rio. Membro do IBDFAM, do IBDCivil e do IAB. Advogada.

EDIÇÃO 35 SETEMBRO/OUTUBRO DE 2019

1. "O ABUSO DO DIREITO NO DIREITO DE FAMÍLIA"

ROLF MADALENO
Advogado. Professor de Direito de Família na Pós-Graduação de Direito de Família e Sucessões na PUC/RS e como convidado na Pós-Graduação da UFRGS. Sócio-fundador do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Membro da Asociación Internacional de Juristas de Derecho de Familia – AIJUDEFA. Mestre em Direito Processual pela PUC/RS. Palestrante no Brasil e no exterior.

2. "RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE SOCIOAFETIVA NO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL: MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS"

ERICA BARBOSA
Mestra e Doutora em Direito Processual pela USP. Professora convidada de Processo Civil e Registros Públicos em cursos de pósgraduação lato sensu. Pesquisadora. Autora de diversos artigos e livros jurídicos. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM e do Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP. Conciliadora. Oficial de Registro Civil em São Paulo – SP.

FERNANDA TARTUCE
Doutora e Mestra em Direito Processual pela USP. Professora do programa de Mestrado e Doutorado da FADISP. Coordenadora e Professora em cursos de especialização na Escola Paulista de Direito (EPD). Presidente da Comissão de Processo Civil do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Diretora do Centro de Estudos Avançados de Processo – CEAPRO. Vice-Presidente da Comissão de Mediação do Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP. Membro do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP. Advogada e Mediadora.

3. "O DESTINO DOS ANIMAIS DE COMPANHIA NO ROMPIMENTO DA UNIÃO FAMILIAR"

RAFAEL CALMON
Mestre em Direito Processual Civil pela UFES. Doutorando em Direito Processual Civil pela UERJ. Juiz de Direito do TJES.

4. "DOAÇÃO COMO ANTECIPAÇÃO DE HERANÇA E COLAÇÃO: ASPECTOS JURÍDICOS CONTROVERTIDOS"

MIGUEL BORGHEZAN
Mestre em direitos fundamentais e relações sociais. Professor universitário. Advogado. Atual Presidente do Fórum dos Pesquisadores das Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa de Santarém – FOPIESS. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Pesquisador.

TÂNIA MARA SAKAMOTA BORGHEZAN
Mestra em direitos fundamentais e relações sociais. Professora Universitária. Advogada e Dentista. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Pesquisadora

5. "CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE ALIMENTOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL"

DANIEL ROBERTO HERTEL
Graduado em Administração e em Direito pela Universidade Vila Velha, especializado em Direito Público e em Direito Processual Civil pela Faculdade Cândido Mendes e Mestre em Garantias Constitucionais pelas Faculdades Integradas de Vitória – FDV. Professor Adjunto X de Direito Processual Civil e de Prática Jurídica Cível da Universidade Vila Velha – UVV. Ex-Professor de Direito Processual Civil da Fundação de Assistência e Educação (FAESA). Professor convidado de Direito Processual Civil do curso de Pós-Graduação da Academia Brasileira de Direito Constitucional – ABDCONST (Curitiba/PR). Professor na Escola Superior da Magistratura do Estado do Espírito Santo – ESMAGES. Foi advogado militante por dez anos e, atualmente, é assessor para Assuntos Jurídicos do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

6. "POR QUE ALGUNS ACORDOS E DECISÕES JUDICIAIS NÃO FUNCIONAM PARA AS FAMÍLIAS?"

IANE NAIA DE OLIVEIRA RUGGIERO DEL BEL
Advogada. Mediadora de Conflitos. Instrutora das Oficinas de Divórcio e Parentalidade do CNJ. Mestranda em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista em Direito de Família e Sucessões pela Escola Paulista de Direito (EPD). Coordenadora do Grupo de Estudos de Práticas Colaborativas de São Paulo.

- **DECISÃO COMENTADA**

''HABEAS CORPUS NA PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS: ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO"

LUIZA TOSTA CARDOSO
Mestranda no Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Direito Processual da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Especialista em Direito Civil e Empresarial pela Faculdade de Direito de Vitória – FDV. Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória – FDV.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

''O LIMITE TEMPORAL À PROPOSITURA DAS AÇÕES DE INVESTIGAÇÃO DA PATERNIDADE EM PORTUGAL"

THAIS CESA E SILVA
Advogada especializada em Direito de Família e Sucessões da PUCRS. Mestranda em Ciências Jurídico-Civilísticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

EDIÇÃO 36 NOVEMBRO/DEZEMBRO 2019

1. "COPARENTALIDADE: A AUTONOMIA PRIVADA DOS GENITORES EM CONTRAPONTO AO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA"

CLÁUDIA MARA DE ALMEIDA RABELO VIEGAS
Coordenadora do Curso de Direito da Universidade Brasil – Faculdade de Belo Horizonte. Professora de Direito da PUC Minas, Faculdade de Belo Horizonte, Conselho Nacional de Justiça e Polícia Militar. Pós-Doutoranda pela Universidade Federal da Bahia. Doutora e Mestra em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Servidora Pública Federal do TRT MG – Assistente do Desembargador Corregedor. Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Gama Filho. Especialista em Educação à distância pela PUC Minas. Especialista em Direito Público – Ciências Criminais pelo Complexo Educacional Damásio de Jesus. Bacharel em Administração de Empresas e Direito pela Universidade FUMEC.

RODOLFO PAMPLONA FILHO
Juiz Titular da 32ª Vara do Trabalho de Salvador/BA. Professor Titular de Direito Civil e Direito Processual do Trabalho da Universidade Salvador – UNIFACS. Professor Associado da Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito da UFBA – Universidade Federal da Bahia. Coordenador dos Cursos de Especialização em Direito Civil e em Direito e Processo do Trabalho da Faculdade Baiana de Direito. Coordenador do Curso de Pós-Graduação on-line em Direito Contratual e em Direito e Processo do Trabalho da Estácio, em parceria tecnológica com o CERS. Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Máster em Estudios en Derechos Sociales para Magistrados de Trabajo de Brasil pela UCLM – Universidad de Castilla-La Mancha/Espanha. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro e Presidente Honorário da Academia Brasileira de Direito do Trabalho (antiga Academia Nacional de Direito do Trabalho – ANDT). Presidente da Academia de Letras Jurídicas da Bahia e do Instituto Baiano de Direito do Trabalho. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil, do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) e do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCivil).

2. O PACTO ANTENUPCIAL E A RENÚNCIA À HERANÇA

GABRIELA FRANCO MACULAN ASSUMPÇÃO
Graduanda em Direito pela PUC/MG. Ex-Oficiala Substituta no Cartório de Registro Civil e de Notas do Distrito do Barreiro, em Belo Horizonte, MG. Estagiária de Direito na JHCG Advocacia.

LETÍCIA FRANCO MACULAN ASSUMPÇÃO
Graduada em Direito pela UFMG. Pós-Graduada, Mestra e Doutoranda em Direito. Oficiala do Cartório do Registro Civil e Notas do Distrito de Barreiro, em Belo Horizonte, MG. Diretora do Instituto Nacional de Direito e Cultura – INDIC. Professora e co-Coordenadora da Pós-Graduação em Direito Notarial e Registral na parceria INDIC-CEDIN. Vice-Presidente do Colégio Registral de Minas Gerais e Diretora do Recivil e do CNB/MG. Autora dos livros Notas e Registros, Casamento e Divórcio em Cartórios Extrajudiciais do Brasil e Usucapião Extrajudicial, além de diversos artigos na área do direito notarial e registral.

3. “QUAL A EFICÁCIA JURÍDICA DOS CONTRATOS DE NAMORO?”

LEONARDO AMARAL PINHEIRO DA SILVA
Advogado. Mestre em Direito Constitucional – com enfoque no Direito de Família. Professor – Titular I – de Direito Civil da Universidade da Amazônia – UNAMA e de Direito Civil da Faculdade Maurício de Nassau – FAUNI, da Graduação e Pós-Graduação. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM, Seção do Pará. Membro do Instituto dos Advogados do Pará – IAP, Seção do Pará. Corretor Imobiliário. Autor dos livros: Pacto dos noivos: o que você gostaria de saber sobre regime de bens, mas tem receio em perguntar; Pacto dos namorados: o namoro qualificado e a diferença que você gostaria de saber da união estável, mas tem receio em perguntar; e O princípio da isonomia jurídica entre homens e mulheres como limitação ao poder de reforma constitucional. Sócio da Sociedade de Advogados “Pinheiro da Silva - Advogados, S/S.

4 ‘’ O MINISTÉRIO PÚBLICO NAS AÇÕES DE FAMÍLIA: INTERVENÇÃO NA TUTELA DOS INTERESSES DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA”

MARIO MORAES MARQUES JUNIOR
Membro do Ministério Púbico do Estado do Rio de Janeiro. Titular da 6ª Promotoria de Família da Capital.

5. "A POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DECORRENTE DO ABANDONO EFETIVO INVERSO"

FERNANDA FURLAN GIOTTI
Advogada. Pós-Graduada em Direito Processual Penal pelo Instituto Damásio de Direito. Bacharela em Direito pela Universidade de Caxias do Sul.

6. "ANÁLISE DA NATUREZA JURÍDICA DOS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NUMA DISSOLUÇÃO CONJUGAL NO ÂMBITO DE FAMÍLIA EUDEMONISTA"

LEILA MARIA CHAGAS SERRA
Doutoranda em Gestão: Ciência Aplicada à Decisão pela Universidade de Coimbra. Mestra em Administração e Gestão Pública pela Universidade de Aveiro em Portugal. Graduada em Administração pela Universidade Estadual do Maranhão. Graduanda em Direito pela Unidade de Ensino Superior Dom Bosco.

ANNA VALÉRIA DE MIRANDA ARAÚJO
Professora de Cursos de Pós-Graduação. Assessora Jurídica da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão. Mestra em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco.

7. "AMOR É AMOR, DINHEIRO É DINHEIRO: A INFELICIDADE DA PRESUNÇÃO DO ESFORÇO COMUM NA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS"

HELOÁ DA CONCEIÇÃO NUNES
Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões pela Universidade Cândido Mendes (UCAM/LEGALE). Bacharela em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Assessora Jurídica na Procuradoria Geral do Município de Duque de Caxias-RJ (PGM-DC). Advogada.

CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA

"A LEGÍTIMA SOBRE OS BENS DE ESTRANGEIROS SITUADOS NO BRASIL: UM DIÁLOGO ENTRE NORMAS BRASILEIRAS E ESTRANGEIRAS"

CALÂNCIO SOBRINHO RIOS
Doutorando em Direito pela PUC Minas. Mestre em Direito pela UAA-PY. Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela FADIVALE. Bel. em Direito pela UCSal. Professor de Direito Civil da FADIVALE. Advogado.

WALSIR EDSON RODRIGUES JUNIOR
Doutor e Mestre em Direito pela PUC Minas. Professor de Direito Civil no Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC Minas e na Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Advogado.

EDIÇÃO 37 JANEIRO/FEVEREIRO DE 2020

1. "ALTERAÇÕES DO REGIME DE BENS: EFEITO EX TUNC OU EX NUNC?"

MARIA BERENICE DIAS
Advogada especializada em direito homoafetivo, famílias e sucessões. Vice-Presidente Nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM).

2. "A VINTENA DO TESTAMENTEIRO"

WENDEL DE BRITO LEMOS TEXEIRA
Mestre em Direito pela UFU. Professor de Pós-Graduação em Direito Processual Civil na PUC – Uberlândia. Professor convidado da Escola Superior da Advocacia da OAB/MG. Advogado.

3. "O GÊNERO E SEUS REFLEXOS FAMILIARES NO DIREITO"

VICTOR PATUTTI GODOY
Mestre em Direito Civil pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-Graduado em Direito Processual Civil pela Escola Paulista de Magistratura (EPM). Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCC). Assistente Judiciário no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

4. "A COLOCAÇÃO DE IDOSOS EM FAMÍLIA SUBSTITUTA POR MEIO DA ADOÇÃO: UMA POSSIBILIDADE?"

PATRICIA NOVAIS CALMON
Advogada. Mestranda em Direito Processual Civil na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Presidente da Comissão da Adoção e do Idoso do IBDFAM-ES. Diretora da Associação Brasileira de Advogados – ABA (Vila Velha – ES). Membro da Comissão Especial do Idoso da OAB/ES. Membro da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Membro da International Society of Family Law.

5. "DA OBRIGATORIEDADE DA DESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO ANTES DA DECRETAÇÃO DA PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS EM CUMPRIMENTO DE SENTENÇA"

JAMILE AMIM AMARAL LEAL
Advogada. Pós-Graduada em Direito Médico, Hospitalar e da Saúde pela Emescam. Mestranda em Direito Processual – UFES.

FRANCISCO VIEIRA NETO
Professor da Graduação e do Mestrado em Direito Processual da UFES. Doutor em Direito Civil (USP-2003).

6. "FAMÍLIAS MULTIESPÉCIES: A GUARDA DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO EM CASO DE DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL"

CLÁUDIA MARA DE ALMEIRA RABELO VIEGAS
Coordenadora do Curso de Direito da Universidade Brasil – Faculdade de Belo Horizonte. Professora de Direito da PUC Minas, Faculdade de Belo Horizonte, Conselho Nacional de Justiça e Polícia Militar. Pós-Doutoranda pela Universidade Federal da Bahia. Doutora e Mestra em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Servidora Pública Federal do TRT MG – Assistente do Desembargador Corregedor. Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Gama Filho. Especialista em Educação à distância pela PUC Minas. Especialista em Direito Público – Ciências Criminais pelo Complexo Educacional Damásio de Jesus. Bacharel em Administração de Empresas e Direito pela Universidade FUMEC.

RODOLFO PAMPLONA FILHO
Juiz Titular da 32ª Vara do Trabalho de Salvador/BA. Professor Titular de Direito Civil e Direito Processual do Trabalho da Universidade Salvador – UNIFACS. Professor Associado da Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito da UFBA – Universidade Federal da Bahia. Coordenador dos Cursos de Especialização em Direito Civil e em Direito e Processo do Trabalho da Faculdade Baiana de Direito. Coordenador do Curso de Pós-Graduação on-line em Direito Contratual e em Direito e Processo do Trabalho da Estácio, em parceria tecnológica com o CERS. Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Máster em Estudios en Derechos Sociales para Magistrados de Trabajo de Brasil pela UCLM – Universidad de Castilla-La Mancha/Espanha. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro e Presidente Honorário da Academia Brasileira de Direito

do Trabalho (antiga Academia Nacional de Direito do Trabalho – ANDT). Presidente da Academia de Letras Jurídicas da Bahia e do Instituto Baiano de Direito do Trabalho. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil, do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) e do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCivil).

- **DECISÃO COMENTADA**

"MULTIPARENTALIDADE: TJSC - ANÁLISE DA DECISÃO DA APELAÇÃO CÍVEL N. 0300233-75.2017.8.24.0068"

ROLF MADALENO
Advogado e Professor de Direito de Família na Pós-Graduação de Direito de Família e Sucessões na PUC/RS e como convidado na Pós-Graduação da UFRGS. Sócio-fundador do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Membro da Asociación Internacional de Juristas de Derecho de Familia –AIJUDEFA. Mestre em Direito Processual pela PUC/RS. Palestrante no Brasil e no Exterior.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

"A CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O INSTITUTO DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA: UMA CONQUISTA DE LIBERDADE E EMPODERAMENTO JURÍDICO"

DANIELLE CARÔLO DE OLIVEIRA OVALHE
Advogada especialista em Direito Constitucional e Doutoranda em Direitos Humanos pela Universidad Nacional de Mar Del Plata (Argentina).

EDIÇÃO 38 MARÇO/ABRIL 2020

1. "A SINGULARIDADE DO ILÍCITO ENDOFAMILIAR E DA RESPONSABILIDADE CIVIL NA CONJUGALIDADE"

NELSON ROSENVALD
Procurador de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais. Pós-Doutor em Direito Civil na Università Roma Tre (IT-2011). Pós-Doutor em Direito Societário na Universidade de Coimbra (PO-2017). Visiting Academic na Oxford University (UK-2016/17). Professor Visitante na Universidade Carlos III (ES-2018). Doutor e Mestre em Direito Civil pela PUC/SP. Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil (IBERC). Professor do Doutorado e Mestrado do IDP/DF.

2. "O AFETO COMO VALOR JURÍDICO NAS RELAÇÕES FAMILIARES: DUAS DÉCADAS DEPOIS"

CINTIA ROSA PEREIRA LIMA
Doutora em Direito Civil pela Faculdade de Direito da USP com estágio na Ottawa University (Canadá) com bolsa CAPES – PDEE – Doutorado Sanduíche e livre-docente em Direito Civil Existencial e Patrimonial pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (USP). Pós-Doutora em Direito Civil na Università degli Studi di Camerino (Itália) com fomento CAPES. Professora de Direito Civil na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP.

3. "O CONTRATO DE NAMORO E SUA (IN)EFICÁCIA JURÍDICA NO ORDENAMENTO BRASILEIRO"

GLAUCIA CARDOSO TEXEIRA
Doutoranda em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Mestra em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina. Pós-Graduada em Direito Civil e Processo Civil pelo Curso Luiz Carlos. Bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade

Católica do Paraná. Professora de Direito nas Faculdades Londrina e na Unicesumar – Campus Londrina.

LUIZ GUSTAVO TIROLI
Acadêmico de Direito da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Membro da Academia Brasileira de Direito Civil (ABDC). Integrante do Projeto de Pesquisa do Acesso à Justiça no Direito das Famílias da Universidade Estadual de Londrina. Integrante do Projeto de Pesquisa Constituição, Constitucionalismo e Direitos Fundamentais do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania.

4. "TESTAMENTO EM VÍDEO, CORPORIFICAÇÃO DE TESTAMENTO EM VÍDEO E DISPOSIÇÃO TESTAMENTÁRIA INCIDENTE EM VÍDEO: LEITURAS SOB AS ÓTICAS DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS E DA BOA-FÉ OBJETIVA NO DIREITO BRASILEIRO"

GUSTAVO KLOH MULLER NEVES
Professor Adjunto da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro. Departamento de Direito Civil. Doutor em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

5. ALIENAÇÃO PARENTAL NOS TRIBUNAIS: DA VIOLÊNCIA VELADA ÀS FALSAS MEMÓRIAS

YASMIN ZANUTO LEOPOLDINO
Pós-Graduanda em Direito Penal, Processual Penal e Criminologia pela Instituição PROJURIS Estudos Jurídicos.

MATHEUS GOMES CAMACHO
Mestre em Justiça e Exclusão Social, pela Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP.

6. "CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO DE FAMÍLIA E A EVOLUÇÃO DE UM CONCEITO"

CLÁUDIA REGINA DE AZEDO
Especialista em Direito Constitucional pela Escola Paulista de Direito (EPD). Assistente jurídica junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

7. "LIMITES E POSSIBILIDADES DA CONTRATUALIZAÇÃO DOS ALIMENTOS"

GLISIA MARIS MACEDO VILAÇA
Advogada. Bacharela pela PUC Minas.

MARIA GORETH MACEDO VALADARES
Advogada Sócia do Escritório Câmara e Valadares Advogados Associados. Especialista em Direito das Famílias e das Sucessões. Doutora, Mestra e Especialista em Direito Privado pela PUC Minas. Professora na PUC Minas e no IBMEC. Vice-Presidente da Diretoria do IBDFAM/MG. Vice-Presidente da Comissão de Direito das Sucessões da OAB/MG.

- **DECISÃO COMENTADA**

"PRISÃO CIVIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: STJ – ANÁLISE DO HABEAS CORPUS COLETIVO N. 568.021/CE (2020/0072810-3)"

ROBERTA MADEIRA QUARANTA
Defensora Pública do Estado do Ceará e Professora de Direito de Família na Graduação do Centro Universitário Christus – Unichristus e de Direito de Família e Sucessões em diversos cursos de Pós-Graduação no Norte e Nordeste. Diretora Nacional das Defensorias Públicas de Família do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Mestra em Direito Constitucional.

Índice Remissivo

IBDFAM
Instituto Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões

1. "A CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL DA PETIÇÃO DE HERANÇA EM HARMÔNICO COMPASSO COM AS QUATRO ESTAÇÕES DE ANTONIO VIVALDI"

CRISTIANO CHAVES DE FARIAS
Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia. Mestre em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador – UCSal. Professor da Faculdade Baiana de Direito. Professor do Complexo de Ensino Renato Saraiva – CERS. Membro da Diretoria Nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM.

2. " AS FASES DO DIVÓRCIO E SUAS REPERCUSSÕES JURÍDICAS"

RAFAEL CALMON
Mestre e Doutor em Direito. Escritor. Juiz de Direito do TJES.

3. "VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A AUTOCOMPOSIÇÃO DE CONFLITOS NAS AÇÕES JUDICIAIS DAS VARAS DE FAMÍLIAS"

CLARICE GOMES DE MEDEIROS MAIA
Conciliadora Judicial no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (TJRN). Graduanda em Direito pela UFRN.

ÉRICA VERÍCIA CANUTO DE OLIVEIRA VERAS
Promotora de Justiça no RN. Doutora em Ciências Sociais. Mestra em Direito e em Ciências Sociais. Membro do IBDFAM. Membro do GT de Gênero do CNMP. Autora do livro A Masculinidade no Banco dos Réus: um estudo sobre gênero, sistema de justiça penal e aplicação da Lei Maria da Penha. Professora de Direito das Famílias da UFRN.

4. "INSOLVÊNCIA ALIMENTAR FRAUDULENTA"

ANA CAROLINA CARPES MADALENO
Advogada especializada em Direito de Família e Sucessões. Sócia do Escritório Madaleno de Advocacia. Professora da Pós-Graduação em Direito de Família da FMP/RS. Idealizadora e consteladora do projeto "Ampliando o Olhar", realizado nas Varas de Violência Doméstica e Família do Fórum de Novo Hamburgo – RS. Coautora do livro Síndrome da alienação parental. Importância da detecção. Aspectos legais e processuais.

5. "A TEORIA DOS LUGARES PARALELOS INTERPRETATIVOS NA ALIENAÇÃO PARENTAL INVERSA DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS"

PATRÍCIA NOVAIS CALMON
Advogada especialista em Direito das Famílias, Sucessões e Idoso. Mestranda em Direito Processual pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Presidente da Comissão da Adoção e do Idoso do IBDFAM-ES. Membro da International Society of Family Law

6. "A POSSIBILIDADE DO DIREITO REAL DE HABITAÇÃO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE EM RAZÃO DE DEFICIÊNCIA E IDADE"

ANDRESSA TONETTO FONTONA
Advogada. Mestranda em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Especialista em Direito de Família e Sucessões. Coordenadora da Comissão de Direito das Pessoas com Deficiência do IBDFAM/RS.

7. "UM NOVO OLHAR PARA A MONOGAMIA E A CHANCELA JURÍDICA DAS FAMÍLIAS SIMULTÂNEAS E DO POLIAMOR"

LUIZ OCTÁVIO MARTINS MEDONÇA
Advogado. Membro do IBDFAM. Pós-Graduado em Direito das Famílias e Sucessões pela PUC-Rio. Pós-Graduado em Direito Sanitário pelo Hcor/PROADISUS. Mestrando em Saúde Coletiva do IMS/UERJ.

8. "BREVES NOTAS SOBRE O PERFIL JURÍDICO DA UNIÃO ESTÁVEL"

MARCOS BERNARDES DE MELLO
Professor Emérito da Universidade Federal de Alagoas. PhD em Direito Público pela PUC-SP. MSc em Direito Público pela Faculdade de Direito do Recife (UFPE). Professor (voluntário) do Curso de Graduação e do Mestrado em Direito da UFAL. Membro da Academia Alagoana de Letras. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

9. "FAMÍLIA E ISOLAMENTO SOCIAL"

LIA CRISTINA CAMPOS PIERSON
Mestra em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Psicóloga. Professora das Disciplinas Psicologia Jurídica e Biodireito da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Coordenadora do GEFam – Grupo de Estudos "Família e Felicidade: objeto e objetivo" e do Grupo de Pesquisa Direitos da Criança e Adolescentes no século XXI, na mesma universidade. Membro da Diretoria de Estudos Interdisciplinares do IBDFAM-SP.

MARTHA SOLANGE SCHERER SAAD
Mestra em Direito pela Universidade de São Paulo. Professora de Direito de Família na Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Coordenadora do Núcleo Temático de Direito Civil da Graduação e da Pós-Graduação lato sensu. Coordenadora do GEFam – Grupo de Estudos "Família e Felicidade: objeto e objetivo", na mesma universidade. Membro da Diretoria de Estudos da Adoção e de Temas Relativos à Infância e à Juventude do IBDFAM-SP.

- **DECISÃO COMENTADA**

''DOS CONFLITOS FAMILIARES INTERNOS: O CASO DA INCLUSÃO DO SOBRENOME AVOENGO NO RESP N. 1.721.829/DF"

CAIO PRYL OCKE
Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pós-Graduando em Filosofia e Teoria do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e em Contabilidade e Auditoria pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Advogado com atuação na área de Direito de Família e Sucessões

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

''COBRANÇA INTERNACIONAL DE ALIMENTOS POR CREDORES INFANTES: ASPECTOS DA CONVENÇÃO DE HAIA DE 2007"

PAULA FERREIRA BOVO
Advogada. Bacharela em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Especialista em Direito Constitucional Contemporâneo pela Faculdades Londrina. Especializanda em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Mestranda em Ciências Jurídico-Civilísticas pela Universidade de Coimbra (Portugal).

EDIÇÃO 40 JULHO/AGOSTO DE 2020

1. "MONOGAMIA, POLIAMOR, AMOR LÍQUIDO: UM BREVE CAMINHAR PELO DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO DAS FAMÍLIAS, PSICANÁLISE, SOCIOLOGIA E FILOSOFIA"

NATHÁLIA MORAIS WELTER
Bacharel em Direito

SANDRA REGINA MORAIS
Bacharel em Direito e Pós-Graduada

BELMIRO PEDRO WELTER
Doutor e Mestre em Direito de Família. Ex-Promotor de Justiça no Rio Grande do Sul. Sócio-fundador do Instituto Brasileiro de Direito de Família. Ex-Professor de Direito de Família. Ex-Coordenador do curso de Direito da Universidade Regional Integrada das Missões, RS. Autor da Teoria Tridimensional do Direito de Família.

2. " NEM MÉDICO NEM JUIZ: O RECONHECIMENTO DA AUTODETERMINAÇÃO QUANTO À IDENTIDADE DE GÊNERO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL"

GUSTAVO HENRIQUE VELASCO BOYADJIAN
Doutor em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia. Mestre em Direito Empresarial pela Universidade de Franca. Especialista em Direito Civil pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia. Vice-Presidente do Núcleo Uberlândia do IBDFAM. Advogado especializado em Direito das Famílias e das Sucessões.

CARLOS HENRIQUE MARTINS
Doutor e Mestre em Medicina pela Universidade de São Paulo. Professor Titular do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia.

FLAVIA DO BONSUCESSO
Pós-Doutorado pela Università degli Studi di Milano. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas. Mestra em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora Associada do Departamento de Ética e Humanidades em Saúde da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia.

3. "ALIENAÇÃO PARENTAL: GÊNERO E CONSTRUÇÃO SOCIAL NA ESFERA DO CUIDADO"

MARIA LUIZA CAMPOS DA SILVA VALENTE
Assistente Social. Mestra e Doutora em Serviço Social pela PUC-RIO. Membro do Fórum Permanente de Direito de Família e Sucessões da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

THAIS TONONI BATISTA
Assistente Social do Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Espírito Santo.

4. "A EFETIVIDADE DO DIREITO AOS ALIMENTOS NA PANDEMIA E A PANDEMIA DA IMPENHORABILIDADE ABSOLUTA DO AUXÍLIO EMERGENCIAL: BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS RESOLUÇÕES N. 313 E N. 318 DO CNJ E DA LEI N. 14.010, DE 10 DE JUNHO DE 2020"

RAFAEL MIGUEL DELFINO
Pós-Graduado (latu sensu) em Mediação de Conflitos e Arbitragem pela Faculdade Unyleya (2019) e Pós-Graduado (latu sensu) em Direito Ambiental pela Escola Superior São Francisco de Assis – ESFA (2013). Defensor Público do Estado do Espírito Santo desde 2010. Ex-Diretor Jurídico da Associação dos Defensores Públicos do Espírito Santo de 2013 a 2014 e Conselheiro Superior da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo de 2015 a 2018.

5. "ABANDONO AFETIVO EM RAZÃO DE DISCRIMINAÇÃO POR DEFICIÊNCIA: A RESPONSABILIDADE CIVIL COMO INSTRUMENTO DE INIBIÇÃO DO PRECONCEITO NA SEARA FAMILIAR"

CARLOS HENRIQUE FÉLIX DANTAS
Mestrando em Direito Privado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduado em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Constitucionalização das Relações Privadas (CONREP/UFPE/CNPq). Associado do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Advogado.

MANUEL CAMELO FERREIRA DA SILVA NETTO
Mestre em Direito Privado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduado em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Foi pesquisador Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) durante o mestrado. Advogado. Mediador Humanista. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Constitucionalização das Relações Privadas (CONREP/UFPE/CNPq). Associado do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Vice-presidente da Comissão de Direito Homoafetivo e de Gênero do IBDFAM-PE.

6. "MULTIPARENTALIDADE: UMA ANÁLISE DA DIVISÃO DE DIREITOS E DEVERES DECORRENTES DA CONSANGUINIDADE E DA SOCIOAFETIVIDADE"

MARINA ORTEGA DE PAULA LINS
Graduada em Direito pelo Centro Universitário Christus – UNICHRISTUS. Pós-Graduanda em Processo Civil no Centro Universitário Christus – UNICHRISTUS. Advogada.

CARLOS AUGUSTO MADEIROS DE ANDRADE
Graduado em Direito pela UFC. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Especialista em Processo Civil. Docente da disciplina de Direito de Família do Centro Universitário Christus – UNICHRISTUS. Defensor Público do Estado do Ceará.

- **PARECERES**

RETROATIVIDADE DE CONTRATO DE UNIÃO ESTÁVEL

JOSÉ FERNANDO SIMÃO
Professor Associado do Departamento de Direito Civil da USP – Largo de São Francisco

O REQUISITO DA PUBLICIDADE NAS UNIÕES HOMOAFETIVAS

MARIA BERENICE DIAS
Advogada especializada em Direito das Famílias e Sucessões. Desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça-RS. Vice-Presidenta Nacional do IBDFAM.

EDIÇÃO 41 SETEMBRO/OUTUBRO DE 2020

1. "TOMADA DE DECISÃO APOIADA: UMA VOLTA PARA O FUTURO"

WALDYR GRISARD FILHO
Doutor e Mestre em Direito pela UFPR. Professor Titular de Direito de Família e Sucessões do UNICURITIBA.Vice-Presidente da Comissão de Ensino do Direito de Família do IBDFAM Nacional. Advogado.

2. " PRINCÍPIOS DA LEI MARIA DA PENHA E A GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR"

ÉRICA VERÍCIA CANUTO DE OLVEIRA VERAS
Promotora de Justiça RN. Doutora em Ciências Sociais. Mestra em Direito e em Ciências Sociais. Professora da Graduação e Pós-Graduação em Direito da UFRN.

3. "CONSAGRAÇÃO DA BOA-FÉ OBJETIVA COMO SUPERAÇÃO DO POSITIVISMO JURÍDICO: DIREITO DE FAMÍLIA"

LÉIA COMAR RIVA
Pós-Doutora em Direito pela Universidade de Coimbra – Ius Gentium Conimbrigae – Centro de Direitos Humanos Faculdade de Direito (UC-FD) Portugal. Doutora em Direito Civil pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (FD-USP). Mestra em Ciências (FFCLRP-USP). Especialista

em Violência Doméstica contra Criança e Adolescente (IP-USP). Professora Efetiva de Direito Civil: Família e Sucessões do Curso de Direito e de Especialização em Direitos Humanos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba-MS. Pesquisadora e líder do Grupo de Estudo e Pesquisa GREDIFAMS. Associada do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Membro associado da Academia Brasileira de Direito Civil (ABDC).

4. "DA ISONOMIA FORMAL À ISONOMIA MATERIAL EM MATÉRIA SUCESSÓRIA"

RAPHAEL REGO BORGES RIBEIRO
Doutor. Mestre e Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Professor de Direito Civil da Universidade Federal do Oeste da Bahia. Graduate student na University of Ottawa (Canadá).

5. "O DIREITO DE FAMÍLIA HODIERNO, OS REFLEXOS NAS RELAÇÕES CONJUGAIS E O DIVÓRCIO"

JOÃO BATISTA GUIMARÃES DE LIMA
Advogado. Graduado em Direito pela Uni-Anhanguera. Pós-Graduado em Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Empresarial. Doutorando em Direito Civil na Universidade Federal de Buenos Aires (UBA).

6. "TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE SUPLEMENTAR NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA"

GIOVANNA CASTRO LEMOS MAYER
Advogada. Bacharela em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa. Presidente da Comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência da OAB/PB, Subseção Cariri. Associada ao Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Pós-Graduanda em Direito Aplicado aos Serviços de Saúde.

7. "REPERCUSSÕES DA LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO DO DEFICIENTE INTELECTUAL"

JAMILE AMIM AMARAL LEAL
Advogada. Pós-Graduada em Direito Médico, Hospitalar e da Saúde pela Emescam. Mestranda em Direito Processual – UFES.

8. "O IMPACTO NO DIREITO DAS FAMÍLIAS DA RESSIGNIFICÂNCIA DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS: POSICIONAMENTOS CONTEMPORÂNEOS RELATIVOS AO DIREITO DE CONVIVÊNCIA, GUARDA E ALIMENTOS AO PET"

FERNANDA FURLAN GIOTTI
Advogada. Pós-Graduada em Direito Processual Penal pelo Instituto Damásio de Direito. Pós-Graduanda em Direito Penal pelo Instituto Damásio de Direito. Bacharela em Direito pela Universidade de Caxias do Sul.

- **DECISÃO COMENTADA**

"O RECONHECIMENTO DO GÊNERO NÃO ESPECIFICADO OU DO TERCEIRO GÊNERO-SENTENÇA PROFERIDA NO PROCESSO N. 0005134- 71.2017.8.19.0207, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO"

ANTONIO ROCHA LOURENÇO NETO
Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

EDIÇÃO 42 NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2020

1. "EDUCAÇÃO CONJUGAL E EDUCAÇÃO PARENTAL: DOIS INSTRUMENTOS IMPRESCINDÍVEIS PARA A SOLUÇÃO DO PROBLEMA DA ALIENAÇÃO PARENTAL"

BRUNA BARBIERI WAQUIM
Doutora em Direito pelo CEUB. Mestra em Direito e Instituições do Sistema da Justiça pela UFMA. Assessora Jurídica no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Diretora Cultural do IBDFAM – Maranhão. Componente do Grupo de Estudo e Trabalho sobre Alienação Parental do IBDFAM. Professora universitária

2. "A CRIANÇA COMO SUJEITO ASSUJEITADO NO PROCESSO JUDICIAL: UMA AVALIAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A REALIDADE DOS TRIBUNAIS"

JORDANA DE CARVALHO PINHEIRO
Advogada militante. Mestra em Psicologia Social. Especialista em Direito Civil e Processual Civil. Professora de Direito das Sucessões em cursos de especialização.

3. "OS REFLEXOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA"

EDUARDO GESSE
Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Presidente Prudente – SP. Especialista em Direito Civil pelo Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo. Mestre em Ciências Jurídicas pelo Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR). Professor de Direito da Família e Sucessões no Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo.

VICTOR D'ARCE PINHEIRO DIB
Discente do 10º termo do curso de Direito do Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente – SP. Aluno de mobilidade da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Portugal, pelo Programa de Bolsas Santander Ibero-Americanas, durante o segundo semestre letivo do ano de 2018/2019. Parecerista na Corte Interamericana de Direitos Humanos.

4. "FAMÍLIAS NEGRAS IMPORTAM!"

JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA CANDIDO
Membro fundador do IBDFAM. Vice-Presidente da Comissão Científica do IBDFAM. Mestre em Direito Privado pela PUC-MG. Advogado. Professor universitário da PUC-MG.

5. "INDÍCIOS DE DESVIRTUAMENTO DA PENSÃO ALIMENTÍCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A POSSIBILIDADE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS"

BARBARA HELIODORA DE AVELLAR PERALTA
Advogada familiarista. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Membro-Fundadora do Observatório de Alienação Parental – OAPAR.

6. "EM BUSCA DO INVENTÁRIO MAIS EFICIENTE: COMO CONHECER NO INVENTÁRIO QUESTÕES QUE PRECISEM DE PROVA NÃO DOCUMENTAL"

MARCO ANTONIO RODRIGUES
Professor Adjunto de Direito Processual Civil da UERJ. Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Advogado. Pós-Doutor pela Universidade de Coimbra/Portugal. Doutor em Direito Processual e Mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor de cursos de pós-graduação pelo Brasil. Membro da International Association of Procedural Law, do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual e do Instituto Brasileiro de Direito Processual.

7. "A ADOÇÃO INTUITU PERSONAE É JUSTA OU INJUSTA?"

JOSÉ MARIA TEXEIRA DO ROSÁRIO
Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade del Museo Argentino. Mestre em Direito pela UFPA. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Coordenador Estadual da Infância e da Juventude no TJ/PA.

8. "CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS SOBRE OS IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS"

ANDRÉIA FERNANDES DE ALMEIDA RANGEL
Doutora em Direito e Sociologia pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Mestra em Direito pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Pós-Graduada em Direito Privado pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Professora Adjunta do Departamento de Direito Civil da Faculdade Nacional de Direito – FND-UFRJ.

LUIZ AUGUSTO CASTELLO BRANCO DE LACERDA MARCA DA ROCHA
Doutorando em Direito na Universidade Veiga de Almeida – UVA. Mestre em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis – UCP. Professor de Direito Civil do curso de Graduação do Centro Universitário Augusto Motta – UNISUAM.

9. "O PROCESSO DE ADOÇÃO NA PANDEMIA E AS ALTERNATIVAS PARA MENORES EM SITUAÇÃO DE ABRIGO DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19"

ISABELLY DE CASTRO MACHADO DA SILVA
Graduanda em Direito pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

A ADOÇÃO INTERNACIONAL NO CONTEXTO PORTUGUÊS

PAULA FERREIRA BOVO
Advogada. Bacharela em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em Direito Constitucional Contemporâneo pelo Instituto de Direito Constitucional e Cidadania (IDCC). Mestranda em Direito Processual pela Universidade de Coimbra/Portugal. Pós-Graduanda (especialização) em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).

EDIÇÃO 43 JANEIRO/FEVEREIRO DE 2021

1. A ALIENAÇÃO PARENTAL E MULTIPARENTALIDADE

ROLF MADALENO
Advogado. Professor de Direito de Família e Sucessões na Pós-Graduação da PUC/RS. Sócio-fundador e Diretor nacional do IBDFAM. Membro da AIJUDEFA (Asociación Internacional de Juristas de Derecho de Familia). Mestre pela PUC/RS.

2. RELAÇÕES AFETIVAS ENTRE ADVOGADOS DE FAMÍLIA E SEUS CLIENTES: AMOR OU TRANSFERÊNCIA?

JOSÉ EDUARDO COELHO DIAS
Professor de Direito de Família e de Direito das Sucessões da Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim – ES. Advogado militante. Especialista em Direito de Família. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM.

CLAUDIA PRETTI VASCONCELOS PELLEGRINI
Psicanalista. Membro da Escola Lacaniana de Psicanálise de Vitória. Coordenadora do Fórum Clínico da Infância e da adolescência. Vice-Diretora de Relações Interdisciplinares do IBDFAM.

3. NOVOS PARADIGMAS DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA

CLEBER COUTO
Promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais. Pós-Graduado em Direito Civil pela Universidade Anhanguera-Uniderp, Brasil. Mestrando em Segurança, Justiça e Direito pela Universitat de Girona, Espanha. Doutorando em Direito Civil pela Universidad de Buenos Aires, Argentina

4. RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DA QUEBRA DOS DEVERES CONJUGAIS: A OBRIGAÇÃO DE REPARAR EM CASOS DE TRANSMISSÃO DE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

GUSTAVO HENRIQUE VELASCO BOYADJIAN
Doutor em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia. Mestre em Direito Empresarial pela Universidade de Franca. Especialista em Direito Civil pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia. Vice-Presidente do Núcleo Uberlândia do IBDFAM. Advogado especializado em Direito das Famílias e das Sucessões.

CRISTIANE GUERIN ALVES
Bacharelanda em Direito na Universidade Federal de Uberlândia. Associada ao IBDFAM.

5. DIVÓRCIO VIRTUAL PELO PROVIMENTO N.100 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: UMA ANÁLISE DE PROCEDIMENTO ELETRÔNICO NA REALIZAÇÃO DO DIVÓRCIO EXTRACONJUGAL E REPERCUSSÃO SOBRE O TEMA

CRISTIANA CAROLINE DA SILVA PIRES
Advogada no Direito de Família e Sucessões e em Direito Tributário. Formada pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

6. A INFLUÊNCIA DO GÊNERO NAS RELAÇÕES DE GUARDA COMPARTILHADA

MILENA SARDINHA GARCEZ FARIA
Advogada. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

7. BREVES ANOTAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE NAMORO

MÁRCIO JARDIM MATOS
Advogado de Direito de Família. Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Especialista em Direito Público pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul (FMP). Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) e da Comissão Especial do Direito de Família e Sucessões da OAB, Bagé, RS.

8. A DEFESA DA DIGNIDADE ANIMAL E DA ALTERAÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA DO ANIMAL NO DIREITO BRASILEIRO: POR UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR COM VISTAS AO RECONHECIMENTO JURÍDICO E SOCIAL ÀS FAMÍLIAS MULTIESPÉCIES

PAULA FREIRE SANTOS ANDRADE NUNES
Advogada colaborativa, com formação pelo Instituto Brasileiro de Práticas Colaborativas – IBPC. Especialista em Direito de Família pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM/MG. Membro da Comissão de Direito de Família da OAB/MG. Graduada em Direito pela Universidade de Itaúna de Minas Gerais.

9. A MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO POLÍTICA PÚBLICA CAPAZ DE GARANTIR A EFETIVAÇÃO DAS AÇÕES DE DIVÓRCIO NO CONTEXTO DO COVID-19

ANNA JÚLIA HENRIQUE LYRA COELHO
Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo/ES.

RODRIGO REIS MAZZEI
Graduação em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES (1990). Mestrado em Direito Civil pela PUC-SP (2007). Doutorado em Direito Processual Civil pela FADISP (2012). Pós-Doutorado pela UFES (2014). Professor da UFES (Graduação e Mestrado).

10. BREVES APONTAMENTOS SOBRE O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UMA REVOLUÇÃO NA TEORIA DAS INCAPACIDADES CLÁSSICA

CLÁUDIA MARIA OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE
Promotora de Justiça aposentada. Mestranda e Doutoranda pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL). Pós-Graduanda em Direito de Família pela Fundação Escola Superior do Ministério Público(FMP). Membro do IBDFAM.

11. O DIREITO DE FAMÍLIA CONTEMPORÂNEO E A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

LEONARDO CASTRO DE BONE
Mestrando em Ciências Jurídico-Civilísticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Especialista em Direito Tributário e Processo Tributário pela Faculdade de Direito de Vitória. Advogado.

- **DECISÃO COMENTADA**

"SÚMULA N. 149 DO STF E O CONTROVERSO TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO À PETIÇÃO DE HERANÇA"

EDUARDO DA CUNHA TWEEDIE
Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pós-Graduando em Direito Processual Civil pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (UNIRITTER). Advogado atuante na área de Família e Sucessões. Membro do IBDFAM.

EDIÇÃO 44 MARÇO/ABRIL DE 2021

1. COLIDÊNCIA E COEXISTÊNCIA DA FILIAÇÃO BIOLÓGICA E SOCIOAFETIVA

CLEBER COUTO
Promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais. Pós-Graduado em Direito Civil pela Universidade Anhanguera – Uniderp, Brasil. Mestrando em Segurança, Justiça e Direito pela Universitat de Girona, Espanha. Doutorando em Direito Civil pela Universidad de Buenos Aires,Argentina.

2. NOVO CONCEITO DE FAMÍLIA E O DIREITO DOS DEPENDENTES ÀS PRESTAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

LUCIANO VIEIRA CARVALHO
Pós-Graduando na Universidade Cândido Mendes em Direito Processo Civil e Direito Civil. Advogado. Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Academia Brasileira de Direito Constitucional – ABDCONST. Especialista em Direito Previdenciário pela Faculdade Verbo Jurídico – Porto Alegre – RS.

CARLOS ALBERTO VIEIRA DE GOUVEIA
Diretor da AJURÍDICA. Vice-Presidente da Área Previdenciária da Comissão de Direitos e Prerrogativas da OAB-SP. Presidente da Comissão de Direito Previdenciário da OAB-SP. Doutorando em Ciências Sociais e Jurídicas. Mestre em Ciências Ambientais. Master Trainer em PNL.

3. A ADOÇÃO INTUITU PERSONAE NO DIREITO BRASILEIRO

LETÍCIA VILEN AMORIM
Advogada. Graduada em Direito pela Faculdade CESUSC.

4. ENTRE A RAZÃO E O DESEJO DE ADOTAR: O VÍNCULO ENTRE A MOTIVAÇÃO E O RESULTADO DA ADOÇÃO

THAÍS DA NÓBREGA CESA E SILVA
Advogada. Especialista em Direito de Família e Sucessões pela PUCRS. Mestranda em Ciências Jurídico-Civilísticas na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

5. O DEVER DO ESTADO DE ASSEGURAR A CONVIVÊNCIA FAMILIAR: UMA REALIDADE OU UMA QUIMERA?

EDUARDO GESSE
Juiz de Direito da 2ª Vara da Família e das Sucessões da Comarca de Presidente Prudente – SP. Especialista em Direito Civil pelo Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo. Mestre em Ciências Jurídicas pelo Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR). Professor de Direito da Família e das Sucessões no Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo.

6.TRIBUTAÇÃODEBENSNADISSOLUÇÃODESOCIEDADECONJUGAL:IMPOSSIBILIDADE DE COBRANÇA DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE A PARCELA QUE EXCEDER A MEAÇÃO, RECEBIDA A TÍTULO GRATUITO

PAULO PENTEADO DE FARIA E SILVA NETO
LL.M - Taxation pela Harvard Law School. Mestre em Filosofia pela UnB. Bacharel em Direito pela USP e em Administração pela FGV-Eaesp. Ex-Assessor de Ministro no STF. Membro do IBDT. Head do Asian Desk. Advogado tributarista.

7. GUARDA E DESENVOLVIMENTO HUMANO SEGUNDO A TEORIA BIOECOLÓGICA DE URIE BRONFENBRENNER

SIRLEI MARTINS DA COSTA
Juíza titular da 1ª Vara de Família de Goiânia. Mestranda em Cultura Jurídica pela Universidade de Girona, Espanha. Presidente da Comissão dos Magistrados de Família do IBDFAM/GO.

VANNÚZIA LEAL ANDRADE PERES
Doutorado em Psicologia (UnB-2001). Estágio Pós-Doutoral em Educação (UnB-2012). Professora titular da PUC-GO.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

"OS DEVERES FAMILIARES: LEGISLAÇÕES INTERNACIONAIS E NACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS"

LÉIA COMAR RIVA
Pós-Doutora em Democracia e Direito Humanos, pelo Ius Gentium Conimbrigae/Centro de Direitos Humanos, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (UC-FD) Portugal. Doutora em Direito Civil pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (FD-USP). Mestra em Ciências (FFCL-RP-USP). Especialista em Violência Doméstica contra Criança e Adolescente (IP-USP). Professora Efetiva de Direito Civil: Família e Sucessões do Curso de Direito e de Especialização em Direitos Humanos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba-MS. Pesquisadora e líder do Grupo de Estudo e Pesquisa GREDIFAMS. Associada do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Membro associado da Academia Brasileira de Direito Civil (ABDC).

- **PARECER**

"DIVÓRCIO E PARTILHA DE COTAS DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA. AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL HAVIDO NA CONSTÂNCIA DA SOCIEDADE CONJUGAL SOB A ÉGIDE DE REGIME DE COMUNHÃO DE BENS. VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA. COMUNICAÇÃO, EM AMBOS OS CASOS, DEVIDA"

MARCOS CATALAN
Doutor summa cum laude em Direito pela Faculdade do Largo do São Francisco, Universidade de São Paulo. Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Maringá. Professor no PPG em Direito e Sociedade da Unilasalle. Visiting Scholar no Istituto Universitario di Architettura di Venezia (2015-2016). Estágio pós-doutoral na Facultat de Dret da Universitat de Barcelona (2015-2016). Professor visitante no Mestrado em Derecho de Daños de la Facultad de Derecho de ls Universidad de la República, Uruguai. Professor visitante no Mestrado em Direito dos Negócios da Universidade de Granada, Espanha. Professor visitante no Mestrado em Direito Privado da Universidade de Córdoba, na Argentina. Líder do grupo de pesquisas Teorias Sociais do Direito e Cofundador da rede de pesquisas Agendas de Direito Civil Constitucional. Editor da Revista Eletrônica Direito e Sociedade. Diretor do Brasilcon (2020-2021). Advogado. Parecerista.

- **DECISÃO COMENTADA**

"CASADOS ATÉ DEPOIS DA MORTE? CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS EFEITOS JURÍDICOS DA SEPARAÇÃO DE FATO NO ORDENAMENTO JURÍDICO – ACÓRDÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (AGRG NOS EDCL NO RESP N. 1.333.425/SP)"

MARIA BERENICE DIAS
Advogada. Vice-Presidente nacional do IBDFAM.

EDIÇÃO 45 MAIO/JUNHO DE 2021

1. A REVOGAÇÃO DA LEI DA ALIENAÇÃO PARENTAL NO BRASIL E NO EXTERIOR

ROLF MADALENO
Advogado. Professor de Direito de Família na Pós-Graduação de Direito de Família e Sucessões na PUC/RS e como convidado na Pós-Graduação da UFRGS. Sócio-fundador do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Membro da Asociación Internacional de Juristas de Derecho de Familia – AIJUDEFA. Mestre em Direito Processual pela PUC/RS. Palestrante no Brasil e no exterior.

2. A FUNÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA DE JUSTIÇA: CONTRIBUIÇÕES E SUGESTÕES

GISELLE CÂMARA GROENINGA
Mestra e Doutora em Direito Civil pela USP. Diretora Nacional de Interdisciplinaridade do IBDFAM. Membro do Conselho Executivo da International Society of Family Law. Psicanalista e Parecerista.

3. DANOS DA ALIENAÇÃO PARENTAL NO PSIQUISMO INFANTIL: FRAGMENTOS DA CLÍNICAPSICANALÍTICA

LENITA PACHECO LEMOS DUARTE
Psicóloga. Pós-Graduada e Mestra em Psicanálise. Pós-Graduada em Mediação de Conflitos com ênfase em Família. Membro do Instituto Brasieliro de Direito de Família (IBDFAM) Nacional e Diretora Interdisciplinar do IBDFAM/Niterói. Membro da Escola de Psicanálise Fóruns do Campo Lacaniano - Brasil (EPFCL). Membro do Conselho Científico da Revista Digital Luso-Brasileiro Alienação Parental. Autora de diversos livros, artigos nacionais e internacionais.

4. OS ENCAMINHAMENTOS DA TEMÁTICA DA ALIENAÇÃO PARENTAL NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO APÓS A APROVAÇÃO DA LEI N. 12.318/2010

RENATA CYSNE
Advogada. Presidente da Comissão de Relações Governamentais e Institucionais do IBDFAM.

5. A COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL COMO INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS VIOLÊNCIAS FAMILIAR E INSTITUCIONAL PRATICADAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

FERNANDO SALZER E SILVA
Advogado Familiarista. Procurador do Estado de Minas Gerais. Especialista em Direito Público pelo Centro Universitário Newton Paiva. Capacitado em Alienação Parental pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Membro do Grupo de Estudo e Trabalho sobre Alienação Parental do IBDFAM.

6. ALIENAÇÃO PARENTAL SOB A PERSPECTIVA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – UMA ANÁLISE POR MEIO DO CUIDADO.

MELISSA TELES BARUFI
Advogada. Presidente da Comissão Nacional da Infância e Juventude do IBDFAM e Conselheira da OAB/RS.

LAURA AFFONSO DA COSTA LEVY
Mestra em Bioética. Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões e Professora de cursos de Pós-Graduação em Direito de Família e Sucessões.

7. MODERNIZANDO A PROTEÇÃO INTEGRAL: A ALIENAÇÃO PARENTAL SOB AS LENTES DA ALIENAÇÃO FAMILIAR E DA EDUCAÇÃO PARENTAL

BRUNA BARBIERI WAQUIM
Doutora em Direito pelo Centro Universitário de Brasília. Mestra em Direito e Instituições do Sistema da Justiça pela Universidade Federal do Maranhão. Assessora Jurídica no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Formadora credenciada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM. Professora universitária. Componente do Grupo de Estudos e Trabalho sobre Alienação Parental do IBDFAM Nacional. Diretora Cultural do IBDFAM Maranhão.

PRISCILLA CRISTIANE BARBIERO
Mestranda em Direito das Relações Sociais pela UFPR. Especialista em Direito de Família pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/PR. Presidente da Comissão de Discussão de Alienação Parental do IBDFAM/PR. Membro Coordenador da Comissão de Direito de Família da OAB/PR. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Direito Civil-Constitucional da Universidade Federal do Paraná – UFPR (grupo “Virada de Copérnico”). Advogada.

8. AUTOALIENAÇÃO PARENTAL E ALIENAÇÃO PARENTAL CRUZADA: OUTRAS FACETAS DA ALIENAÇÃO PARENTAL E AS LEIS DE PROTEÇÃO

EDNA MARIA GALVÃO
Psicopedagoga. Historiadora. Mediadora Extrajudicial. Especialista e Doutora em Alienação Parental.

9. A AÇÃO DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS NA ALIENAÇÃO PARENTAL

PATRICIA NOVAIS CALMON
Advogada. Mestranda em Direito Processual pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Presidente da Comissão da Adoção e da Pessoa Idosa do IBDFAM-ES.

TAMARA BROCKHAUSEN
Psicanalista. Assistente Técnica. Perita ad hoc do TJSP. Graduada em Psicologia pela PUC-SP. Mestra em Psicologia Clínica pela USP. Autora de artigos e livros. Professora. Palestrante de cursos com interface Psicologia Direito.

11. A PERÍCIA PSICOLÓGICA FORENSE EM PROCESSOS QUE ENVOLVEM ACUSAÇÕES DE ALIENAÇÃO PARENTAL

ANDREIA SOARES CALÇADA
Psicóloga clínica e jurídica. Perita do TJ/RJ em Varas de Família. Assistente técnica forense em Varas de Família e Criminais em todo o Brasil. Autora de livros e artigos na área jurídica. Mestra em sistemas de resolução de conflitos pela UNLZ - Argentina

BEATRICE MARINHO PAULO
Advogada e Psicóloga. Doutora e Mestra em Psicologia Clínica pela PUC-Rio. Mestra em Direito Civil pela UGF. Ex-Psicóloga perita do MP-RJ.

12. A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM VARA DE FAMÍLIA NOS CASOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL

CLAUDIA PRETTI V. PELLEGRINI
Psicóloga. Psicanalista. Membro da Escola Lacaniana de Psicanálise de Vitória. Vice-Diretora Nacional de Interdisciplinaridade do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Coordenadora do Fórium Clínico da Infância e da Adolescência. Perita e assistente técnica em processos de Varas de Família.

GLICIA BARBOSA DE MATTOS BRAZIL
Psicóloga do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Fórum de Direito de Família e Sucessões da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Bacharela em Direito. Tutora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura. Membro e Conferencista do IBDFAM. Tutora do Curso de Alienação Parental e Convívio Familiar no Pós-COVID-19 da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadora dos Cursos de Extensão e Aprimoramento em Alienação Parental da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ. Pós-Graduada em Processo Civil pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro e em Recursos Humanos pela PUC/RJ. Professora de Psicologia Aplicada ao Direito de Família, Infância e Vulnerabilidades para Cursos de Pós-Graduação e Extensão.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

ALIENAÇÃO PARENTAL NA ESFERA INTERNACIONAL – DESAFIOS ACTUAIS. O DIREITO FUNDAMENTAL RECÍPROCO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR

SANDRA INÊS FEITOR
Advogada portuguesa na jurisdição de família e crianças. Docente universitária convidada em cursos de pós-graduação da Faculdade de Direito de Lisboa. Mediadora familiar. Formadora certificada. Mestra em Direito com tese sobre alienação parental e Doutoranda em Direito admitida para discussão pública de tese sobre alienação parental.

EDIÇÃO 46 JULHO/AGOSTO DE 2021

1. DA COLAÇÃO. DAS DOAÇÕES INOFICIOSAS E DA DOAÇÃO UNIVERSAL. EFEITOS E DISTINÇÕES

LUIZ PAULO VIEIRA DE CARVALHO
Advogado. Consultor Jurídico e Autor. Professor Emérito da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ e Conferencista. Vice-Presidente da Comissão de Direito das Sucessões do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Presidente da Comissão de Direito de Família e Sucessões do Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB.

2. APONTAMENTOS SOBRE A INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 249 DA LEI N. 8.069/1990

KÁTIA REGINA FERREIRA LOBO ANDRADE MACIEL
Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Titular da 2ª Procuradoria de Justiça da Infância e da Juventude (não infracional). Mestra em Direitos Fundamentais e Novos Direitos pela UNESA. Professora das Pós-Graduações da Fundação Escola do Ministério

Público (FEMPERJ), do Instituto de Educação e Pesquisa do MPRJ (IEP) e da Pós-Graduação em Família e Sucessões da Pontifícia Universidade Católica (PUC).

3. O CONSENTIMENTO DO CÔNJUGE NA ESTERILIZAÇÃO VOLUNTÁRIA

NATÁLIA ESTEVES DE SOUZA
Advogada. Graduada em Direito pelo Centro Universitário de Teófilo Otoni/MG.

KARINA GUSMÃO DE MOURA
Especialista em Direito Público. Mestranda em Educação. Docente do Centro Universitário Doctum de Teófilo Otoni/MG.

4. DOAÇÃO ENTRE FAMILIARES: UM DIÁLOGO TEÓRICO-PRÁTICO COM A PERSPECTIVA DOS TABELIÃES DE PORTO ALEGRE/RS

CINARA FURIAN FRATTON
Defensora Pública do Estado do Rio Grande do Sul, atuante no Direito Sucessório. Acadêmica do curso de Pós-Graduação em Direito de Famílias e Sucessões na Fundação Escola Superior do Ministério Público. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM/RS.

5. INVENTÁRIO E PARTILHA EXTRAJUDICIAL DE ACORDO COM A LEI N. 11.441/2007, CPC/2015, RESOLUÇÃO N. 35 DO CNJ E TESTAMENTO

DIMAS MESSIAS DE CARVALHO
Advogado especialista em Direito de Família e Sucessões. Mestre em Direito Constitucional. Promotor de Justiça aposentado – MG. Professor de Direito das Sucessões na Unifenas e na Pós-Graduação da ESA OAB/MG, FDSM e Faculdade Arnaldo/MG, ESA OAB, FMP e AJURIS/RS, CESUSC/SC, Meu Curso/SP. Membro do IBDFAM. Autor e coautor de obras jurídicas.

6. A CRIANÇA NA ERA DA BIOPOLÍTICA: LIMITES DA AUTORIDADE PARENTAL NA RECUSA DE TRATAMENTO, MEDICAÇÃO E VACINA DOS FILHOS

KETLYN CHAVES DE SOUZA
Graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) e da Academia Brasileira de Direito Civil (ABDC). Pesquisadora no âmbito dos Direitos da Personalidade, Biodireito, Família e Sucessões. Advogada.

7. ALIENAÇÃO PARENTAL E O DIREITO À VOZ DA CRIANÇA/ADOLESCENTE

JULIANA GOMES DALL´ACQUA
Bacharela em Direito. Capacitada pelo curso de extensão em Alienação Parental PUC/RJ e Associada do IBDFAM.

8. PSEUDOINCLUSÃO DOS MAIORES INCAPAZES NO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

GILBERTO VALTER DE MORAIS MOURA
Perito Médico forense.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

A SUBTRAÇÃO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS E A OBJETIFICAÇÃO DOS FILHOS ANTE OS CONFLITOS PARENTAIS

- **GABRIELA BRITO DE SOUZA**

Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba (PPGCJ/UFPB). Pós-Graduanda em Direito das Famílias e Sucessões pela Escola Superior de Advocacia da Paraíba. Advogada. Graduada em Direito pela UFPB.

- **DECISÃO COMENTADA**

A (DES)NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO ITCMD PARA HOMOLOGAÇÃO DA PARTILHA NO ARROLAMENTO SUMÁRIO E A REPERCUSSÃO GERAL NO STJ

CAROLINA SANTOS PANIZZI
Advogada. Mestra em Direitos Humanos. Associada do IBDFAM. Membro da Comissão de Direito de Família e Empresa (IBDFAM/RS).

EDIÇÃO 47 – SETEMBRO/OUTUBRO DE 2021

1. COMPENSAÇÃO PATRIMONIAL NA PARTILHA DE BENS

ROLF MADALENO
Advogado e Professor de Direito de Família e Sucessões na Pós-Graduação da PUC/RS. Professor convidado no Curso de Pós-Graduação da PUC/RJ de Alienação Parental. Diretor Nacional e Sócio-fundador do IBDFAM. Membro da AIJUDEFA. Mestre em Direito pela PUC/RS. Graduado pela UFRGS. Palestrante no Brasil e no exterior.

2. AS DOAÇÕES REMUNERATÓRIAS NO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

ANA LUIZA MAIA NEVARES
Doutora e Mestra em Direito Civil pela UERJ. Professora de Direito Civil da PUC-Rio e Coordenadora do Curso de Pós-Graduação lato sensu de Direito das Famílias e das Sucessões da PUC-Rio. Membro do IBDFAM, do IBDCivil e do IAB. Advogada.

3. GUARDA COMPARTILHADA DE FILHOS SOB O COMANDO DA LEI N. 13.058/2014 – SUA "IMPOSIÇÃO" QUANDO DA FALTA DE CONSENSO ENTRE OS PAIS EM CONTRAPOSIÇÃOAO SUPERIOR INTERESSE DOS MENORES (SIM)

KRISTIAM GOMES SIMÕES
Promotor de Justiça do Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

4. BREVES ANOTAÇÕES SOBRE A ALIENAÇÃO PARENTAL

KATYA MARIA DE PAULA MENEZES MONNERAT
Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Presidente do Fórum Permanente de Direito de Família e Sucessões da EMERJ – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

5. RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES FILIAIS

CLEBER COUTO
Promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais. Pós-Graduado em Direito Civil pela Universidade Anhanguera-Uniderp, Brasil. Mestrando em Segurança, Justiça e Direito pela Universitat de Girona, Espanha. Doutorando em Direito Civil pela Universidad de Buenos Aires, Argentina.

6. A ABORDAGEM DO ADVOGADO PARA O ATENDIMENTO DO CLIENTE E A SUA ATUAÇÃO DIFERENCIADA EM DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

JENIFER SCAPIN ZAGATTI
Advogada. Graduada pela UFMS. Facilitadora em Constelação Familiar. Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões pela Faculdade Legale. Membro da Comissão de Direito Sistêmico da OAB Jabaquara. Cocriadora e Coordenadora do Grupo de Estudos e Práticas Sistêmicas do Programa Constellares no espaço Olabirinto, em São Paulo.

7. COMUNHÃO PARCIAL DE BENS E A (IN)COMUNICABILIDADE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA

SYNDEL ALMEIDA SILVEIRA
Advogada Associada da Probst Werner & Advogados Associados.

8. A MULTIPARENTALIDADE EM PRESERVAÇÃO AO INTERESSE DO MENOR: RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DECORRENTES DA FILIAÇÃO BIOLÓGICA E SOCIOAFETIVA

CAMILLE DE FÁTIMA WILSEK ANDRIGO
Sócia do departamento de "Gestão Patrimonial, Família e Sucessões" do escritório Braz Gama Monteiro Advogados Associados. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Especialista em Direito Civil pela LFG. Pós-Graduanda em Planejamento Patrimonial e Sucessório pela FGV.

9. UTILIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO POST MORTEM: VIABILIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

MABLY ROSALINA FERNANDES
Graduada em Direito pela Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC (2015). Pós-Graduada em Processo Penal pelo Complexo Educacional Damásio de Jesus. Advogada. Mestranda em Direitos Humanos e Políticas Públicas pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

10. ACESSO À IDENTIDADE PATERNA E À EQUIDADE DE GÊNERO DOS GENITORES POR MEIO DA OTIMIZAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO – DNV

CLÁUDIA MÁRCIA OLIVEIRA SILVA
Advogada. Professora universitária. Especialista e Mestra em Direito Privado e Constituição. Presidente do IBDFAM – Núcleo Campos dos Goytacazes – RJ. Presidente da Comissão de Direito das Famílias e das Sucessões da 12ª Subsecção da OAB – Campos dos Goytacazes – RJ.

- **DECISÃO COMENTADA**

O ABANDONO DE CRIANÇAS E A PANDEMIA DE COVID-19: ENTENDIMENTO DOUTRINÁRIO E JURISPRUDENCIAL PERANTE A SITUAÇÃO DE RISCO

KARINA DE OLIVEIRA SELVA
Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões. Advogada.

1. DIREITO AO NOME: UM BREVE PASSEIO PELA EVOLUÇÃO DA PROTEÇÃO REGISTRAL NO BRASIL ATÉ A PANDEMIA

VIVIANE ALVES SANTOS SILVA
Promotora de Justiça no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Especialista em Criminologia pelo Instituto Superior do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (ISMP). Integrante do Programa de Liderança Executiva no Desenvolvimento da Primeira Infância do Núcleo Ciência pela Infância (NCPI/Harvard University). Especialista em Crianças, Adolescentes e Famílias pelo Instituto de Educação Roberto Bernardes Barroso (IERBB/MPRJ).

2. HERANÇA DIGITAL NO BRASIL: CONCEITO E LIMITAÇÕES JURÍDICAS

KAROLINY MOREIRA BEZERRA
Acadêmica de Direito no Centro Universitário Farias Brito (FBUNI). Integrante do Núcleo de Pesquisa em Direito Privado do FBUNI. Assistente Social. Especialista em Gestão Social pela Faculdade

Metropolitana de Fortaleza (FAMETRO). Técnica de assessoramento aos CRAS do Estado do Ceará pela Secretaria de Proteção Social do Estado do Ceará (SPS).

MARCEL MORAES MOTA
Professor de Direito no Centro Universitário Farias Brito (FBUNI). Doutorando em Ciências Jurídicas pela Universidade de Lisboa. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Advogado.

3. QUAL O DESTINO DOS EMBRIÕES EXCEDENTÁRIOS EM CASO DE DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL?

BIANCA COUTO MOURY FERNANDES
Advogada. Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões pela Universidade Federal de Pernambuco.

4. A INSOLVÊNCIA ALIMENTAR À PROLE COMO MEIO DE RETALIAÇÃO E SEUS TRAÇOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E INTRAFAMILIAR

ANA BEATRIZ RUTOWITSCH BICALHO
Advogada. Especialista em Direito de Família. Presidente da Comissão de Gênero e Violência Doméstica do IBDFAM/RJ. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM.

5. A PARTICIPAÇÃO DO PSICÓLOGO ASSISTENTE TÉCNICO NA PERÍCIA PSICOLÓGICA

LUCIANA GENERALI BARNI
Psicóloga jurídica. Advogada. Pós-Graduada em Alienação Parental.

6. BREVES REFLEXÕES SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DA ORDEM DE VOCAÇÃO HEREDITÁRIA AB INTESTATO NO CÓDIGO CIVIL DE 2002

RAPHAEL REGO BORGES RIBEIRO
Doutor. Mestre e Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Professor de Direito Civil da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

7. LEI N. 6.858/1980: A ANÁLISE DE SUA RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

FLÁVIO SOUTO MEIRELLES ANNECHINO MOREIRA MIGUEL
Advogado. Pós-Graduado em Direito das Famílias e Sucessões (UCAM/IBDFAM/Tríade). Graduado em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Membro do IBDFAM.

8. A ANÁLISE DA LEGITIMIDADE DOS MOTIVOS DO GENITOR SOBREVIVENTE E DAS VANTAGENS PARA O FILHO GERADO POST MORTEM EM FACE DO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PATRICIA FERREIRA ROCHA
Mestra em Direito Civil pela UFPE. Professora das disciplinas de Direito das Famílias e Sucessões. Pesquisadora do Grupo CONREP/UFPE. Membro do IBDFAM. Advogada e Conselheira Seccional da OAB/AL.

- **DECISÃO COMENTADA**

O DIREITO DE VISITA DOS ANIMAIS NA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA APÓS 2018 – UMPASSO RUMO À FAMÍLIA MULTIESPÉCIE?

FELIPE CAVALIERE TAVARES
Doutor em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ (2017). Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho (2005). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999). Professor do Centro Universitário Augusto Motta e do Centro Universitário Serra dos Órgãos. Experiência na área de Direito, com ênfase em Direitos Humanos.

LUIZ AUGUSTO CASTELLO BRANCO DE LACERDA MARCA DA ROCHA
Graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003). Especialização em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Estácio de Sá (2008). Mestre em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis (2017). Professor auxiliar do Centro Universitário Augusto Motta, nas disciplinas Direito Civil. Experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil.

EDIÇÃO 49 – JANEIRO/FEVEREIRO DE 2022

1. A UNIÃO ESTÁVEL APÓS O JULGAMENTO DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS 878.694/MG E 646.721/ RS PELO STF: O COMPANHEIRO SOBREVIVENTE (NÃO) TEM DIREITO À LEGÍTIMA?

MÁRIO LUIZ DELGADO
Doutor em Direito Civil pela USP e Mestre em Direito Civil Comparado pela PUC-SP. Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor de Direito Civil na Escola Paulista de Direito – EPD. Diretor do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP e Presidente da Comissão de Assuntos Legislativos do IBDFAM. É membro da Academia Brasileira de Direito Civil – ABDC e do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro – IDCLB. Ex-assessor na Câmara dos Deputados, da Relatoria-Geral do projeto de lei que deu origem ao novo Código Civil brasileiro. Autor e coautor de livros e artigos jurídicos.

2. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PACTO ANTENUPCIAL: DOS BENS AO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

LEONARDO AMARAL PINHEIRO DA SILVA
Advogado em Família e Sucessões. Mestre em Direito Constitucional – com enfoque no Direito de Família. Professor – Titular I – de Direito Civil na Universidade da Amazônia – UNAMA e de Direito na Faculdade Maurício de Nassau – UNIASSAU. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM, Seção Pará. Autor de livros jurídicos.

ALEXANDRE FERNANDES DOS SANTOS
Acadêmico de Direito do Centro Universitário do Pará – CESUPA. Estagiário do Pinheiro da Silva Advogados S/S.

3. A COAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE VIOLÊNCIA NO DIREITO DAS FAMÍLIAS: ABORDAGEM SOB O ASPECTO DA ALIENAÇÃO PARENTAL, PARTILHA DE BENS ENTRE OS CÔNJUGES E PENSÃO ALIMENTÍCIA PARA MAIORES DE 16 ANOS

BARBARA HELIODORA DE AVELLAR PERALTA
Advogada familiarista. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Vice-Presidente da Comissão de Relações Familiares do IBDFAM/RJ. Membro ABA – Direito das Famílias e Sucessões.

4. A PROPOSTA LEGISLATIVA DE RETORNO À DIGNIDADE VULNERABILIDADE: ANÁLISE DOS DISPOSITIVOS DO PROJETO DE LEI N. 757 DE 2015 DO SENADO FEDERAL QUE PROPÕE ALTERAÇÕES NO ATUAL SISTEMA DE INCAPACIDADES E NA TOMADA DE DECISÃO APOIADA

FERNANDO GABURRI
Promotor de Justiça do Ministério Público da Bahia. Especialista pela UERN. Mestre pela PUC/ SP. Doutor pela USP. Professor Adjunto na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM, da Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência - AMPID e do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública - IBAP. Ex-Procurador do Município de Natal.

5. DA RENÚNCIA À HERANÇA OU DA CONCORRÊNCIA SUCESSÓRIA POR MEIO DE PACTO ANTENUPCIAL OU PACTO DE CONVIVÊNCIA. DIGRESSÕES

LUIZ PAULO VIEIRA DE CARVALHO
Advogado. Parecerista. Consultor Jurídico e Árbitro. Professor e Conferencista Emérito da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ. Vice-Presidente da Comissão Nacional de Direito das Sucessões do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Presidente da Comissão de Direito de Família e Sucessões do Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB Nacional. Membro do Fórum Permanente de Direito de Família da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro – EMERJ. Membro do Fórum Permanente de Direito Civil da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ.

6. PROJETO INTERFACES: CUIDANDO DOS DIREITOS HUMANOS NA QUESTÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

LARISSA SBERSE MORÁS
Graduada em Direito pela Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES. Advogada.

BIANCA CORBELLINI BERTANI
Graduada e Mestra em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Advogada.

7. O PAPEL DO PSICÓLOGO NOS PROCESSOS DE DIVÓRCIO COM FILHOS

DAIANA ZANATTA CARDOSO DA SILVA
Psicóloga clínica e escolar. Graduada e Especialista em Avaliação Psicológica pela Universidade de Caxias do Sul. Especialista em Terapia Cognitiva Comportamental na Infância e na Adolescência pela Wainer Psicologia Cognitiva (2019//2021). Formação em Psicoterapia e Intervenções Familiares pela Elo Psicologia e Desenvolvimento (2020/2021).

LUCIANA GENERALI BARNI
Psicóloga assistente técnica, graduada pela Universidade Luterana do Brasil. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Especialista em Psicologia e Alienação Parental pelo Instituto Brasileiro de Formação. Especialista em Direito de Família pelo Instituto Brasileiro de Formação (2021). Especialista em Psicologia Jurídica e Avaliação Psicológica pela Faceminas (2021).

8. CONSTITUCIONALIDADE DOS ARTIGOS 35-A E 73-A DA LEI N. 11.977/2009 ALTERADA PELA LEI N. 14.188/2021 PERANTE A VULNERABILIDADE SOCIAL E HISTÓRICA DA MULHER

DANIELLE DUARTE NORA
Graduanda em Direito pela Universidade Positivo, polo Londrina.

GABRIEL MATOS JORGE
Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Londrina

FERNANDA MARTINS SIMÕES
Mestra em Direitos da Personalidade pelo Centro Universitário de Maringá/PR (CESUMAR). Especialista em Direito Aplicado pela EMAPAR e em Direito de Família e Sucessões pela UEL. Docente na Universidade Positivo – Faculdade Londrina/PR. Advogada. Membro do IBDFAM.

9. UMA RELEITURA DO BINÔMIO DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR A PARTIR DO NOVO PARADIGMA DA GUARDA COMPARTILHADA: NECESSIDADE, POSSIBILIDADES E DISPONIBILIDADE DE TEMPO

BRUNA BARBIERI WAQUIM
Doutora em Direito pelo CEUB. Mestra em Direito e Instituições do Sistema da Justiça pela UFMA. Assessora Jurídica no TJMA. Educadora Parental. Vice-Presidente do IBDFAM/MA. Professora universitária. Palestrante e autora de livros jurídicos.

FERNANDO SALZER
Advogado familiarista. Procurador do Estado de Minas Gerais e Membro do IBDFAM.

10. A REFORMA TRIBUTÁRIA E A CONSTITUIÇÃO DAS HOLDINGS

ALESSANDRA DUNCKE
Advogada. Mestra em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI. Pós-Graduada em Práticas Pedagógicas para a Docência no Ensino Técnico, Tecnológico e Superior pela Fundação Educacional Machado de Assis – FEMA. Pós-Graduanda em Direito de Família e Sucessões pela Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP. Bacharela em Direito pela Fundação Educacional Machado de Assis – FEMA. Técnica em Gerência Empresarial pela Sociedade Educacional Três de Maio – SETREM. Membro do grupo de pesquisa: Novos Direitos em Sociedades Complexas, cadastrado no CNPQ e vinculados ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, Mestrado e Doutorado da URI, campus de Santo Ângelo.

CAMILA CRISTINA PAUMANN
Advogada. Pós-Graduanda em Direito da Seguridade Social, Previdenciário e Prática Previdenciária pela Faculdade Legale. Pós-Graduada em Advocacia Tributária pela Escola Brasileira de Direito – EBRADI. Bacharela no curso de Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul/UNIJUÍ.

11. MULHERES INVISIBILIZADAS: CRÍTICA JURÍDICA SOBRE O DIREITO DAS FAMÍLIAS

GABRIELA JACINTO BARBOSA
Advogada. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Membro da Comissão de Direito de Família e Sucessões da OAB/SC. Pós-Graduada em Direito e Processo Penal e Pós-Graduanda em Direito de Família e Sucessões. Mestranda em Direito no Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC.

GRAZIELLY AL ESSANDRA BAGGENSTOSS
Advogada. Membro da Comissão Permanente de Equidade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora e Mestra em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutoranda em Psicologia (UFSC). Professora Adjunta de Direito da UFSC. Coordenadora do Dispolítica: Núcleo de Pesquisas em Direitos, Subjetividades e Política (CNPq/UFSC). Doutoranda em Gabriela Jacinto Barbosa

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

O PACTO PÓS-NUPCIAL: PARA, APÓS AUTORIZAÇÃO JUDICIAL, ESTABELECER O REGIME DE BENS QUE CONSTARÁ NA TRANSCRIÇÃO DE CASAMENTO CELEBRADO NA INGLATERRA

ISABELA FRANCO MACULAN ASSUMPÇÃO
Mestranda em Prática Jurídica pela BPP University. Ex-Oficiala Substituta do Cartório do Registro Civil e Notas do Distrito do Barreiro. Atua, hoje, como paralegal na área de DIreito de Família no escritório Penningtons Manches Cooper, em Londres

LETÍCIA FRANCO MACULAN ASSUMPÇÃO
Graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1991). Pós-Graduada e Mestra em Direito Público. Ex-Procuradora do Município de Belo Horizonte e Procuradora da Fazenda Nacional.Oficiala do Cartório do Registro Civil e Notas do Distrito de Barreiro, em Belo Horizonte, MG. Autora de artigos na área de Direito Tributário, Direito Administrativo, Direito Civil e Direito Notarial e Registral. Diretora do Instituto Nacional de Direito e Cultura - INDIC, do RECIVIL e do CNB-MG. Presidente do Colégio do Registral de Minas Gerais.

PAULA MARIA TECLES LARA
Graduada em Direito pela PUC/MG. Pós-Graduada e Mestra em Direito Privado. Professora na Graduação e Pós-Graduação da UFMG (professora voluntária), PUC/MG, Newton Paiva, Faminas e Estácio. Advogada.

Índice Remissivo

IBDFAM
Instituto Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões

EDIÇÃO 50 – MARÇO/ABRIL DE 2022

1. A DESPROPORCIONALIDADE DO PROVIMENTO N. 63/2017 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA QUANTO À LIMITAÇÃO DE FAIXA ETÁRIA PARA RECONHECIMENTO DO VÍNCULO SOCIOAFETIVO EXTRAJUDICIALMENTE: UMA ANÁLISE DE CASO CONCRETO COM ASSISTÊNCIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ

ISABELLY DE CASTRO MACHADO DA SILVA
Graduanda em Direito pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Membro da Comissão de Direito Homoafetivo e Gênero do IBDFAM.

SHEILA DE ANDRADE FERREIRA
Doutoranda em Direito Constitucional pela UNIFOR. Mestra em Família na Sociedade Contemporânea pela UCSAL. Defensora Pública do Estado do Piauí. Diretora Cível da DPE-PI. Professora na Universidade Estadual do Piauí. Membro da Diretoria do IBDFAM-PI. Presidente da Comissão Estadual de Direito Homoafetivo e Gênero do IBDFAM-PI.

2. DA (IM)POSSIBILIDADE DE RETOMADA DO PODER FAMILIAR PELOS PAIS DESTITUÍDOS: UMA ANÁLISE DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL

NADINNE SALES CALLOU ESMERALDO PAES
Mestra em Ciências Jurídico-Políticas (Universidade do Porto, Portugal). Ex-Professora auxiliar de Direito Civil da Universidade Regional do Cariri (URCA). Professora do Curso de Direito e Pesquisadora nas áreas do Direito Civil, Direito da Criança e do Adolescente e Acesso à Justiça (UniFAP). Autora de artigos e livros nas aludidas áreas. Defensora Pública de entrância final no Estado do Ceará.

3. DIVÓRCIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA: CRESCE A BUSCA POR CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS NO BRASIL

ROSANA DE CÁSSIA FERREIRA
Doutoranda em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Mestra em Direitos e Garantias Fundamentais pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Tabeliã do 1º Ofício de Notas de Vitória/ES.

ELDA COELHO DE AZEVEDO BUSSINGUER
Pós-Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Bioética pela Universidade de Brasília (UnB). Mestra em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Vitória (FDV).

4. DA NECESSIDADE DE TUTELA DO ESTADO NAS RELAÇÕES POLIAMOROSAS: UMA ANÁLISE JURÍDICA COM FUNDAMENTO SOCIOLÓGICO

ALESSANDRA MACEDO DE OLIVEIRA
Pós-Graduanda de Direito Penal e Criminologia pelo CEI/Introcrim. Pós-Graduada em Direito Público pela instituição CERS/Estácio. Graduada em Direito pela Faculdade Metodista Granbery. Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Servidora do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

MARCELA MORALES CORRÊA DE SOUZA
Pós-Graduada em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Estácio de Sá. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professora de Direito Civil na Rede Doctum, na Faculdade Metodista Granbery e no Centro Universitário Estácio de Sá. Sócia fundadora do escritório Botti e Morales Advogados. Advogada na área do Direito das Famílias e Sucessões.

5. AVOSIDADE E RECONHECIMENTO SOCIAFETIVO: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA SENTENÇA

LARISSA TENFEN SILVA
Advogada. Doutoranda em Direito. Professora no Curso de Direito. Presidente da Comissão da Pessoa Idosa do IBDFAM/SC e Vice-Presidente da Comissão da Pessoa Idosa da OAB/SC.

6. O DEPOIMENTO ESPECIAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTE VÍTIMAS DE ATO DE ALIENAÇÃO PARENTAL

HEITOR MOREIRA DE OLIVEIRA
Juiz de Direito em São Paulo. Mestrando em Direito no Centro Universitário Eurípedes de Marília – UNIVEM. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Goiás. Especialista em Direito Constitucional e Previdenciário. Associado do IBDFAM.

LAURA ANTONIO DE SOUZA
Advogada. Bacharela em Direito pelo Centro Universitário Eurípedes de Marília – UNIVEM.

7. VIOLÊNCIA DE GÊNERO E ASSÉDIO PROCESSUAL NO DIREITO DAS FAMÍLIAS

ANA BEATRIZ RUTOWITSCH BICALHO
Advogada. Especialista em Direito de Família. Mestranda em Direito. Presidente da Comissão de Gênero e Violência Doméstica do IBDFAM-RJ. Coordenadora do Grupo de Estudos Transdisciplinar de Gênero e Violência do IBDFAM-RJ. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM.

8. O DIREITO SOCIAL AO CUIDADO EM RELAÇÃO AOS ADOLESCENTES AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS

CHRISTINA MARQUES CARREIRO
Pós-Graduanda em Ciências Criminais e Interseccionalidades. Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões pela EBRADI. Bacharela em Direito pela UNICURITIBA

9. QUEM PODE SER PAI?

NAYARA GOMEZ DE PAULA
Bacharela em Direito pela Universidade Paulista – UNIP. Pós-Graduada em Direito das Famílias e Sucessões pela Faculdade de Direito Damásio de Jesus. Advogada e consultora jurídica em Ribeirão Preto – SP.

- **DECISÃO COMENTADA**

INDIGNIDADE SUCESSÓRIA E O ROL TAXATIVO DO ART. 1.814 DO CÓDIGO CIVIL: BREVES COMENTÁRIOS AO JULGAMENTO DO RESP. 1.943.848/PR

RODRIGO MAZZEI
Doutor (FADISP) e Mestre (PUC-SP), com Pós-Doutoramento (UFES). Professor da UFES (Graduação e PPGDir) e da FUCAPE. Líder do Núcleo de Estudos em Processo e Tratamento de Conflitos (NEAPI -UFES). Advogado e consultor jurídico.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

SUCESSÃO DE BENS NO EXTERIOR: ASPECTOS PROCESSUAIS

STEPHANIE GOULARTE
Mestra em Direito Privado pela UFRGS.

RICARDO QUASS DUARTE
Mestre em Direito Processual pela USP. LL.M. pela Columbia University.

DANIEL ALT DA SILVA
Mestre em Direito pelo Centro Universitário Ritter dos Reis.

Índice Remissivo

IBDFAM
Instituto Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões

ALIENAÇÃO PARENTAL E DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE – BREVE ANÁLISE

SANDRA INÊS FEITOR
Advogada. Doutora em Direito. Mestra em Direito. Docente convidada em pós-graduações da FDUL. Membro do Parental Alienation Study Group (PASG), Instituto Brasileiro de Direito das Famílias (IBDFAM), Associação Brasileira Criança Feliz (ABCF) e International Council on Shared Parenting 2022-2023 (ICSP).

EDIÇÃO 51 MAIO/JUN DE 2022

1. LEI N. 14.382/2022 – PRIMEIRAS REFLEXÕES INTERDISCIPLINARES DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E O DIREITO DAS FAMÍLIAS DAS PESSOAS NATURAIS E O DIREITO DAS FAMÍLIAS

MÁRCIA FIDELIS LIMA
Oficiala de Registro Civil em MG. Presidente Nacional da Comissão de Notários e Registradores de IBDFAM e Diretora do IBDFAM-MG. Pós-Graduanda em Filosofia e Teoria do Direito pela PUC-Minas.

2. A GUERRA E A PROTEÇÃO DA FAMÍLIA

JOSÉ CARLOS TEIXEIRA GIORGIS
Desembargador aposentado (RS). Mestre em Direito. Diretor do Memorial do Judiciário (RS). Membro do Instituto Histórico (RS). Professor Emérito da URCAMP (RS). Professor convidado em cursos de pós-graduação. Autor de obras de Direito de Família e Sucessões. Articulista e Palestrante.

3. A METÁFORA DA ÁRVORE GENEALÓGICA NO SISTEMA DE PARENTESCO BRASILEIRO

KÁTIA REGINA FERREIRA LOBO ANDRADE MACIEL
Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Titular da 2ª Procuradoria de Justiça da Infância e da Juventude (não infracional). Mestra em Direitos Fundamentais e Novos Direitos pela UNESA. Professora da Pós-Graduação do Instituto Roberto Barroso (IERRB) e da Pós-Graduação em Família e Sucessões da Pontifícia Universidade Católica (PUC). Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM).

RAQUEL FERREIRA LOBO ANDRADE MACIE
Advogada. Pós-Graduada em Processo Civil pela Universidade Candido Mendes. Pós-Graduada em Direito Privado pela Universidade Candido Mendes. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM).

4. REFLEXÕES ACERCA DA TRANSMISSIBILIDADE DOS BENS DIGITAIS AOS HERDEIROS NO INVENTÁRIO E PARTILHA

LARISSA PRADO SANTANA
Tabeliã. Mestra em Direito Constitucional pelo Instituto de Direito Público – IDP. Mestra em Administração Pública pelo Instituto de Direito Público – IDP. Doutoranda em Direito pelo Instituto de Direito Público – IDP. Especialista em Direito Notarial e Registral. Diretora da Associação dos Notários e Registradores do Pará – ANOREG/PA. Diretora do Instituto Brasileiro de Direito de Família do Pará – IBDFAM/PA.

DIOGO LUIZ ARAÚJO DE BENEVIDES COVÊLLO
Advogado e Consultor com experiência internacional em Direito Tributário e Empresarial. Mestrando em Direito pelo Instituto de Direito Público – IDP. Especialista em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e em Direito Tributário pela Universidade Candido Mendes. Extensão em Sociedade Anônima, Recuperação Judicial e Falência pela FGV. Atua perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, Cortes Federais e Tribunais Superiores.

5. MATERNIDADE E CUIDADO NA ORDEM PATRIARCAL: ESTUDO DE CASO

SIRLEI MARTINS DA COSTA
Juíza de Direito titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Goiânia.

6. DO DANO MORAL PRESUMIDO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A PRESERVAÇÃO DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE DA PROLE

JOÃO PAULO LIMA CAVALCANTI
Pós-Graduado em Direito Civil e Empresarial pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Direito e em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor titular da disciplina de Direito Civil da Faculdade UNINABUCO. Advogado. Membro da Comissão de Direito de Família da OAB, subseção de Olinda.

7. MODERNIDADE LÍQUIDA E AS FAMÍLIAS PÓS-MODERNAS: ANÁLISE DOS PENSAMENTOS DE ZYGMUNT BAUMAN NA JUDICIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS FAMILIARES

ADRIELLY LETÍCIA SILVA OLIVEIRA
Mestranda em Direito da Sociedade da Informação pelas Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU. Pós-Graduada em Direito Penal e Criminologia pela PUCRS. Bacharela em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Advogada

CAROLINA PENTEADO GERACE BOUIX
Mestranda em Direito da Sociedade da Informação pelas Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU. Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões e Direito Processual Civil pela Damásio de Jesus. Bacharela em Direito pela Damásio de Jesus. Advogada.

8. PRINCÍPIO DA KOMPETENZ-KOMPETENZ NA ARBITRAGEM

JOÃO LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA NORONHA
Mestrando em Direito pela Escola Paulista de Direito. Graduado em Direito pelo Centro Universitário de Rio Preto, UNIRP. Pós-Graduado lato sensu em Direito Imobiliário pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Pós-Graduado lato sensu em Direito Civil pela Universidade Anhanguera Uniderp (UNIDERP). Pós-Graduado lato sensu em Direito Notarial e Registral pela Universidade Anhanguera Uniderp (UNIDERP).

9. RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE/MATERNIDADE SOCIOAFETIVA E SEUS EFEITOS SUCESSÓRIOS

VANIA NUNES SILVA E ROBERTO ARI GUINDANI
Graduada em Direito pelo Centro Universitário Santa Cruz – Curitiba-PR.

ROBERTO ARI GUINDANI
Pós-Doutor em Antropologia pela Universidad de Salamanca - España. Coordenador da Pós-Graduação em Gestão e Negócio - IFPR - Campus Curitiba.

10. TESTAMENTOS E CODICILOS DIGITAIS: OS DESAFIOS DA HERANÇA DIGITAL EM MEIO À SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

GUSTAVO HENRIQUE VELASCO BOYADJIAN
Doutor em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia. Mestre em Direito Empresarial pela Universidade de Franca. Especialista em Direito Civil pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia. Vice-Presidente do Núcleo Uberlândia do IBDFAM. Advogado especializado em Direito das Famílias e das Sucessões.

MARCELO HENRIQUE DE SOUSA ESTEVAM
Mestrando em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia. Pós-Graduando em Direito Digital e Compliance pelo Instituto Damásio da Faculdade de Direito do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC-SP). Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia. Advogado.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

TESTAMENTO VITAL Y DIRECTIVAS ANTICIPADAS

ROLF MADALENO
Profesor y abogado de Derecho de Familia y Sucesiones en Brasil, miembro de AIJUDEFA y IBDFAM y director general da la ESA/RS – Escuela Superior de Abogacía de la Orden de los Abogados del Estado del Rio Grande del Sur. Brasil. Palestra para apresentação no III Congresso de Direito de Família da AIJUDEFA em Sevilha, na Espanha.

"NO, SIN MIS HIJOS": O ESPANHOL QUE ENFRENTOU A SHARIA E INFLUENCIOU A CRIAÇÃO DA LEI DE FAMÍLIA PARA NÃO MUÇULMANOS NOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS

ELIZA CERUTTI
Mestra em Direito de Família e Infância pela Universitat de Barcelona (UB). Especialista em Direito Internacional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Direito de Família Contemporâneo e Mediação pela Escola Superior de Administração, Direto e Economia (ESADE) e em Direito Processual Civil pela Academia Brasileira de Direito Processual Civil (ABDPC). Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/ RS). Advogada. Coordenadora do Grupo de Trabalho de Direito de Família da Comissão de Relações Internacionais e Mercosul da OAB/RS. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), da International Society of Family Law (ISFL) e da Asociación Internacional de Juristas de Derecho de Familia (AIJUDEFA).

CASSIO S.NAMUR
Mestre em Direito Civil Comparado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). MBA em Finanças Corporativas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP). Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Presidente eleito da Asociación Internacional de Juristas de Derecho de Família (AIJUDEFA). Membro do Conselho Deliberativo e Diretor de Relações Internacionais do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). Primeiro Vice-Diretor de Relações Internacionais do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Sóciofundador e Membro da Diretoria da Federação dos Advogados de Língua Portuguesa (FALP). Membro da Lista de Árbitros do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Líbano (CCBL), em São Paulo; da Lista de Árbitros da Câmara de Arbitragem das Eurocâmaras (CAE), em São Paulo; do Comitê Consultivo de Educação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), como representante designado da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA); do Conselho da Câmara de Comércio França-Brasil, em São Paulo; da Diretoria da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, em São Paulo.

EDIÇÃO 52 JUL/AGO DE 2022

1. AS INCONSTITUCIONALIDADES DA RESOLUÇÃO 2.294/2021 DO CFM SOBRE A UTILIZAÇÃO DAS TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA

MARIA BERENICE DIAS
Sócia do Escritório Maria Berenice Dias Advogados. Vice-Presidente Nacional do IBDFAM.

MARTA CAUDURO OPPERMANN
Sócia do Escritório Maria Berenice Dias Advogados. Associada do IBDFAM.

2. O DIREITO DE TESTAR DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PSÍQUICA OU INTELECTUAL

ANA CARLA HARMATIUK MATOS
Mestra e Doutora pela Universidade Federal do Paraná. Mestra em Derecho Humano pela Universidad Internacional de Andalucía. Tutora in Diritto na Universidade di Pisa – Itália. Professora na Graduação, Mestrado e Doutorado em Direito na Universidade Federal do Paraná. Vice- Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná. Professo-

ra de Direito Civil e de Direitos Humanos. Diretora da Regional-Sul do IBDFAM. Vice- Presidente do IBDCivil. Advogada. Conselheira Estadual da OAB-PR.

JACQUELINE LOPES PEREIRA
Mestra e Doutoranda em Direito das Relações Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná. Especialista em Direito das Famílias e Sucessões pela ABDConst. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Direito Civil Constitucional – Virada de Copérnico (UFPR). Administradora da página @direitocivilporelas. Servidora Pública do TJPR.

3 O OLHAR DA JUSTIÇA NOS CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL PRATICADA CONTRA A CRIANÇA

MARIA REGINA FAY DE AZAMBUJA
Procuradora de Justiça. Especialista em Violência Doméstica pela USP. Mestra em Direito pela UNISINOS. Doutora em Serviço Social pela PUCRS. Professora de Direito de Família e de Direito da Criança e do Adolescente na PUCRS. Sócia do IARGS. Ex-Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude, Educação, Família e Sucessões do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Autora de obras e artigos na área do Direito da Criança e do Adolescente e do Direito de Família.

CRISTIANE DE MORAES
Secretária de Desembargador no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Especialista em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Autora de artigo desenvolvido a partir do trabalho de conclusão de curso sobre o Depoimento Especial, publicado pela PUCRS.

4 CONTRIBUTOS DA NETNOGRAFIA ÀS PERÍCIAS SOCIAIS: LIMITES E POSSIBILIDADES AO TRABALHO PROFISSIONAL

EMANUEL JONES XAVIER FREITAS
Doutor em Serviço Social (PUC-SP). Mestre em Administração de Empresas (Mackenzie). Especialista em Gestão de Projetos Sociais em Organizações do Terceiro Setor (PUC-SP). Graduado em Serviço Social (UNIFAI). Docência em ensino superior, em diferentes cursos de graduação e pós-graduação. Assistente Social auxiliar da Justiça paulista e Assistente Técnico – Serviço Social. Professor no Centro Universitário Assunção – UNIFAI, em São Paulo.

5 UM CORPO QUE FALA – O LUGAR DO SINTOMA DA CRIANÇA NOS LITÍGIOS PARENTAIS

CLAUDIA PRETTI VASCONCELLOS PELLEGRINI
Psicanalista. Membro da Escola Lacaniana de Vitória. Vice-Diretora de Relações Interdisciplinares do IBDFAM

6 O DIREITO DO INTERSEXUAL À IDENTIDADE DE GÊNERO E AO REGISTRO CIVIL

JOSÉ EULÁLIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA
Professor de Direito Processual Penal da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Juiz de Direito Titular da 8.ª Vara Cível em São Luís. Membro da Academia Maranhense de Letras Jurídicas. Especialização em Processo Civil pela UFPE. Especialização em Ciências Criminais pelo UNICEUMA. Doutor em Direito e Ciências Sociais pela Universidad del Museo Social Argentino – UMSA.

7 O DIREITO DO INTERSEXUAL À IDENTIDADE DE GÊNERO E AO REGISTRO CIVIL

JOSÉ EULÁLIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA
Professor de Direito Processual Penal da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Juiz de Direito Titular da 8.ª Vara Cível em São Luís. Membro da Academia Maranhense de Letras Jurídicas. Especialização em Processo Civil pela UFPE. Especialização em Ciências Criminais pelo UNICEUMA. Doutor em Direito e Ciências Sociais pela Universidad del Museo Social Argentino – UMSA.

Índice Remissivo

IBDFAM
Instituto Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões

EDIÇÃO 53 SET/OUT DE 2022

1. LIBERDADE E TRIBUTAÇÃO DA PENSÃO ALIMENTÍCIA

ROLF MADALENO
Advogado em Direito de Família e Direito das Sucessões. Professor de Direito de Sucessões na Pós-Graduação da PUC/RS e como convidado na Pós-Graduação da UFRGS. Membro fundador e Diretor Nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Membro da Associação Internacional de Juristas Jurídicos de Família – AIJUDEFA. Mestre em Processo Civil pela PUC/RS. Autor de livros e palestrante nacional e internacional. Diretor-geral da Escola Superior de Advocacia da OAB/RS – ESARS.

2. AUTODETERMINAÇÃO EXISTENCIAL E AUTONOMIA PRIVADA EM PERSPECTIVA

PAULO LÔBO
Doutor em Direito Civil (USP). Professor Emérito da UFAL. Líder do grupo de pesquisa Constitucionalização das Relações Privadas. Ex-Conselheiro do CNJ.

3. MULTIPARENTALIDADE E SUAS REPERCUSSÕES NAS SUCESSÕES

ANA CARLA HARMATIUK MATOS
Doutora e Mestra em Direito pela Universidade Federal do Paraná e Mestra em Derecho Humano pela Universidad Internacional de Andalucía. Tutora in Diritto na Universidade di Pisa – Italia. Professora na Graduação, Mestrado e Doutorado em Direito na Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba – PR. Vice-Presidente do IBDCivil. Diretora da Regional-Sul do IBDFAM. Advogada militante em Curitiba. Conselheira Estadual da OAB-PR.

JOÃO PAULO LOPES FAGUNDES
Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

4. O REGIME DE SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE BENS DIANTE DO VERBETE 377 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: TEXTO REVISITADO OITO ANOS DEPOIS

ANA LUIZA MAIA NEVARES
Doutora e Mestra em Direito Civil pela UERJ. Professora de Direito Civil na PUC-Rio. Diretora Acadêmica do IBDFAM-RJ. Advogada.

5. A (IN)FIDELIDADE CONJUGAL NA PÓS-MODERNIDADE

FERNANDA LAS CASAS
Advogada e Professora. Doutoranda em Direito Civil pela Universidade de São Paulo (USP). Mestra em Direito Civil e Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões. Diretora do IBDFAM/Santos.Coordenadora da Comissão de Pesquisas em Direito de Família e Sucessões do IBDFAM/Santos. Coordenadora-Geral dos núcleos de Estudo do IBDFAM/ABCDMR. Membro da International Society of Family Law.

6. SEPARAÇÃO, DIVÓRCIO E DISSOLUÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL POR ESCRITURA PÚBLICA

MARIÂNGELA DE JESUS PURCINO
Mestranda em Direito pela Escola Paulista de Direito (EPD). Especialista em Conciliação, Mediação e Arbitragem e Direito Processual Civil. Advogada e Consultora Jurídica.

7. DIREITO DE FILIAÇÃO E BIOÉTICA: A INTERSECÇÃO DAS CIÊNCIAS PARA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DOS FILHOS

LAURA AFFONSO DA COSTA LEVY
Mestra em Bioética pela UMSA/AR. Especialista em Bioética pela PUC/RS. Especialista em Direito de Família e Sucessões pela Faculdade IDC. Consultora em Biodireito na Complex Consultoria

Jurídica Integral e Integrada. Professora Universitária na UCS e Verbo Jurídico. Secretária-Geral e Fundadora do Instituto Proteger. Diretora Estadual do IBDFAM/RS. Diretora de Educação do Centro Integrare. Membro do Departamento de Bioética do IARGS.

MELISSA TELLES BARUFI
Advogada. Especialista em Direito Civil – com ênfase em Família e Sucessões – IDC. Capacitação em Holding Familiar & Proteção na Escola de Auditoria. Capacitação em Direito da Infância e Juventude – CNJ. Presidente do Instituto Proteger. Fundadora e Membro do Departamento de Bioética do IARGS.

8. A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE ESPAÇO INFANTIL NOTURNO COMO AÇÃO AFIRMATIVA NO DIÁLOGO CIDADE-UNIVERSIDADES: UMA REFLEXÃO SOBRE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS E A ATUAÇÃO DO ESTADO NA PROTEÇÃO ÀS FAMÍLIAS

ÍCARO JORGE DA SILVA SANTANA
Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Universidade – IHAC/UFBA. Pós-Graduando em Direito das Famílias e Sucessões – CERS. Graduando em Direito – UFBA. Bacharel Interdisciplinar em Humanidades – IHAC/UFBA.

9. INDENIZAÇÃO POR VINGANÇA PORNOGRÁFICA NOS RELACIONAMENTOS AFETIVOS

ELEIMAR DA ROCHA BRANDÃO
Advogado. Graduado em Direito Civil pela PUC-Minas (2004). Especialista em Direito Civil (Pós-Graduação) pela PUC-Minas (2009). Especialista em Advocacia Contratual e Responsabilidade Civil pela EBRADI (2021).

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

A SUCESSÃO LEGÍTIMA NO BRASIL E NA ITÁLIA: UMA BREVE INCURSÃO ENTRE OS DOIS SISTEMAS JURÍDICOS

MARIANA SILVA ANDRADE FERRARI
Advogada. Pós-Graduanda em Direito das Famílias e Sucessões pelo IBDFAM.

EDIÇÃO 54 NOV/DEZ DE 2022

1. OS CÚMPLICES DA ALIENAÇÃO PARENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE AS INTERFERÊNCIAS DE TERCEIROS NA ALIENAÇÃO PARENTAL

BARBARA HELIODORA DE AVELLAR PERALTA
Advogada familiarista. Doutoranda pela Universidade Lomas de Zamora, Argentina. Especialista em Processo Civil pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Presidente da Comissão de Alienação Parental da OAB/Niterói – RJ. Diretora Jurídica da Associação Henry Borel.

2. ATUALIZAÇÃO SOBRE O DEPOIMENTO ESPECIAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTE VÍTIMAS DE ATO DE ALIENAÇÃO PARENTAL: COMENTÁRIOS À LEI N. 14.340/2022

HEITOR MOREIRA DE OLIVEIRA
Juiz de Direito em São Paulo. Mestrando em Direito no Centro Universitário Eurípedes de Marília – UNIVEM. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Goiás. Especialista em Direito Constitucional e Previdenciário. Associado do IBDFAM.

LAURA ANTONIO DE SOUZA
Advogada. Bacharela em Direito pelo Centro Universitário Eurípedes de Marília – UNIVEM.

3. ALTERAÇÃO DE GÊNERO E PRENOME E A PROBLEMÁTICA NA APLICAÇÃO DO PROVIMENTO 73/2018 DO CNJ

ROSSANA DILLENBURG MÜLLER
Graduanda no curso de Direito pela Universidade do Vale do Sinos. Atuou, durante dois anos, como Escrevente Autorizada pelo Registro Civil das Pessoas Naturais de São Leopoldo-RS. Atualmente, atua no cargo de Registradora Substituta pela mesma Serventia.

4. A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO MULTIDISCIPLINAR NO COMBATE AO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

EDUARDO ALFREDO DE MELO SIMÕES MONTEIRO
Promotor de Justiça Titular da 1ª Promotoria de Justiça do Fórum Descentralizado do Boqueirão – Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Atualmente designado na Corregedoria Geral do Ministério Público do Paraná. Especialização em Direito Público, com ênfase em Direito Administrativo, pela Universidade Federal do Paraná, em 2004. Especialização em Direito Sanitário, pela Universidade de São Paulo, em 2012.

5. AVOSIDADE SOCIOAFETIVA: ANÁLISE DA VIABILIDADE DO RECONHECIMENTO

EVA BENTO GOMES
Bacharela em Direito, graduada pela Faculdade Católica do Tocantins. Bacharela em Serviço Social, graduada pela Faculdade UNITINS.

6. OS IMPACTOS DO LUTO NO PROCEDIMENTO DE INVENTÁRIO

KARINA AZEN
Mestra em Direito pela Unisinos. Especialista em Psicologia Jurídica, Direito Público e Graduada em Direito pela Ulbra. Advogada atuante no Direito das Famílias e Sucessões, com ênfase em estudos sobre a dinâmica das relações familiares por meio do curso do Instituto da Família – INFAPA.

VIVIAN DE MEDEIROS LAGO
Psicóloga. Doutora com Pós-Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista em Psicologia Jurídica (Ulbra). Professora do Curso de Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Coordenadora do Curso de Psicologia da Unisinos Porto Alegre e Coordenadora do Curso de Especialização em Psicologia Jurídica da Unisinos.

7. ILEGITIMIDADE DO HERDEIRO DO CÔNJUGE FALECIDO PARA AJUIZAR AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL POST MORTEM

WILLIAM SOARES PUGLIESE
Pós-Doutor pela UFRGS. Doutor e Mestre pelo PPGD-UFPR. Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da Unibrasil. Professor Substituto de Direito Processual Civil da UFPR. Coordenador da Especialização de Direito Processual Civil da Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst). Advogado.

8. RESPONSABILIDADE CIVIL PELA DEVOLUÇÃO E/OU DESISTÊNCIA DE CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES ADOTADOS(AS): ANÁLISE SOBRE EVENTUAL MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO NO PROCESSO DE ADOÇÃO

KALLYÓPE NECTÁRIOS KATAVATIS
Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões pela Escola Brasileira de Direito – EBRADI. Bacharela em Direito pela Universidade São Judas Tadeu. Advogada.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

CONVIVÊNCIA FAMILIAR VIRTUAL EM PORTUGAL E NO BRASIL: TECNOLOGIA, PARENTALIDADE E AFETO

SHIRLEI CASTRO MENEZES MOTA
Doutoranda pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), Portugal. Mestra em Direito com espe-

cialização em Ciências Jurídicas pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), Portugal. Mestra em Direito pela UFRJ Brasil. Pós-Graduada em Direito do Consumo e Contratos pela Universidade de Coimbra, Portugal; em Análise Internacional Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Advogada.

STELA MARCOS DE ALMEIDA NEVES BARBAS
Doutorada em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL). Mestra em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Professora nos cursos de Licenciatura, Pós-Graduação, Mestrado e Doutoramento em Portugal (leciona, designadamente, na UAL desde 1992) e no estrangeiro. Professora Associada da UAL. Professora convidada da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Jurisconsulta.

EDIÇÃO 55 JAN/FEV DE 2023

1. DIVÓRCIO LIMINAR, JURISPRUDÊNCIA UNIFORME E RELEVÂNCIA

MARÍLIA PEDROSO XAVIER
Professora da Graduação e da Pós-Graduação stricto sensu na Faculdade de Direito da UFPR. Doutora em Direito Civil pela USP. Mestra e Graduada em Direito pela UFPR. Coordenadora na Escola Superior de Advocacia da OAB/PR. Diretora do Instituto Brasileiro de Direito Contratual – IBDCONT. Membro da Diretoria Paranaense do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Mediadora. Advogada

WILLIAM SOARES PUGLIESE
Pós-Doutor pela UFRGS. Doutor e Mestre pelo PPGD-UFPR. Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito na UniBrasil. Professor Substituto de Direito Processual Civil na UFPR. Coordenador da Especialização de Direito Processual Civil na Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst). Advogado.

2. A PLURALIDADE FAMILIAR NO ATUAL CONTEXTO JURÍDICO BRASILEIRO

CLEVER JATOBÁ
Advogado e Consultor Jurídico em Salvador/BA. Mestre e Doutorando em Família na Sociedade Contemporânea pela UCSal. Professor de Direito Civil, Processual Civil, Consumidor e Direito da Criança e do Adolescente na Faculdade Batista Brasileira e na Múltipla Difusão de Conhecimentos.

3. LIMITES DA AUTONOMIA PARENTAL EM RELAÇÃO AOS FILHOS EM FACE DO DESCUMPRIMENTO DOS DEVERES PARENTAIS: UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

MARINA GARCIA VALADARES
Doutoranda em Direito Privado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC Minas. Bolsista FAPEMIG. Mestra em Direitos Fundamentais pela Universidade de Itaúna. Pós-Graduada em Direito Civil Aplicado pelo IEC da PUC Minas. Pós-Graduanda em Direito de Família e Sucessões pela Damásio.

4. DA (IM)POSSIBILIDADE DA TRANSMISSÃO DOS BENS DIGITAIS PATRIMONIAIS EXISTENCIAIS PELA SUCESSÃO LEGÍTIMA APÓS A MORTE DO TITULAR

LAÍS GABRIELLY OLIVEIRA DINIZ
Assistente Jurídica. Graduanda em Direito na Universidade Anhanguera de São Paulo – Santo André.

DANIELE FERNANDES REIS
Advogada. Professora. Mestra de Graduação e Pós-Graduação. Coordenadora do Curso de Direito da Universidade Anhanguera de São Paulo – Santo André.

5. ALIMENTOS COMPENSATÓRIOS E SUA APLICABILIDADE DIANTE DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO E PATRIMONIAL ENTRE EX-CÔNJUGES E EX-COMPANHEIROS

BRUNA CARNEIRO DA FONTOURA
Advogada. Pós-Graduanda em Direito das Famílias e Sucessões na Faculdade CESUSC. Membro consultivo da Comissão de Direito de Família e Sucessões da OAB/SC.

6. COMO UTILIZAR A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA PARA EVITAR A ALIENAÇÃO PARENTAL

ALDANA LUIZA PEREIRA REIS
Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões pelo Centro Universitário do Espírito Santo – UNESC. Advogada. Professora

ALINE MOREIRA DE SOUZA
Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões pelo Centro Universitário do Espírito Santo – UNESC. Advogada. Professora e Consteladora Familiar

REICHIELE VANESSA VERVLOET DE CARVALHO MALANCHIN
Mestra em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Mediadora Judicial. Membro da Comissão de Mediação do IBDFAM/ES.

7. AGÊNCIA E O ATRAVESSAMENTO DO GÊNERO: UMA REFLEXÃO SOBRE O FENÔMENO DA ALIENAÇÃO PARENTAL

GIANNE BEZERRA
Advogada. Associada ao Instituto Brasileiro do Direitos das Famílias – IBDFAM. Membro da Comissão de Alienação Parental/RN pelo mesmo Instituto. Pós-Graduada em Docência no Ensino Superior, pela UNP. Pós-Graduada em Direito Processual Civil e Direito Civil pela ESA/OAB – PE.

8. A NOMEAÇÃO DE TERCEIRO IDÔNEO (DATIVO) COMO INVENTARIANTE

FÁBIO AUGUSTO MENDONÇA BARRETO
Advogado. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

- **DECISÃO COMENTADA**

DIREITO REAL DE HABITAÇÃO E CONDOMÍNIO PREEXISTENTE: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA À LUZ DA TIPICIDADE

LEANDRO BARBOSA DA CUNHA
Advogado. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (CEUB) e Pós-Graduando em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Cândido Mendes (UCAM).

EDIÇÃO 56 MAR/ABRIL DE 2023

1. RECONHECIMENTO POST MORTEM DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA X ADOÇÃO PÓSTUMA

MARIA BERENICE DIAS
Advogada especialista em Direito das Famílias e das Sucessões. Vice-Presidente Nacional do Instituto Brasileiro de Direito das Famílias – IBDFAM.

MARTA CAUDURO OPPERMANN
Advogada especialista em Direito das Famílias e das Sucessões. Membro do Instituto Brasileiro de Direito das Famílias – IBDFAM.

2. A FAMÍLIA NA PERSPECTIVA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CLEVER JATOBÁ
Advogado e Consultor Jurídico com atuação na seara do Direito de Família e Sucessões. Mestre e Doutorando em Família na Sociedade Contemporânea pela UCSal. Professor de Direito Civil, Processual Civil, Consumidor e Criança e Adolescente. Leciona atualmente na Faculdade Batista Brasileira e na Múltipla Difusão de Conhecimento.

3. ABANDONO AFETIVO DO IDOSO E RESPONSABILIDADE CIVIL

DIMAS MESSIAS DE CARVALHO
Advogado. Promotor de Justiça aposentado. Professor de Direito de Família e Sucessões. Mestre em Direito Constitucional. Autor de obras jurídicas.

4. SUCESSÕES NA ERA DIGITAL: O INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL E A PLATAFORMA E-NOTARIADO

GUSTAVO HENRIQUE FERNANDES SGANZERLA
Advogado. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER) em Curitiba/PR. Mestrando em Direito pela Escola Paulista em Direito – EPD.

5. OS CONFLITOS FAMILIARES NA JUSTIÇA: DESAFIOS DA ATUAÇÃO INTEGRADA E PROTETIVA DA INFÂNCIA

TALITA BRETZ
Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ. Graduada em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ. Pós-Graduada em Crianças, Adolescentes e Famílias – IERBB/MPRJ. Vice-Presidente do Fórum Estadual de Juízes da Infância e da Juventude do Estado do Rio de Janeiro – FOEJI-RJ.

6. CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL CASEIRA: A LACUNA LEGISLATIVA E OS IMPACTOS ÉTICO-JURÍDICOS E MORAIS NA SOCIEDADE

MARIA EDUARDA DOS SANTOS VELKE
Graduanda em Direito pela FAM – Faculdade de Americana.

CÍNTIA REGINA PORTES
Especialista em Direito Público pela Faculdade Damásio de Jesus. Especialista em Direito Processual Civil pela Escola Paulista de Direito (EPD). Especialista em Direito das Famílias e Sucessões pela Faculdade Damásio de Jesus. Graduada em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Professora. Advogada.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

(OVER)SHARENTING: OS RISCOS DO COMPARTILHAMENTO EXCESSIVO, OS DIREITOS EM CONFLITO, AS PRIMEIRAS DECISÕES INTERNACIONAIS E A PERSPECTIVA DE INTERVENÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

RÉGIA BRASIL MARQUES DA COSTA
Mestra em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (Uniceub). Pós-Graduada em Direito e Processo Civil pela Universidade Gama Filho. Advogada.

EDIÇÃO 57 MAIO/JUN DE 2023

1. O DIVÓRCIO E A DISSOLUÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL DA FAMÍLIA MULTIESPÉCIE – A SOLUÇÃO PRÁTICA PARA A APLICABILIDADE DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO – O ESTABELECIMENTO DA CUSTÓDIA EM VEZ DA GUARDA

CARLOS EDUARDO ELIAS DE OLIVEIRA
Doutor e Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Bacharel em Direito pela UnB. Consultor Legislativo do Senado Federal na área de Direito Civil, Processo Civil e Direito Agrário. Advogado. Ex-Advogado da União (AGU). Ex-Assessor de Ministro do STJ. Pós-Graduado em Direito Notarial e de Registro. Pós-Graduado em Direito Público. Professor de Direito Civil e de Direito Notarial e de Registral

THOMAS NOSCH GONÇALVES
Mestre em Direito pela USP. Especialista em Direito Civil pela USP e em Direito Notarial e Registral pela EPM. Ex-Advogado e atualmente Registrador Civil e Tabelião de Notas do Distrito de Cachoeira de Emas, Município de Pirassununga em São Paulo. Diretor da ARPEN/SP e SINOREG/SP. Diretor Nacional do IBDFAM. Professor convidado em cursos de Pós-Graduação e Professor convidado da disciplina eletiva da graduação "Fundamentos de Direito Registral" da USP – FDR.

2. RECONHECIMENTO DE EFEITOS JURÍDICOS ÀS FAMÍLIAS SIMULTÂNEAS – A MONOGAMIA COMO VALOR ÉTICO-SOCIAL RELEVANTE

EDUARDO AUGUSTO SALOMÃO CAMBI
Pós-Doutor pela Università degli Studi di Pavia. Doutorado e Mestrado em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Professor na Universidade Estadual do Norte do Paraná, na Faculdade de Direito do Centro Universitário Assis Gurgacz (FAG) e na Faculdade Pan-Americana (FAPAD). Presidente do Instituto Paranaense de Direito Processual e Membro da Academia Paranaense de Letras Jurídicas – Curitiba/PR.

ADRIANE GARCEL
Doutoranda e Mestra pelo Centro Universitário UniCuritiba. Assessora Jurídica do Tribunal de-Justiça do Estado do Paraná. Professora no Centro Universitário UNIFAESP. Curitiba/PR.

3. PACTO ANTENUPCIAL E NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS

WILLIAM SOARES PUGLIESE
Pós-Doutor pela UFRGS. Doutor e Mestre pelo PPGD-UFPR. Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da UniBrasil. Professor Substituto de Direito Processual Civil na UFPR. Coordenador da Especialização de Direito Processual Civil na Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst). Advogado.

4. A LEI N. 14.344/2022 (HENRY BOREL) E O DIREITO DAS FAMÍLIAS: REFLEXÕES E APLICAÇÕES

BARBARA HELIODORA DE AVELLAR PERALTA
Advogada das Famílias. Presidente da primeira Comissão de Alienação Parental da OAB/Niterói. Vice-Presidente da Comissão de Relações Familiares IBDFAM-RJ. Diretora do IBDFAM Niterói. Diretora jurídica da Associação Henry Borel.

5. ABORDAGEM SOBRE A GUARDA COMPARTILHADA E CONVIVÊNCIA E DIREITOS AVOENGOS, A PARTIR DA LEI N. 11.698 DE 2008, COM UM ESTUDO E IDEIA DA SUA EXTENSÃO PARA OS(AS) AVÓS

VICENTE DE OLIVEIRA ROCHA PINHEIRO
Juiz da 6ª Vara de Família de Manaus/AM

6. REVOGAÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL: RETROCESSO NORMATIVO OU SAÍDA NECESSÁRIA PARA DESTRAVE DO LEGISLATIVO?

JAMYLLE MARIA ARAUJO SILVA
Graduanda em Direito pelo Centro Universitário São Lucas.

ÂNDERSON DE ARAÚJO NEVES
Mestre em Administração pela Universidade Federal de Rondônia

MARCUS VINICIUS RIVOIRO
Doutor em Direito pela Universidade do Estado de Rio de Janeiro

ADOLFO THEODORO NAUJORKS NETO
Mestre em Direitos Humanos e Desenvolvimento de Justiça pela Universidade Federal de Rondônia,em parceria com a Escola da Magistratura e Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

7. ALIMENTOS GRAVÍDICOS: DIREITOS DA GESTANTE OU DO NASCITURO?

MARCOS ROBERTO MARQUES VESCHI
Graduado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa Assistente Jurídico CMP-8 no Ministério Público do Paraná – 4ª Promotoria de Ponta Grossa. Pós-Graduado pela Escola da Magistratura do Paraná.

8. REDISCUTINDO O PARTO ANÔNIMO: O SIGILO NA IDENTIFICAÇÃO DA PARTURIENTE E O REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

JÚLIA CLÁUDIA RODRIGUES DA CUNHA MOTA
Oficiala de Registro Civil das Pessoas Naturais na cidade de São Paulo/SP. Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Mestre em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo/SP.

IZAÍAS GOMES FERRO JÚNIOR
Oficial de Registro Público em Pirapozinho/SP. Professor universitário em diversas instituições de ensino. Mestre em Direito pela Escola Paulista de Direito - Doutorando em Função Social do Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo - FADISP. Autor e coordenador de obras jurídicas..

9. UNIÃO HOMOAFETIVA: PROTAGONISMO DOS MINISTROS DO STF QUANTO AO JULGAMENTO DA ADI 4.277 E DA ADPF 132 NO CENÁRIO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

ROSANA FERREIRA TREVIZAN
Tabeliã do 1º Oficio de Notas de Vitória/ES. Especialistas em Direito Notarial e Registral. Mestra em Direitos e Garantias Fundamentais pela Unoesc. Doutoranda em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV.

ALEXANDRE DE CASTRO COURA
Pós-Doutor como visiting scholar na American University Washington College of Law e visiting foreign judicial fellow no Centro Judiciário Federal em Washington D.C. Doutor e Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado e Doutorado – da Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Promotor de Justiça (ES).

RICARDO GORETTI SANTOS
Doutor em Direitos e Garantias Constitucionais Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Mestre em Direitos e Garantias Constitucionais Fundamentais pela FDV. Especialista em Direitos e Garantias Constitucionais pela FDV. Coordenador do Curso de Graduação em Direito da FDV. Membro do Conselho Superior da Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem CINDES/FINDES.

10. A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA, A DESIGUALDADE DE GÊNERO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

JOÃO BATISTA GUIMARÃES DE LIMA
Advogado. Graduado em Direito pela Uni-Anhanguera. Pós-Graduado em Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Empresarial. Doutorando em Direito Civil pela Universidade Federal de Buenos Aires (UBA).

11. A INTERFERÊNCIA DO JUDICIÁRIO NAS DEMANDAS AFETAS À REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA: UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS O

ISA MAGALHÃES DOS SANTOS AMARAL
Advogada. Estagiária de Pós-Graduação no gabinete do Des. Francisco Ricardo Sales Costa (JD convocado) na 4ª Câmara Especializada em Direito de Família. Ex-Monitora de Processo Civil do IBMEC. Graduada em Direito pelo IBMEC.

MARIA GORETH MACEDO VALADARES
Advogada. Doutora e Mestra em Direito Privado pela PUC Minas. Professora na PUC Minas e no IBMEC. Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família (núcleo MG) e membro da Comissão Científica de Direito de Família da OAB/MG.

12. AS BARREIRAS DO CASAMENTO PARA REFUGIADOS NO BRASIL: DESAFIOS E INTEGRAÇÃO

PATRICIA GORISCH
Presidente da Comissão Nacional dos Direitos dos Refugiados do IBDFAM. Pós-Doutora em Direitos Humanos pela Universidad de Salamanca, Espanha. Pós-Doutora em Direito da Saúde pela Università Degli Studi di Messina, Itália. Pós-Doutoranda em Psicologia, pela Universidad de Flores, Argentina. Doutora e Mestra em Direito Internacional. Consultora mundial da WOSM em humanitarian action. Coordenadora do Observatório dos Direitos do Migrante (Unisanta). Advogada e Professora Universitária.

PAULA CARPES VICTÓRIO
Membro da Comissão Nacional de Direitos do Refugiado do IBDFAM. Pesquisadora do Observatório dos Direitos do Migrante (Unisanta). Farmacêutica Bioquímica com Mestrado em Análises Toxicológicas (USP). Advogada. Perita Judicial Toxicologista. Professora Universitária. Vice-Presidente da Comissão sobre Direitos das Crianças e Adolescente da OAB/Santos e Membro da Comissão de Ética do Conselho Regional de Farmácia – Santos/SP.

EDIÇÃO 58 JUL/AGO DE 2023

1. FRAUDES EMPRESARIAIS NO DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES.

ROLF MADALENO
Advogado e Professor de Direito de Família e Sucessões na Pós-Graduação da PUC/RS. Diretor Nacional e Sócio Fundador do IBDFAM. Mestre em Processo Civil pela PUC/RS. Diretor-Geral da ESARS. Membro da AIJUDEFA. Palestrante no Brasil e exterior.

2. (IN)EXISTÊNCIA DE COISA JULGADA NAS RELAÇÕES JURÍDICAS DE TRATO CONTINUADO.

MARIA BERENICE DIAS
Advogada. Vice-Presidente Nacional do IBDFAM. Presidente da Comissão da Diversidade Sexual da OAB. Ex-Desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestra em Processo Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

3. A FILIAÇÃO NA CULTURA JURÍDICA BRASILEIRA.

CLEBER COUTO
Promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais. Mestre em Segurança, Justiça e Direito pela Universitat de Girona, Espanha. Doutorando em Direito Civil pela Universidad de Buenos Aires, Argentina.

4. A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NOS PROCESSOS DE DIREITO DE FAMÍLIA: BENEFÍCIOS E RISCOS.

HELIO SISCHINI DE CARLI
Pós-Graduado em Direito de Família e Sucessões pela Faculdade Damásio. Pós-Graduado em Mediação de Conflitos e Arbitragem pela Faculdade Unyleya. Membro da Comissão de Família e Tecnologia do IBDFAM. Professor universitário. Mediador de conflitos. Advogado.

5. FRAUDE À MEAÇÃO PELA INTERPOSTA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA.

MARIANA KASTRUP BUZANOVSKY CAMPOS
Advogada atuante em Direito das Famílias e Sucessões. Pós-Graduada lato sensu em Direito Público e Privado pelo Instituto Superior do Ministério Público – ISMP. Extensão em Direito das Famílias e Sucessões pela PUC/RJ. Capacitada em Alienação Parental pela PUC/RJ. Membro da Comissão de Direitos das Famílias e Sucessões da Associação Brasileira de Advogados do Rio de Janeiro (ABA/RJ). Membro do Instituto Brasileiro de Direito das Famílias (IBDFAM). Membro da Comissão de Alienação Parental da OAB/Rio de Janeiro.

6. OS CONTORNOS DA PREVIDÊNCIA PRIVADA NO DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES.

BIANCA DE CASTRO BOSCARIOL
Assistente Judiciária no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões pela Escola Brasileira de Direito (EBRADI). Bacharela em Direito pela Universidade de São Paulo (USP).

7. REFLEXOS DO POLIAMOR NO DIREITO DE FAMÍLIA.

OTÁVIO DE ABREU POSTES JÚNIOR
Advogado. Professor. Mestre em Direito Privado. Especialista em Direito Civil, Direito de Família e Direito das Sucessões. Escritor. Autor do livro Poliamor: Visão Jurídica e Filosófica sobre as Uniões Simultâneas e Poliafetivas.

8. EFEITOS DA ALIENAÇÃO PARENTAL NA CRIANÇA – A VISÃO DA PSICANÁLISE LACANIANA.

MARIA ARLINDA REIS DE MARQUES FREITAS
Analista Judiciário-Psicóloga do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, há 14 anos atuando com avaliações psicológicas/perícias junto às Varas de Família e Varas de Interdição e Curatela da Comarca da Ilha, São Luís – MA. Especialista em gestão pública. Psicanalista.

9. VICISSITUDES DA ADOÇÃO DE ADOLESCENTES NO BRASIL.

MARIA REGINA FAY AZAMBUJA
Procuradora de Justiça do MPRS. Professora na Escola de Direito da PUCRS. Especialista em Violência Doméstica USP. Mestra em Direito UNISINOS. Doutora em Serviço Social PUCRS.

10. A SENEXÃO COMO MECANISMO DE GARANTIA DO ENVELHECIMENTO DIGNO.

LAÍS MELLO HAFFERS
Advogada devidamente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil do Estado de São Paulo (OAB/SP). Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP). Especialista em Direito de Família e Sucessões na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Mestranda em Direito Civil na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Advogada em Família e Sucessões no escritório Regina Beatriz Tavares da Silva Sociedade de Advogados.

11. O PACTO ANTENUPCIAL COMO INSTRUMENTO CONTRATUAL GARANTIDOR DA AUTONOMIA PRIVADA NAS RELAÇÕES FAMILIARES.

LUIZA MENDONÇA FERNANDES OLIVEIRA
Pós-Graduada em Direito Civil contemporâneo pelo Centro de Estudos em Direito e Negócios (CEDIN). Pós-Graduanda em Direito dos Contratos pelo Centro de Estudos em Direito e Negócios (CEDIN). Pós-Graduanda em Direito das Famílias pelo Instituto Brasileiro do Direito das Famílias (IBDFAM). Tutora da Pós-Graduação em Direito dos Contratos pelo CEDIN. Associada ao Instituto Brasileiro do Direito das Famílias (IBDFAM). Associada à Associação Elas no Processo (ABEP). Destaque acadêmico e reconhecimento em 2021 na Pós-Graduação em Direito Civil Contemporâneo pelo CEDIN. Sócia e fundadora do escritório Mendonça e Oliveira Sociedade de Advogados.

12. PROVAS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: TÉCNICAS E ANÁLISE DO CABIMENTO DO ESTUDO PSICOSSOCIAL.

WILLIAM SOARES PUGLIESE
Pós-Doutor pela UFRGS. Doutor e Mestre pelo PPGD-UFPR. Vice Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da Unibrasil. Professor Substituto de Direito Processual Civil da UFPR. Coordenador da Especialização de Direito Processual Civil da Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst). Advogado.

SABRINA DE PAULA NASCIMENTO
Especialista em Direito de Família e Sucessões pela FMP-RS. Capacitada em Depoimento Especial pela PUC-RJ e em Psicologia Judiciária pela PUC-SP. Membro-fundadora do Observatório da Alienação Parental (OAPAR). Advogada.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

ALIENAÇÃO PARENTAL – UM COMPARATIVO ENTRE A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A MEXICANA.

BRUNA ALVES FREITAS VIDAL
Mestranda em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, especialista em Direito de Família e Sucessões. Professora do Instituto de Direito da PUC-Rio. Presidente e cofundadora do OAPAR – Observatório da Alienação Parental. Presidente da Comissão de Estudos da Alienação Parental. Advogada.

EDIÇÃO 59 JUL/AGO DE 2023

1. O JUÍZO VERBAL DE PARTILHA.

ROLF MADALENO
Advogado. Professor de Direito de Família na Pós-Graduação da PUC/RS. Sócio fundador e diretor nacional do IBDFAM. Mestre em Direito Processual pela PUC/RS. Membro da AIJUDEFA. Diretor-Geral da ESARS. Membro da Comissão do Senado Federal de Revisão do Código Civil. Palestrante no Brasil e no exterior.

2. MULTICONJUGALIDADES

MARIA BERENICE DIAS
Advogada especializada em Direito Homoafetivo, Famílias e Sucessões. Vic-Presidente Nacional do IBDFAM.

3. AUTONOMIA PRIVADA E LIMITES DAS CLÁUSULAS EXTRAPATRIMONIAIS NOS PACTOS ANTENUPCIAIS

ISABELLA AURELI CAMARGO LIMA
Mestranda em Direito Civil Comparado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) . Especialista em Direito de Família e Sucessões e graduada pela mesma Universidade.

Advogada e sócia cofundadora do escritório Azevedo & Camargo Lima Advogados. Professora do módulo de Planejamento Sucessório do curso preparatório da FK Partners para o exame de certificação CFP® e Professora convidada em cursos de graduação e pós graduação. Autora de artigos jurídicos. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM.

4. PLANO DE PARENTALIDADE: UM NOVO PARADIGMA PARA A REORGANIZAÇÃO FAMILIAR APÓS A SEPARAÇÃO/DIVÓRCIO.

ELSA DE MATTOS
Psicóloga Clínica e Jurídica. Mestra e Doutora em Psicologia (UFBA). Mediadora Judicial e Extra-judicial com formação em Mediação Inclusiva da Criança pela Child Beyond Dispute (Austrália). Membro da AFCC – Association for Family and Conciliation Courts (EUA e Canadá) com formação em Coordenação Parental e em Avaliação de Planos de Parentalidade. Membro do IBDFAM/DF. Presidente da Comissão de Práticas Colaborativas.

5. DIREITOS SUCESSÓRIOS NA REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA HOMÓLOGA POST MORTEM.

GABRIELLE CALLUF
Especialista em Direito de Família e Sucessões pela Academia Brasileira de Direito Constitucional.

6. O USO DA MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NAS AÇÕES DE GUARDA DE CRIANÇA E ADOLESCENTE.

MARIÂNGELA DE JESUS PURCINO
Mestranda em Direito pela Escola Paulista de Direito (EPD). Especialista em Conciliação, Mediação e Arbitragem e Direito Processual Civil. Advogada.

RENAN TEIJI TSUTSUI
Mestrando em Direito pela Escola Paulista de Direito (EPD). Especialista em Direito Imobiliário e Seguridade Social. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (FDSBC). Conciliador judicial do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Advogado e Design de Sistema de Conflitos.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

EXPOSIÇÃO DOS FILHOS MENORES PELOS GENITORES EM SUAS REDES SOCIAIS – BREVE ANÁLISE DA PRÁTICA DE SHARENTING À LUZ DA LEI DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO DE PORTUGAL.

BÁRBARA APARECIDA NUNES SOUZA
Advogada. Mestranda em Direito das Crianças, Família e Sucessões pela Escola de Direito da Universidade do Minho.

O CASAMENTO E A OMISSÃO LEGISLATIVA DE REGISTO CIVIL NA ORDEM JURÍDICA TIMORENSE.

SORAIA MARQUES
Advogada e sócia da JLA, Advogados. Presidente do núcleo de Timor-Leste do IBDFAM.

MARIANNA CHAVES
Doutora em Direito Civil pela Universidade de Coimbra e pela Universidade de São Paulo. Mestra em Ciências Jurídicas pela Universidade de Lisboa. Vice-Presidente da Comissão de Biodireito e Bioética do IBDFAM. Assessora Jurídica da Universidade Nacional Timor Lorosa.

Índice Remissivo

IBDFAM
Instituto Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões

1. DIREITO SUCESSÓRIO DE ALIMENTOS.

ROLF MADALENO
Advogado e Professor de Direito de Família e Sucessões na Pós-Graduação da PUC/RS. Mestre em Direito Processual pela PUC/ RS. Diretor Nacional do IBDFAM. Diretor-Geral da ESARS. Membro da Comissão do Senado Federal criada para a Reforma do Código Civil. Palestrante no Brasil e no exterior.

2. OS DIREITOS DA PERSONALIDADE E OS DIREITOS DAS FAMÍLIAS: TRANSVERSALIDADES E OS DESAFIOS NA APLICAÇÃO.

PAULO LÔBO
Doutor em Direito Civil pela USP. Professor Emérito da UFAL. Membro do IBDFAM e da International Society of Family Law. Ex-Conselheiro do CNJ. Autor de obras jurídicas, incluindo a coleção de Direito Civil, em seis volumes.

3. A PRÁTICA DO OVERSHARENTING E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DO MENOR.

GUSTAVO HENRIQUE VELASCO BOYADJIAN
Professor Associado da Faculdade de Direito, da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Doutor em Ciências da Saúde pela UFU. Mestre em Direito Empresarial pela Universidade de Franca. Especialista em Direito Civil pela UFU. Advogado.

DANIELA MACEDO NUNES
Mestranda em Direitos e Garantias Fundamentais pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Bolsista CAPES. Graduada em Direito pela UFU. Advogada.

4. A EFETIVIDADE DA DISREGARD DOCTRINE NA FRAUDE À MEAÇÃO.

RADUAN MIGUEL FILHO
Desembargador do Tribunal de Justiça de Rondônia. Presidente do IBDFAM – Rondônia. Professor e Diretor da Escola da Magistratura de Rondônia.

5. DANOS MORAIS NAS RELAÇÕES PATERNO-FILIAIS E A POSSIBILIDADE DA APLICAÇÃO DA TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE.

MARINA GARCIA VALADARES
Doutoranda em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMINAS). Bolsista FAPEMIG. Mestra em Direito pela Universidade de Itaúna (UIT). Pós-Graduada em Direito Civil Aplicado. Pós-Graduada em Direito das Família e Sucessões. Advogada.

6. O PLENO EXERCÍCIO DA CIDADANIA POR PARTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A COBRANÇA DE CUSTAS JUDICIAIS NA AÇÃO DE INTERDIÇÃO.

PAULO HENRIQUE PEREIRA
Juiz de Direito da 3ª Vara de Família e Sucessões de Campo Grande (MS). Mestrando em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

7. A MEDIAÇÃO NO CONTEXTO DAS EMPRESAS FAMILIARES.

ANTONIO ALFREDO E VASCONCELOS ARAÚJO
Discente do Programa de Mestrado da Escola Paulista de Direito – EPD. Especialista em Direito Contratual pela EPD. Advogado.

8. EQUIDADE DE GÊNERO, TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO E POTENCIAIS EMANCIPATÓRIOS DO DIREITO DAS FAMÍLIAS.

EDUARDO CAMBI
Pós-Doutor pela Università degli Studi di Pavia (Itália). Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor do Programa de Pós-Graduação (Doutorado e Mestrado) da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), do Centro Universitário Fundação Assis Gurgaz (FAG) e da Faculdade Pan-Americana (FAPAD). Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Presidente do Instituto Paranaense de Direito Processual. Membro da Academia Paranaense de Letras Jurídica.

LETÍCIA DE ANDRADE PORTO NOSAKI
Doutoranda e Mestra em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Direito Constitucional pela ABDCONST e FEMPAR/PR. Chefe de Gabinete de Desembargador – TJPR.

9. FAMÍLIA, CONSTITUIÇÃO E DIREITOS FUNDAMENTAIS: A FAMÍLIA SOB A PERSPECTIVA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

MANOEL JOSÉ BRANDÃO TEIXEIRA JÚNIOR
Advogado. Sócio do escritório Brandão Carvalho Advogados Associados. Pós-Graduando em Direito de Família e Sucessões pelo IBDFAM.

10. INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL HETERÓLOGA: O DIREITO DO ANONIMATO E O RECONHECIMENTO DA ORIGEM GENÉTICA.

PATRÍCIA VERÔNICA N. C. SOBRAL DE SOUZA
Advogada. Mestra em Direito Público e Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Pós-Doutora em Direito e Doutora em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia. Pós-Doutora em Direito pela Mediterranea Internacional Centre for Human Rights Researchdell Università Mediterraneadi Reggio Calabria (Itália). Especializada em Direito do Estado e Direito Municipal pela UNIDERP, Direito Civil e Processo Civil pela UNIT. Professora Titular de Graduação e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Tiradentes. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM).

MARIA DE LOURDES MENEZES DE ARAÚJO
Bacharela em Direito pela Universidade Tiradentes. Pós-Graduanda em Direito de Família e Sucessões (Curso Tríade em parceria com o IBDFAM). Membro do Grupo de Pesquisa Direito Público, Educação Jurídica e Direitos Humanos (DPEJDH/UNIT/CNPq).

11. DA NECESSIDADE DE SE COMPARTILHAR A CUSTÓDIA FÍSICA DOS FILHOS PARA EVITAR A PERPETUAÇÃO DO MACHISMO E GARANTIR A IMPLEMENTAÇÃO DO PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO 2021 DO CNJ.

MARIA GORETH MACEDO VALADARES
Advogada. Sócia do escritório Câmara & Valadares Advogados Associados – Especializado em Direito das Famílias e Sucessões. Doutora e Mestra em Direito Privado pela PUC Minas. Professora na PUC Minas e do IBMEC. Autora do livro Multiparentalidade e as novas relações parentais e de artigos relacionados à sua área de atuação. Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família (núcleo MG). Membro da Comissão Científica de Direito de Família da OAB/MG.

EDIÇÃO 61 – JAN/FEV DE 2024

1. A IDEOLOGIA DE GÊNERO HETERONORMATIVA, CISNORMATIVA E MACHISTA E SUA INCONSTITUCIONALIDADE. A LIBERDADE DE EXPRESSÃO DE PROFESSORES(AS) EM SALA DE AULA

PAULO IOTTI
Doutor e Mestre em Direito Constitucional pela Instituição Toledo de Ensino. Especialista em Direito da Diversidade Sexual e de Gênero e em Direito Homoafetivo. Advogado e Professor Universitário. Diretor-Presidente do GADvS – Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero. Integrante da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OABSP. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Famílias – IBDFAM.

2. ALIMENTOS ENTRE CÔNJUGES E DIVÓRCIO LIMINAR.

WLADEMIR PAES DE LIRA
Juiz de Direito. Mestre e Doutorando em Direito Civil. Professor na Universidade Federal de Alagoas e da Escola Superior da Magistratura de Alagoas. Presidente do IBDFAM em Alagoas.

3. PARTILHA EM VIDA E OS ALCANCES DA LIBERDADE DE DISPOSIÇÃO PATRIMONIAL

CARLOS EDUARDO PIANOVSKI RUZYK
Professor Associado nos cursos de Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) na Universidade Federal do Paraná. Doutor, Mestre e Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro da Comissão constituída pelo Senado da República para a elaboração do anteprojeto de reforma do Código Civil. Presidente Estadual do IBDFAM/Paraná. Advogado.

MARIANA DOMINGUES ALVES
Mestranda em Direito das Relações Sociais na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bacharela em Direito pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP). Advogada.

4. PROTEÇÃO DE FILHOS E SUCESSÃO CONCORRENCIAL

PATRÍCIA PIMENTEL DE OLIVEIRA
Membro do IBDFAM. Promotora de Justiça do Rio de Janeiro. Mestra e Doutora em Direito pela UERJ.

5. BREVES OBSERVAÇÕES SOBRE A LEI N. 14.713/2023

MARIO MORAES MARQUES JUNIOR
Membro do Ministério Púbico do Estado do Rio de Janeiro. Titular da 3ª Promotoria de Família da Capital.

6. CONFLITOS FAMILIARES: IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO PSIQUIÁTRICA E SUAS IMPLACAÇÕES JURÍDICAS

RUY JUSTO CARNEIRO CUTRIM JÚNIOR
Mestre em Psiquiatria e Saúde Mental, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro Colaborador da Comissão de Alienação Parental da OAB-Niterói. Coordenador do Departamento de Psiquiatria da AMF.

BÁRBARA HELIODORA PERALTA
Advogada Familiarista. Presidente da Comissão de Alienação Parental da OAB-Niterói. Diretora Jurídica da Associação Henry Borel.

7. O NOVO PERFIL DA CURATELA E A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA ERA DA TECNOLOGIA E DA RESOLUTIVIDADE.

FERNANDO GABURRI
Promotor de Justiça do Ministério Público da Bahia. Professor Adjunto (licenciado) da UERN. Mestre pela PUCSP. Doutor pela USP. Presidente da Comissão de Promotores de Família do IBDFAM. Autor da coleção Simplificando o Direito Civil, pela Editora Dialética.

8. A SUCESSÃO NO REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS E A DISTORÇÃO DA PARTILHA DOS BENS PARTICULARES

BÁRBARA CAROLINA FARINA
Advogada. Bacharela pela Universidade de Curitiba. Especialista em Advocacia Cível pela Fundação Escola Superior do Ministério Público.

9. ACESSO E PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS NA JUSTIÇA DE FAMÍLIA E DE PROTEÇÃO: DILEMAS EM TORNO DA RELAÇÃO ENTRE AMIZADE E JUSTIÇA.

EDUARDO REZENDE MELO
Juiz de Direito em São Paulo. Pós-Doutorando na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Universidade Nova de Lisboa, Portugal, na linha – Direitos, Políticas e Justiça. Doutor em Direito pela USP. Mestre em Filosofia – PUC/SP. Mestre em estudos avançados de direitos da infância – Universidade de Friburgo/Suíça. Coordenador da área pedagógica da Infância e da Juventude na Escola Paulista da Magistratura. Pesquisador colaborador do Grupo de Pesquisa "Direitos Humanos, Democracia e Memória", do Instituto de Estudos Avançados (IEA), da USP.

10. COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, A LEI HENRY BOREL E SUA APLICAÇÃO PELO PODER JUDICIÁRIO.

FERNANDO BRANCO ANDRADE
Especialista em Direito Público pela Faculdade IBMEC São Paulo. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Assessora do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

EDUARDO AUGUSTO SALOMÃO CAMBI
Pós-Doutor em Direito pela Università degli Studi di Pavia. Mestre e Doutor pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor Associado da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, do Centro Universitário Assis Gurgaz – FAG e da Faculdade Pan-Americana (FAPAD). Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Presidente do Instituto Paranaense de Direito Processual. Membro da Academia Paranaense de Letras Jurídicas.

- **DECISÃO COMENTADA**

VENDA DE ASCENDENTE A DESCENDENTE SEM O CONSENTIMENTO DOS DEMAIS – ENTENDIMENTO DO STJ SOBRE O PRAZO DECADENCIAL – ESTÍMULO À PRÁTICA DE ATO SIMULADO?

ADRIANA ANTUNES MACIEL ARANHA HAPNER
Advogada. Diretora Nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Membro da International Academy of Family Lawyers (IAFL). Membro da Union Internationale des Avocats (UIA). Membro da Asociación Internacional de Juristas de Derecho de Familia (AIJUDEFA).

PAULA ARANHA HAPNER
Advogada. Mestranda em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM).

EDIÇÃO 62 – MAR/ABR DE 2024

1. O METAVERSO E SEUS DESAFIOS JURÍDICOS, SOB A ÓTICA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA, NO DIREITO DAS FAMÍLIAS E DAS SUCESSÕES

MARIA FERNANDA CÉSAR LAS CASAS DE OLIVEIRA
Doutoranda em Direito Civil pela Universidade de São Paulo (USP). Mestra em Direito Civil (FADISP). Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões (ESA). Diretora do IBDFAM no Núcleo Santos. Coordenadora da Comissão de Estudos e Pesquisas em Direito de Família e Sucessões do IBDFAM/Santos. Coordenadora Geral dos núcleos de Estudo do IBDFAM ABCDMR. Consultora das

Comissões de Família e Sucessões da OAB de São Caetano do Sul e de Santo André. Parecerista nas Revistas Científicas da DPU, Metodista e Pensamento Jurídico. Responsável pela coluna "Família aos bocados" no Portal Magis. Membro da International Society of Family Law. Autora e Organizadora de obras jurídicas.

2. HOLDING FAMILIAR COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

CAROLINA ARAÚJO MAC CORD COUTO
Graduada em Direito pelo Centro Universitário de Brasília. Advogada e MBA em andamento em Planejamento Sucessório.

3. A ADOÇÃO SIMPLES E OS REQUISITOS DA SOCIOAFETIVIDADE, POSSIBILIDADE DE IGUALDADE?

JÚLIA CLÁUDIA RODRIGUES DA CUNHA MOTA
Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais na cidade de São Paulo/SP. Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Mestra em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo/SP.

4. LEGALIDADE DA RENÚNCIA PRÉVIA AO DIREITO CONCORRENCIAL À HERANÇA NO BRASIL E A VEDAÇÃO AOS PACTOS SUCESSÓRIOS.

GABRIEL DELVING ELY
Escrevente autorizado do Tabelionato de Notas da Cidade e Comarca de Lajeado/RS. Pós-Graduado em Direito Civil e Processo Civil pela Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP/RS. Bacharel em Direito pela Universidade do Vale do Taquari.

5. A GESTAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO: OS DESAFIOS DA REPRODUÇÃO ASSISTIDA E AS FAMÍLIAS TRANSNACIONAIS

MARCIA BOEN GARCIA LIÑAN FIGUEIREDO
Graduada em Odontologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) de São José dos Campos. Cirurgiã-Dentista. Mestra em Deontologia e Odontologia Legal pela Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo (USP). Diploma de Cirurgiã-Dentista homologado pelo MEC de Madri. Doutora em Educação pelo Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação na Área: Estado, Sociedade e Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Diplomada em Bioética pela Faculdade de Medicina da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Chile. Graduada em Direito pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo (FMUSP). Advogada. Pós-Graduação lato sensu em Direito de Família e Sucessões pela Escola Paulista de Direito (EPD). Curso breve de pós-graduação sobre União de Facto pelo Centro de Direito da Família da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

6. A IMPORTÂNCIA DO OLHAR SISTÊMICO NAS MEDIAÇÕES FAMILIARES NOS NÚCLEOS DE PRÁTICAS JURÍDICAS – NPJ

DANIELA ROCHA TEIXEIRA
Doutora e Mestra em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela UCSal. Docente Adjunta do Curso de Direito e Coordenadora do NPJ da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB. Formada em Mediação Familiar Sistêmica by Dalva Luz e em Mediação e Arbitragem pela CBMAE.

ACÁCIA DA SILVA SOARES
Pós-Graduanda em Direito Sistêmico e Métodos Adequados de Solução de Conflitos pela Faculdade Innovare e Hellinger@schule. Especialista em Coordenação e Supervisão Pedagógica pela PUC-MG. Atuou conjuntamente na Coordenação do NPJ das Faculdades Integradas do Extremo Sul da Bahia – Unesulbahia entre 2016 e 2020.

- **DECISÃO COMENTADA**

NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO PARA A FERTILIZAÇÃO IN VITRO POST MORTEM: COMENTÁRIO À DECISÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO RECURSO ESPECIAL 1.918.421-SP.

JOÃO GUILHERME PERRONI LA TERZA
Advogado formado pela Universidade Paulista – UNIP, com especialização em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade de São Paulo – PUCSP. Mestrando em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP.

MARCELA VERGNA BARCELLOS SILVEIRA
Advogada formada pela Universidade de São Paulo – USP, com especialização em Direito Constitucional pela Universidade Paris II – Panthéon-Assas e em Direito de Família pela Pontifícia Universidade de São Paulo – PUCSP. Mestranda em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

OS DIREITOS HOMOAFETIVOS NO CONTEXTO ITALIANO.

MARIANA FERNANDES OLIVEIRA VARÃO
Mestra em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Bacharela em Direito pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Servidora pública no Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

EDIÇÃO 63 – MAIO/JUN DE 2024

1. HERDEIRO OCUPANTE/POSSUIDOR DE BEM DO ESPÓLIO E POSSIBILIDADE DE PEDIR USUCAPIÃO

MIGUEL BORGHEZAN
Mestre em direitos fundamentais e relações sociais. Professor universitário. Advogado. Presidente do FOPIESS — Fórum dos Pesquisadores das Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa de Santarém. Pesquisador.

TÂNIA MARA SAKAMOTO BORGHEZAN
Mestra em direitos fundamentais e relações sociais. Professora Universitária. Advogada. Dentista. Pesquisadora.

2. A GARANTIA DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR COM A FAMÍLIA EXTENSA POR MEIO DA GUARDA COMPARTILHADA

ACÁCIA GARDÊNIA SANTOS LELIS
Advogada. Doutora e Mestra em Direito. Presidente Estadual do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM/SE). Professora do Curso de Direito da Universidade Tiradentes (SE) e da Faculdade Pio Décimo.

TATIANE GONÇALVES MIRANDA GOLDHAR
Advogada. Mestra em Direito. Especialista em Processo Civil. Professora Universitária de Graduação e Pós-Graduação. Membro do IBDFAM Sergipe e Nacional.

3. A INTERFACE ENTRE PSICOLOGIA E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES

MILENE SILVA VIEIRA OHLWEILER
Mediadora de Conflitos. Advogada. Especialista em Direito Ambiental (FEEVALE). Graduanda de Psicologia na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

VIVIAN DE MEDEIROS LAGO
Coordenadora do curso de Psicologia da Unisinos Porto Alegre. Doutora em Psicologia pela URFGS. Especialista em Psicologia Jurídica.

4. NÃO OBRIGATORIEDADE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO, QUANDO HOUVER EXPRESSO DESINTERESSE DA VÍTIMA, NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, INCLUSIVE NAS AÇÕES DE FAMÍLIA.

CARLOS EDUARDO LEITE FERRAZ
Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela Rede de Ensino Professor Luiz Carlos. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Curitiba (UniCuritiba). Assessor do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

EDUARDO AUGUSTO SALOMÃO CAMBI
Pós-Doutor em Direito pela Università degli Studi di Pavia. Mestre e Doutor pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor Associado da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, do Centro Universitário Assis Gurgaz – FAG e da Faculdade Pan-Americana (FAPAD). Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Presidente do Instituto Paranaense de Direito Processual. Membro da Academia Paranaense de Letras Jurídicas.

5. ALÉM DO DEBATE: A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL

MABLY ROSALINA FERNANDES
Graduada em Direito pela Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC (2015). Pós- Graduada em Processo Penal pelo Complexo Educacional Damásio de Jesus. Advogada. Mestra em Direitos Humanos e Políticas Públicas pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

ALEKSANDRO BRASIL LOPES
Graduado em Direito pela Universidade Cidade de São Paulo – UNICID (2006) e em Gestão de Sistemas de Informação pela Faculdade São Paulo – FACSP (2012). Pós-Graduado em Direito Tributário pela Faculdade Alfa América. Advogado. Mestrando em Direito Constitucional do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Regional de Blumenau- FURB.

CARIN NOSSOL
Graduada em Desing Gráfico pela União de Tecnologia e Escolas de Santa Catarina – UTESC (2010). Acadêmica do curso de Direito pela Sociedade Educacional de Santa Catarina (UNISOCIESC). Design Gráfica e Especialista em Redes Sociais.

6. O PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO NO DIREITO DAS FAMÍLIAS

GABRIELA JACINTO BARBOSA
Professora no CESUSC. Advogada. Mestra em Direito no Programa de Pós-graduação em Direito da UFSC. Pós-Graduada em Direito e Processo Penal e Pós-Graduanda em Direito de Família e Sucessões. Integrante do GFAM. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Vice-Presidente da Comissão de Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero do IBDFAM/SC.

JÚLIA MELIM BORGES
Professora na Anhanguera. Advogada. Mestra em Direito (UniCuritiba). Pós-graduada em Direito Penal e Direito Processual Penal (Univille). Secretária-Geral da Comissão de Direito Homoafetivo da OAB Santa Catarina. Presidente da Comissão de Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero do IBDFAM/ SC. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa “Direito Civil Sociedade em Rede” da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP/IBDFAM Pesquisa.

LUCIANA DA VEIGA CASCAES
Advogada. Mestra em Psicologia, Antropologia e Conflitos Relacionais nas Organizações pela UFSC. Pós-Graduada em Direito das Famílias e Sucessões pela Damásio Educacional. Pós-Graduanda em Direito das Famílias e Sucessões pelo CESUSC. Presidente da Comissão de Combate à Violência

Doméstica do IBDFAM/SC. Secretária da Comissão de Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero do IBDFAM/SC. Integrante do GFAM.

7. A SUCESSÃO NO REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS E A DISTORÇÃO DA PARTILHA DOS BENS PARTICULARES

BÁRBARA CAROLINA FARINA
Advogada. Graduada pela Universidade Curitiba. Especialista em Advocacia Cível pela Fundação Escola Superior do Ministério Público.

8. A APLICABILIDADE DOS PRECEDENTES JUDICIAIS NO DIREITO DAS FAMÍLIAS.

GABRIEL PERCEGONA
Mestre e Bacharel em Direito (UFPR). Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Direito Civil-Constitucional "Virada de Copérnico" (PPGD-UFPR) desde 2018. Autor do livro "Precedentes judiciais e o Direito de Família: reflexões a partir da multiparentalidade" (Appris, 2022). Assessor jurídico (TJPR).

9. A CONTRATUALIZAÇÃO DO DIREITO DE FAMÍLIA DIANTE DA PERSPECTIVA DA MÍNIMA INTERVENÇÃO ESTATAL.

MARIANA GALVAN DOS SANTOS
Mestranda em Direito pela Atitus Educação. Pós-Graduanda em Direito de Família e Sucessões pela Legale Educacional e Pós-Graduanda em Direito Civil e Processo Civil pela Legale Educacional.

ADRIANA FASOLO PILATI
Docente CCJ/UPF. Docente PPGD/UPF. Doutora em Direito/UFSC.
10. LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL: ENTRE CRÍTICAS E APLAUSOS – UMA ANÁLISE SOBRE OS POSICIONAMENTOS QUE CIRCUNDAM A LEGISLAÇÃO.

FERNANDA FURLAN GIOTTI
Advogada. Pós-Graduada em Direito Processual Penal pelo Instituto Damásio de Direito. Pós-Graduada em Direito Penal pelo Instituto Damásio de Direito. Bacharela em Direito pela Universidade de Caxias do Sul.

11. A TUTELA JURISDICIONAL AO PROCESSO DE HORMONIZAÇÃO OU BLOQUEIO HORMONAL ÀS CRIANÇAS TRANSGÊNERO.

DESIRÈE CAROLINE TROIANO
Advogada. Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Salesiana de Campinas. Especialista em Direito das Famílias e Sucessões pela Escola Superior da Advocacia. Mestranda em Direito da Família, Infância e Juventude pela Universidade de Buenos Aires.

EDIÇÃO 64 –JUL/AGO DE 2024

1. REFORMA DO CÓDIGO CIVIL: ASPECTOS RELEVANTES NO ÂMBITO DA PARTE GERAL, FAMÍLIAS E SUCESSÕES.

MARIA BERENICE DIAS
Advogada. Vice-Presidente Nacional do IBDFAM.

2. ACOLHIMENTO FAMILIAR SOLIDÁRIO, DE NATUREZA HUMANITÁRIA, NÃO É FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA.

EDUARDO CAMBI
Pós-Doutor pela Univesità degli Studi Di Pavia. Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e da

Faculdade Assis Guargaz (FAG). Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR). Presidente do Instituto Paranaense de Direito Processual (IPDP). Membro da Academia Paranaense de Letras Jurídicas.

STÉFANE PRIGOL CIMI
Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso – FESMP/MT. Bacharel em Direito pela Universidade de Cuiabá – UNIC. Assessora Jurídica do Tribunal de Justiça do Paraná.

3. OS OBSTÁCULOS PARA A TUTELA JUSTA E EFETIVA NAS AÇÕES DE FAMÍLIA

THOMAZ CORRÊA FARQUI
Mestre em Direito pela PUC/SP. Especialista em didática do ensino superior. Membro do IBDFAM. Ex-Defensor Público do Estado de São Paulo. Juiz de Direito do TJ/SP.

4. A HERANÇA DIGITAL COMO PARTE INTEGRANTE DO ACERVO HEREDITÁRIO: ANÁLISE DOUTRINÁRIA, JURISPRUDENCIAL E DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL

JOSÉ ROBERTO MOREIRA FILHO
Mestre em Direito Privado pela PUC/Minas. Especialista em Bioética, Direito e Aplicações pelo IEC PUC/Minas. Diretor Nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família em Minas Gerais – IBDFAM. Vice-Presidente da Comissão de Direito de Família da OAB/MG. Membro consultor da Comissão de Direito das Sucessões da OAB/MG. Coordenador da Pós-Graduação em Direito de Família e das Sucessões da Faculdade Arnaldo. Membro do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NUPEMEC do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Professor Universitário.

5. ABANDONO DIGITAL: DE QUEM É A RESPONSABILIDADE?

MARIA BEATRIZ OLIVEIRA DE ANDRADE
Advogada.

6. A PROVA ILÍCITA NA ALIENAÇÃO PARENTAL – UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E MELHOR INTERESSE DO MENOR

JOSÉ VICENTE DOS SANTOS
Advogado. Pós-Graduado em Direito Público pela Faculdade de Sete Lagoas. Pós-Graduado em Direito de Família e Sucessões pela Universidade Fumec. Mestrando nas disciplinas isoladas de Direito Privado, Bioética e Biodireito, Direito de Família na PUC Minas, Aspirante a Doutorado em Direito Civil pela UBA – Universidade de Buenos Aires e Presidente da Comissão de Família e Sucessões da 197ª Subseção OAB/MG Barreiro.

7. RESPONSABILIDADE FILIAL: A PONDERAÇÃO ENTRE A ESFERA JURÍDICA E BIOÉTICA

LAURA AFFONSO DA COSTA LEVY
Advogada. Consultora em Biodireito. Mestra em Bioética. Professora. Membro da Comissão Especial do Direto à Saúde da OAB/RS. Coordenadora do GT pesquisa da Comissão Especial do Direto à Saúde da OAB/RS. Coordenadora do Departamento de Direito e Bioética do IARGS. Membro da Sociedade Brasileira de Bioética – Seccional RS.

8. PARENTALIDADE NA ERA DIGITAL: DESAFIOS INERENTES À EXPOSIÇÃO EXCESSIVA ÀS TELAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA.

MORGANA SILVEIRA TRASLATTI
Mestranda em Direito pela Fundação Escola Superior do Ministério Público –FMP. Especialista em Direito de Família e Sucessões pela FMP. Integrante do Grupo de Pesquisa Colisão de Direitos

Fundamentais e o Direito como Argumentação, coordenado pelo Prof. Dr. Anizio Pires Gavião Filho, vinculado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado da FMP, vinculado no CNPq ao Grupo de Estudos Tutelas à Efetivação dos Direitos Transindividuais. Advogada.

9. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA X DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR

BEATRICE MARINHO PAULO
Psicóloga do Núcleo de Apoio Técnico Multidisciplinar do Ministério Público do Rio de Janeiro (NATEM / MP-RJ). Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em crianças, adolescentes e famílias do IERBB / MP-RJ. Doutorado e Mestrado em Psicologia Clínica pela PUC-Rio (2006 e 2011). Mestrado em Direito Civil pela UGF (2006) e dupla graduação: Direito pela UFRJ (1996) e Psicologia pela UGF (2005). Especialização em Direito da Criança e do Adolescente, na UERJ, e em Psicologia Jurídica, na Universidade Estácio de Sá. Ex- Docente de Psicologia Aplicada ao Direito, na Universidade Estácio de Sá, e de Direito de Família e de Sucessões na UniverCidade. Docente em Psicologia Jurídica no Instituto de Educação Roberto Bernardes Barroso (IERBB-MP/RJ). Palestrante, congressista, autora e organizadora do livro "Psicologia na Prática Jurídica: a Criança em Foco", publicado pela Editora Saraiva, e do livro "Em defesa dos laços de afeto: desmistificando a alienação parental", da Ed. Mundo Contemporâneo. Associada ao IBDFAM, à ABRAFH e à ABPJ.

MÔNICA JARDIM ROCHA
Psicóloga do CRRAI de Barra do Piraí, do Ministério Público do Rio de Janeiro. Supervisora do Projeto Pais em Paz, coordenado pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Família e de Pessoas com Deficiência. Graduada em Psicologia pela Universidade de Vassouras (2007). Especialização em Dependência Química e outros Transtornos Compulsivos na Universidade de Vassouras (2009). Ex-Docente no IERBB/MP-RJ.

10. DIVÓRCIO LITIGIOSO LIMINAR: TUTELA DA EVIDÊNCIA. IMPRESSÕES SOBRE A INCONSISTÊNCIA TÉCNICA

FÁBIO LUÍS FRANCO
Desembargador do TJPR. Professor de Direito Processual Civil. Mestre em Direito da Personalidade.

11. A RELAÇÃO SOCIOJURÍDICA ENTRE A EVASÃO ESCOLAR E A PRÁTICA DO ATO INFRACIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

PAULA MARTINS MURLIK
Graduanda de Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

MARIA REGINA FAY DE AZAMBUJA
Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Professora Universitária na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

12. A PROTEÇÃO DE DADOS NO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS COMO FUNDAMENTO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.

GILMAR DA SILVA FRANCELINO
Graduado pela Universidade São Judas Tadeu. Pós-Graduado em Direito do Trabalho, Direito Previdenciário e Direito Notarial e Registral pela Legale. Mestrando em Função Social do Direito pela FADISP. Tabelião de notas e protesto de Água Clara/MS.

MARIA BEATRIZ FERRARI PAIN
Graduada pela Faculdade de Direito de Franca. Pós-Graduada em Direito Processual Civil pela USP-RP e em Direito Notarial e Registral pela Legale. Mestranda em Função Social do Direito pela FADISP. Procuradora do Município de Votuporanga/SP.

- **DECISÃO COMENTADA**

Índice Remissivo

IBDFAM
Instituto Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões

CASAMENTO, UNIÃO ESTÁVEL E O REGIME DA SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE BENS.

LIA PALAZZO RODRIGUES
Professora de Direito Civil aposentada pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas. Especialista em Direito de Família. Advogada. Membro do IBDFAM.

EDIÇÃO 65 – SET / OUT DE 2024

1. O INVENTÁRIO JUDICIAL COMO UM PROCESSO ESTRUTURAL (REESTRUTURANTE)

RAFAEL CALMON
Doutor (UERJ) e Mestre (UFES) em Direito Processual Civil. Juiz de Direito do TJES.

2. PRAZO SIMPLES TAMBÉM À DEFENSORIA PÚBLICA NOS CASOS AFETOS À INFÂNCIA E À JUVENTUDE - OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA PARIDADE DE ARMAS ENTRE AS PARTES – PARALELISMO DEONTOLÓGICO E AXIOLÓGICO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO.

CARLOS EDUARDO LEITE FERRAZ
Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela Rede de Ensino Professor Luiz Carlos. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Curitiba (UniCuritiba). Assessor do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

EDUARDO AUGUSTO SALOMÃO CAMBI
Pós-Doutor em Direito pela Università degli Studi di Pavia. Mestre e Doutor pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor Associado da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, do Centro Universitário Assis Gurgaz – FAG e da Faculdade Pan-Americana (FAPAD). Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Presidente do Instituto Paranaense de Direito Processual. Membro da Academia Paranaense de Letras Jurídicas.

3. A (I)LEGITIMIDADE PASSIVA DOS HERDEIROS COLATERAIS EM AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL POST MORTEM.

NAIRA DAU ALMEIDA
Advogada. Pós-Graduada pela FUMEC em Direito Processual Civil. Graduada pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

4. A RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DOS PAIS ADOTANTES QUANDO DA DEVOLUÇÃO DA CRIANÇA/ADOLESCENTE NA ADOÇÃO

DANIELA MARQUES BASTOS
Advogada. Graduada pela PUC-Rio. Pós-Graduanda em Direito Processual Civil pela UERJ. Atua como Advogada Júnior no escritório Fernanda Lins Advogados, com experiência em Direito Civil, especialmente nas áreas de Família e Sucessões.

5. É AMOR OU POUCA VERGONHA? COMO TRATAR O POLIAMOR E A MULTIPARENTALIDADE DECORRENTES DESSA RELAÇÃO FAMILIAR

DIEGO OLIVEIRA DA SILVEIRA
Advogado atuante nas áreas do Direito de Família e das Sucessões, Civil e Empresarial. Sócio da Ibias & Silveira – Sociedade de Advogados. Mestre em Direito pela UNIRITTER. Diretor Executivo do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM/RS, Seção Rio Grande do Sul, desdea gestão 2007/2008 até a presente data. Secretário-Geral da Comissão Especial de Direito de Família e Sucessões da OAB/RS – CEDFS. Professor de Pós-Graduação do Curso de Especialização em Direito de Família e Sucessões. Palestrante em congressos de Direito de Família e Sucessões e eventos jurídicos e autor de artigos em obras jurídicas.

6. HOLDING IMOBILIÁRIA - PAGAR OU NÃO PAGAR ITBI, EIS A QUESTÃO!

ANA CAROLINA TEDOLDI
Advogada especializada em Planejamento Patrimonial e Sucessório da Família. Gestora Imobiliária. Professora de Pós-Graduação, Palestrante, Coautora do livro 101 Dicas de Holding e do livro Família e Empreendedorismo. Pós-Graduada em Direito Privado. MBA em Holding e Planejamento Societário. Presidente da Comissão de Empreendedorismo Jurídico da OAB Barra da Tijuca. Presidente da Comissão Nacional de Planejamento Patrimonial e Sucessório da ABA. Membro
do IBDFAM, da Associação Suíça de Prática Jurídica Internacional, da Comissão de Gestão Patrimonial e-Family Office da OAB-RJ, da Comissão de Direito de Família da OAB Barra da Tijuca, da Comissão Nacional de Sucessões do IBDFAM, da Comissão Regional Sudeste de Notarial e Registral da ABA.

7. IMPACTOS PSICOLÓGICOS E JURÍDICOS DA INFIDELIDADE CONJUGAL: ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CAIO GUIMARÃES FERNANDES
Doutorando em Ciências Jurídicas Civis pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Mestre em Direito Civil pela Universidade de São Paulo – USP. Pós-Graduado em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Advogado.

8. RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO DIREITO DAS FAMÍLIAS - A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DO DIÁLOGO

SHAMIRA DE VASCONCELOS TOLEDO
Mestra em Estudos Jurídicos, com ênfase no Direito Internacional pela Must University.

9. A (IN)TRANSMISSIBILIDADE DA HERANÇA DIGITAL NO BRASIL E NA ITÁLIA: UMA BREVE ANÁLISE ENTRE OS DOIS SISTEMAS JURÍDICOS

MARIANA SILVA ANDRADE FERRARI
Advogada. Especialista em Direito das Famílias e Sucessões.

10. A RELAÇÃO DO LUTO COM O RECOLHIMENTO DE ITCMD: UMA ANÁLISE JURÍDICO-HUMANISTA ACERCA DO PRAZO DE PAGAMENTO.

AMANDA AMORIM MACIEL
Mestra em Direito Ambiental pela Universidade Católica de Santos. Pós- Graduada em Direitos Difusos e Coletivos pela Faculdade CERS. Pós-Graduanda em Direito e Processo Civil pelo Centro Universitário Bagozzi. Advogada generalista. Professora da Graduação em Direito da Universidade Cruzeiro do Sul. Ex-Assessora do 24º Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/SP. Presidente Coordenadoria de Igualdade Racial, Diversidade Sexual e Paridade de Gênero. Membro da Comissão Especial da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil – CEVENB e da Comissão Permanente de Meio Ambiente da OAB/SP – CPMA.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

DOAÇÃO ENTRE CASADOS SOB O REGIME DA SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE BENS NO BRASIL E TIMOR-LESTE

LUÍS HENRIQUE GONÇALVES DE AZEVEDO PINTO
Advogado de Família e Sucessões. Mestre em Direito dos Contratos e da Empresa pela Universidade do Minho – Portugal. Especialista em Direito de Família, Sucessões e Gênero pela Universidade Católica de Pernambuco. Membro do IBDFAM.

HELENA BASÍLIA MARCELINA MAGNO DIAS XIMENES
Assessora Jurídica no Grupo de Mulheres Parlamentares de Timor -Leste no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/UNDP). Mestra em Direito dos Contratos e da Empresa pela Universidade do Minho – Portugal. Docente da cadeira de Direito Comercial e das Sociedades. Vice-Presidente do IBDFAM – Núcleo Timor-Leste.

Índice Remissivo

IBDFAM
Instituto Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões

EDIÇÃO 66 – NOV / DEZ DE 2024

1. MULTIPARENTALIDADE À LUZ DA TÁBUA AXIOLÓGICA CONSTITUCIONAL E DA TEORIA TRIDIMENSIONAL DO DIREITO DAS FAMÍLIAS

LAÍS MELLO HAFFERS
Mestranda em Direito Civil na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista em Direito de Família e Sucessões na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Sócia-Fundadora do Mellho Haffers Advogados. Membro do IBDFAM.

2. CONTRATOS CONSCIENTES: UMA POSSIBILIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DAS NARRATIVAS JURÍDICAS NO DIREITO DAS FAMÍLIAS

ANA BEATRIZ RUTOWITSCH BICALHO
Doutoranda e Mestre em Direitos Fundamentais e Acesso à Justiça. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Presidente da Comissão de Gênero e Violências do Instituto Brasileiro de Direito de Família, seccional Rio de Janeiro (IBDFAM RJ).

FERNANDA GUERRA
Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestranda em Direito pela Universidade Estácio de Sá, UNESA. Professora convidada da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) e do Mediare.

3. EXERCÍCIO EXCLUSIVO DO CUIDADE COM OS FILHOS: QUANDO O QUE CHAMAM DE AMOR É TRABALHO NÃO PAGO

CECÍLIA NUNES BARROS
Advogada e Relações Públicas formada pela PUCRS, com atuação exclusiva no âmbito do Direito das Famílias e Sucessões. Membro da Diretoria Executiva do IBDFAM/RS e componente da Comissão Especial de Direito de Família da OAB/RS. Especializada em Proteção de Patrimônio, Família e Empresa. Pesquisadora no NEDFAM, Núcleo de Estudos e Pesquisa em Direito Civil-Constitucional, Família, Sucessões e Mediação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

4. A (I)LEGITIMIDADE PASSIVA DOS HERDEIROS COLATERAIS EM AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL PORT MORTEM

NAIRA DAU ALMEIDA
Advogada. Pós-Graduada pela FUMEC em Direito Processual Civil. Graduada pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

JÉSSICA LORRAYNE MATOS COSTA
Advogada. Pós-Graduada pela Rede Anhanguera em Direito Tributário. Graduada pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

5. A REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA NO ANTEPROJETO DO CÓDIGO CIVIL

LAURA AFFONSO DA COSTA LEVY
Advogada familiarista. Consultora em Biodireito. Mestra em Bioética. Professora Universitária. Membro da Comissão Especial do Direto à Saúde da OAB/RS. Coordenadora do GT pesquisa da Comissão Especial do Direto à Saúde da OAB/RS. Coordenadora do Departamento de Direito e Bioética do IARGS. Membro da Sociedade Brasileira de Bioética – Seccional RS.

6. AÇÕES DE FAMÍLIA, A OBRIGATORIEDADE DA EXPRESSA DELIMITAÇÃO DA CIDADE-BASE COMO MORADIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

FERNANDO SALZER
Professor. Advogado especialista em Direito de Família. Procurador do Estado de Minas Gerais.

7. OS DIREITOS SUCESSÓRIOS DO CÔNJUGE: ANÁLISE DOS DESAFIOS EXISTENTES NA LEGISLAÇÃO ATUAL E PROPOSTAS DO ANTEPROJETO DO CÓDIGO CIVIL

BRUNA DE OLIVEIRA REY
Mestranda no Programa de Pós-Graduação da Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Especialista em Direito e Processo do Trabalho (2018) e em Direito de Família e Sucessões (2021) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2017). Advogada atuante na área de Família e Sucessões.

8. DO CONTRATO DE NAMORO: VALIDADE E UTILIZAÇÃO NO CENÁRIO JURÍDICO BRASILEIRO

LARISSA CERQUEIRA DE OLIVEIRA
Pós-Graduada em Direito Processual Civil pela Universidade Federal da Bahia. Mestranda em Direito pela USP-Ribeirão Preto. Integrante do Grupo de Pesquisa "Acesso à Justiça, Desastres e Mudanças Climáticas" da FGV/SP e do Laboratório de Justiça Restaurativa pela USP – Ribeirão Preto e do Grupo de Estudos USP – Restaura. Juíza Auxiliar do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

9. INDIGNIDADE SUCESSÓRIA: REFLEXÕES PROPOSITIVAS ACERCA DO PRAZO DECADENCIAL PREVISTO AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO DE EXCLUSÃO DE HERDEIRO

ISABELLE CRISTINE DEMETRIO E SILVA
Mestranda em Direito Civil (UFPR). Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões (ABDConst). Assessora de Desembargador (TJPR).

10. A RESTITUIÇÃO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS ANALISADA À LUZ DA CONVENÇÃO DE HAIA E SUA APLICABILIDADE NOS PAÍSES DO MERCOSUL – BRASIL E URUGUAI.

JACIARA CELINE BONALUME THOMAZI
Advogada. Mestra em Direito das Relações Internacionais e Integração da América Latina.

11. O DIREITO SUCESSÓRIO EM TEMPOS DIGITAIS

WALTER GODOY DOS SANTOS JUNIOR
Juiz de Direito no Estado de São Paulo. Professor do Programa de Mestrado e Doutorado da Universidade Nove de Julho.

IRIANA MAIRA MUNHOZ SALZEDAS
Assessora Jurídica. Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade Marechal Rondon. Doutoranda do Curso do Programa de Mestrado e Doutorado da Universidade Nove de Julho.

12. CRIMES DE ABUSO E AGRESSÃO SEXUAL DE MENORES - CRIANÇA VÍTIMA E AGRESSORA

ADALGIZA MILÉNE PERPÉTUA DOS SANTOS E SANTOS
Juíza de Direito de 2ª classe.

13. EFETIVIDADE DAS AUDIÊNCIAS DE MEDIAÇÃO NA VARA DE FAMÍLIA DE VALPARAÍSO DE GOIÁS: MOTIVAÇÃO E SUPERAÇÃO À CULTURA DO LITÍGIO

THIAGO LIBANIO SILVA
Doutorando em Direito pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP. Mestre em Métodos Consensuais com enfoque em Mediação de Família. Advogado. Mediador e Conciliador Judicial. Instrutor dos Cursos de Conciliação, Mediação Judicial básico e Mediação de Família com formação pelo

Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Docente em Mediação e Conciliação Judicial no Conselho Nacional de Justiça – CNJ e na Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Facilitador de Círculos Restaurativos de Construção de Paz (Justiça Restaurativa). Gestor de Vara de Família, Sucessões e Fazendas Públicas no Tribunal de Justiça de Goiás.

ADRIANO ROSA DA SILVA
Pós-Doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Doutorado em Educação Física na Universidade Gama Filho. Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenador e Professor permanente do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para Qualidade do Ambiente Construído – Universidade Santa Úrsula. Membro do Conselho Editorial e da Comissão Científica do CAED-JUS e CAEDUCA. Avaliador de revista científica. Experiência como conteudista e tutor de ensino à distância.

14. INVENTÁRIO E PARTILHA: A NECESSIDADE DA MEDIAÇÃO COMO MÉTODO ADEQUADO AO PROCESSO

KARINE JACINTO FARIAS PACHECO DA SILVA
Bacharela em Direito pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Especialista em Direito Público pela ESMESC/AMC/FURB. Pós-Graduanda em Direito Aplicado pela ESMESC/AMC/FURB. Mediadora de Conflitos do TJSC. Consteladora Familiar e Organizacional pelo Instituto Ipê Roxo.

- **DECISÃO COMENTADA**

COMENTÁRIOS AO RESP 1.817.812/SP - IMPRESCRITIBILIDADE DA PARTILHA

ROLF MADALENO
Advogado. Professor de Direito de Família e Sucessões na Pós-Graduação de PUC/RS. Mestre em Direito Processual pela PUC/RS. Diretor Nacional do IBDFAM. Diretor-Geral da ESARS. Palestrante no Brasil e no exterior.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

O CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM ANGOLA: ENTRE A CULTURA E A LEI – UMA VISÃO COMPARADA ENTRE ANGOLA E O BRASIL

ARLINDO DA SILVA CASTRO
Juiz de Direito. Presidente do Núcleo do IBDFAM Angola. Pós-Graduado em Direito das Crianças e Jovens pela Universidade de Coimbra. Especializações em Direito de Família, Adopção e Apadrinhamento Civil.

EDIÇÃO 67 – JAN / FEV DE 2025

1. ABANDONO PATERNO E ALIENAÇÃO PARENTAL: EFEITOS DA CULTURA

BEATRICE MARINHO PAULO
Psicóloga do Núcleo de Apoio Técnico Multidisciplinar do Ministério Público do Rio de Janeiro (NATEM / MP-RJ). Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Crianças, Adolescentes e Famílias do IERBB/MP-RJ. Doutora e Mestra em Psicologia Clínica pela PUC-Rio (2006 e 2011). Mestra em Direito Civil pela UGF (2006). Graduada em Direito pela UFRJ (1996) e Psicologia pela UGF (2005). Professora no Instituto de Educação Roberto Bernardes Barroso (IERBB-MP/RJ).

2. PERSPECTIVAS EM TORNO DA REGULAMENTAÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL NO BRASIL: UMA REFLEXÃO SOBRE A REVOGAÇÃO DA LEI N. 12.318/2010

NICOLAU ELÁDIO BASSALO CRISPINO
Professor Titular do Curso de Graduação em Direito e Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Procurador de Justiça do Ministério Público no Estado do Amapá.

LUCAS RAFAEL MOREIRA FIGUEIREDO
Acadêmico do Curso de Bacharelado em Direito pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

3. A EXTRAJUDICIALIZAÇÃO DAS DEMANDAS DA FAMÍLIA CONSTITUCIONALIZADA

WILLIAM SOARES PUGLIESE
Pós-Doutor pela UFRGS. Doutor e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná. Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da UniBrasil. Advogado.

BEATRIZ FRACARO
Mestra em Direito pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil – UniBrasil. Professora convidada da Pós-Graduação em Direito das Famílias e Sucessões da PUC-PR. Professora de Direito Civil e Empresarial do UniBrasil. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Direito Civil-Constitucional – Grupo Virada de Copérnico do PPGD-UFPR. Advogada.

4. PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO E COMPLIANCE: ESTRATÉGIAS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO FAMILIAR

FERNANDA CARVALHO TOLENTINO
Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões.

5. AUTONOMIA PRIVADA FAMILIAR, POR QUE É TÃO DIFÍCIL SEU EXERCÍCIO?

ANA BEATRIZ RUTOWITSCH BICALHO
Doutoranda em Direito Público e Evolução Social. Mestra em Direitos Fundamentais e Acesso à Justiça. Advogada especializada em Direito das Famílias e Sucessões. Presidente da Comissão de Estudos de Perspectivas de Gênero e Violências no Direito das Famílias do IBDFAM-RJ.

IZABEL CARMEN DE ANDRADE RAMOS
Advogada Colaborativa especializada em Direito das Famílias e Sucessões e Mediadora. Vice-Presidente da Comissão de Estudos de Perspectivas de Gênero e Violências no Direito das Famílias do IBDFAM-RJ.

6. FAMÍLIA EM TEMPOS DE AMOR LÍQUIDO: A POSIÇÃO DO CÔNJUGE SOBREVIVENTE NA REFORMA DO CÓDIGO CIVIL

BÁRBARA APARECIDA NUNES SOUZA
Mestra em Direito das Crianças, Família e Sucessões pela Universidade do Minho. Pós-Graduada em Planejamento Patrimonial, Familiar e Sucessório pela Faculdade Legale. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Família, Sucessões, Criança e Adolescente e a Constituição Federal, coordenado pelo Prof. Dr. Conrado Paulino da Rosa, vinculado ao PPGD da FMP/RS. Advogada.

7. CONTRATUALIZAÇÃO DE PROJETOS INFORMAIS DE COPARENTALIDADE COM INSEMINAÇÃO CASEIRA E/OU GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO: DESAFIOS PARA O BIODIREITO E O DIREITO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRO

FELIPE VENTIN
Doutorando e Mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Integrante do grupo de pesquisa Direitos Fundamentais e Reflexos nas Relações Sociais (UFBA/CNPq). Advogado inscrito na OAB/BA.

RAFAEL VERDIVAL
Doutorando em Jurisdição Constitucional e Novos Direitos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Direitos Fundamentais e Alteridade pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Pós-Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Membro da Diretoria da Sociedade Brasileira de Bioética Regional Bahia (SBB/BA). Integrante do CEBID JUSBIOMED Grupo de Pesquisa em Bioética, Biodireito e Direito Médico (UNEB/CNPq). Integrante do grupo de pesquisa Direitos Fundamentais e Reflexos nas Relações Sociais (UFBA/CNPq). Integrante do grupo Direito e Sexualidade (UFBA/CNPq). Integrante do grupo Conversas Civilísticas (UFBA/ CNPq). Professor do Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE). Advogado inscrito na OAB/BA.

8. RENÚNCIA DE HERANÇA NO PACTO ANTENUPCIAL OU CONTRATO DE CONVIVÊNCIA: (IM)POSSIBILIDADE DA ANTECIPAÇÃO À LUZ DA VEDAÇÃO À PACTA CORVINA

ANA CLARA DOS SANTOS CESA E SILVA
Bacharela em Direito pela Fundação Escola Superior do Ministério Público, Porto Alegre – RS. Técnica Judiciária do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul.

9. A (I)VALIDADE E (IN)ADMISSIBILIDADE DAS PROVAS DIGITAIS NOS LITÍGIOS DE FAMÍLIA NO BRASIL

HELIO SISCHINE DE CARLI
Pós-Graduado em Direito de Família e Sucessões pela Faculdade Damásio. Pós- -Graduado em Direito Processual das Famílias e Sucessões pela Faculdade Atame. Presidente da Comissão de Família e Tecnologia do IBDFAM-ES. Membro da Comissão de Família e Tecnologia do IBDFAM. Membro da Comissão Nacional do Agronegócio Família e Sucessões do IBDFAM. Autor de artigos jurídicos e coautor de livros. Professor universitário. Advogado.

10. A APLICAÇÃO DE PROTOCOLOS PARA JULGAR COM PERSPECTIVA DE GÊNERO EM QUESTÕES RELACIONADAS À JUSTIÇA REPRODUTIVA

DYMAIMA KYZZY NUNES
Graduada em Direito pelo Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina – CESUSC. Pós-Graduada em Direito da Família e Sucessões pelo Complexo de Ensino Renato Saraiva – CERS, em 2021. Pós-Graduada em Direito Civil e Direito Processual Civil em 2022 pela Faculdade Legale Educacional. Pós-Graduanda em Direito Público pela Faculdade Legale Educacional em 2024. Técnica Judiciária auxiliar no Tribunal de Justiça de Santa Catarina entre os anos de 2020 e 2023. Analista Judiciária no Tribunal de Justiça de Santa Catarina desde 2023. Membro do Coletivo Valentes, do Sindicato dos Trabalhadores do Sindicato de Santa Catarina – SINJUSC, desde 2024. Membro do grupo de estudos sobre “Protocolo para julgamento com perspectiva de Gênero e o direito das Famílias”, do Instituto Brasileiro de Direito de Família de Santa Catarina – IBDFAM/SC.

11. A ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL E OS NOVOS PARADIGMAS DOS BENS DIGITAIS NO DIREITO SUCESSÓRIO

GUSTAVO HENRIQUE VELASCO BOYADJIAN
Doutor em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia. Mestre em Direito Empresarial pela Universidade de Franca. Especialista em Direito Civil pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia. Presidente da Comissão da Pessoa com Deficiência do IBDFAM. Advogado especializado em Direito de Família e das Sucessões.

MARCELO HENRIQUE DE SOUSA ESTEVAM
Mestre e Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia. Especialista em Direito Digital e Compliance pelo IBMEC-SP. Organizador e autor de obras jurídicas. Advogado.

12. “ADOÇÃO GERMANA” (GERMAN ADOPTION) - INÉDITO CASO DE PERFILHAMENTO ENTRE IRMÃOS PELA JUSTIÇA DO MARANHÃO.

ALEX PACHECO MAGALHÃES
Defensor Público do Estado do Maranhão. Especialista em Inteligência de Estado e Inteligência Policial (Gran Centro Universitário/Gran Faculdade). Especialista em Direito Penal e Processo Penal na Prática (Faculdade UniBF). Especialista em Direito Processual Civil (Universidade Anhanguera – Uniderp/LFG). Especialista em Direito do Estado (JusPodivm/Faculdade Baiana de Direito). Ex-Delegado de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. Ex-Consultor Jurídico da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Salvador/BA. Ex-Advogado. Ministra cursos e palestras em instituições públicas, privadas e acadêmicas. Autor de diversos textos, artigos e ensaios jurídicos.

- **DECISÃO COMENTADA**

UNIÃO ESTÁVEL - PRESUNÇÃO DE ESFORÇO COMUM NA AQUISIÇÃO DE PATRIMÔNIO NO PERÍODO DE 1988 E 19969

MARIA BERENICE DIAS
Advogada. Vice-Presidente Nacional do IBDFAM.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

PROTEÇÃO DA PRIVACIDADE DIGITAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL E EM PORTUGAL

PATRICIA GORISCH
Professora da Universidade Santa Cecília – UNISANTA. Professora na Proodem Santos e Proordem ABC. Pós-Doutoranda em Direito Europeu Comparado pela Universitá degli Studi di Messina (Itália). Doutoranda em Direito Ambiental Internacional pela Universidade Católica de Santos (Conceito CAPES 4).

EDIÇÃO 68 – MAR / ABR DE 2025

1. CONSTITUCIONALISMO FEMINISTA MULTINÍVEL: JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO NO DIREITO DAS FAMÍLIAS

EDUARDO CAMBI
Pós-Doutor pela Università degli Studi di Pavia (Itália). Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor do Programa de Pós-Graduação (Doutorado e Mestrado) na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), no Centro Universitário Fundação Assis Gurgaz (FAG) e na Faculdade Pan-Americana (FAPAD). Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR). Presidente do Instituto Paranaense de Direito Processual. Membro da Academia Paranaense de Letras Jurídicas.

LETÍCIA DE ANDRADE PORTO NOSAKI
Doutoranda e Mestra em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em Direito Constitucional pela ABDCONST e FEMPAR/PR. Chefe de Gabinete de Desembargador no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

2. ENTRE A FORMALIDADE E A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO: O CUMPRIMENTO DE TESTAMENTOS PÚBLICOS PELA VIA EXTRAJUDICIAL NO BRASIL

MARCUS EMANUEL NEGRÃO DE MEDEIROS
Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará.

LARISSA PRADO SANTANA
Tabeliã do 1o Ofício de Notas de Belém/PA. Doutora em Direito Público. Mestra em Direito Público e em Administração Pública. Especialista em Direito Notarial e Registral. Diretora na ANOREG/PA e no IBDFAM/PA.

3. ABUSO ANIMAL COMO SITUAÇÃO DE ALERTA PARA SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

FERNANDA FURLAN GIOTTI
Mestranda em Direito pela Universidade de Caxias do Sul – UCS, bolsista na modalidade II PROSUC/CAPES. Pós-Graduada em Direito Processual Penal pelo Instituto Damásio de Direito. Pós-Graduada em Direito Penal pelo Instituto Damásio de Direito. Bacharela em Direito pela Universidade de Caxias do Sul. Membro do Zoopolis – Núcleo de Pesquisas em Direito Animal (UFPR). Membro do Grupo de Pesquisa em Direitos dos Animais – GPDA (UFSM). Advogada.

4. DO DIREITO DE RESISTÊNCIA À FILIAÇÃO

HEITOR SANTANA LOPES DE ALBUQUERQUE
Residente jurídico do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE). Bacharel em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Pós-Graduado em Direito e Processo de Família e Sucessões, pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Pós-Graduado em Direito e Jurisdição aplicada à Magistratura, pelo GRAN Centro Universitário.

5. A LIBERDADE, O PACTO ANTENUPCIAL E OS REFLEXOS JURÍDICOS DECORRENTES DA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA

BENEDITO CEREZZO PEREIRA FILHO
Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2002). Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1999). Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Marília (1994) e em Educação Física pela Universidade de Marília (1988). Realizou pesquisa pós-doutoral em Direito Processual Civil pela Universidade Complutense de Madrid, Espanha (2019). Compôs a Comissão de Juristas responsável pela elaboração e acompanhamento do Anteprojeto do Código de Processo Civil de 2015. Professor na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – FD/UnB, ministrando aulas na Graduação e Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado. Temas de atuação: Direito Processual Civil, Tutela dos Direitos Fundamentais, Tutela dos Direitos Coletivos e Acesso à Justiça. Advogado em Brasília/DF.

JORGE RACHID HABER NETO
Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de Panorama – São Paulo. Oficial Interino de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas de Santa Mercedes – São Paulo. Palestrante. Doutorando em Direito pela Instituição Toledo de Ensino – ITE. Doutor em Direito pela FADISP – Faculdade Autônoma de Direito. Mestre em Direito pela FADUSP. Mestre em Direito pela Escola Paulista de Direito – EPD. Pós-Graduado em direito notarial, registral e civil na rede de ensino LFG. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário do Pará – CESUPA. Bolsista pelo Programa Sócrates Erasmus Mundus em Portugal – Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC).

6. CONTRATOS CONSCIENTES: UMA POSSIBILIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DAS NARRATIVAS JURÍDICAS NO DIREITO DAS FAMÍLIAS

ANA BEATRIZ RUTOWITSCH BICALHO
Doutoranda em Direito Público e Evolução Social. Mestra em Direitos Fundamentais e Acesso à Justiça. Advogada especializada em Direito das Famílias e Sucessões. Presidente da Comissão de Estudos de Perspectivas de Gênero e Violências no Direito das Famílias do IBDFAM-RJ.

FERNANDA GUERRA
Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestranda em Direito pela Universidade Estácio de Sá, UNESA. Professora convidada da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) e do Mediare.

7. OS EFEITOS DA ALTERAÇÃO DE REGIME DE BENS NA UNIÃO ESTÁVEL: UMA ANÁLISE SOBRE A (IM)POSSIBILIDADE DE CONFERIR EFEITOS RETROATIVOS QUANDO DA REALIZAÇÃO DO CONTRATO DE CONVIVÊNCIA E DO PACTO ANTENUPCIAL

GABRIEL PERCEGONA
Mestre em Direito das Relações Sociais (UFPR). Pesquisador vinculado ao Núcleo de Pesquisa em Direito Civil-Constitucional "Virada de Copérnico" (PPGD-UFPR). Associado ao IBDFAM e ao IBDCivil. Assessor jurídico (TJPR).

VITÓRIA NÉRIS DA SILVA
Bacharela em Direito pela UFPR. Especialista em Direito das Famílias e Sucessões pela ABDConst. Especialista em Direito Penal e Criminologia pelo Introcrim. Advogada inscrita junto à OAB/PR e OAB/MS.

8. REFLEXÕES SOBRE A "DUPLA RESIDÊNCIA" DA CRIANÇA PÓS-DIVÓRCIO NO BRASIL

PETRA SOFIA PORTUGAL MENDONÇA FERREIRA
Defensora Pública do Estado do Amazonas. Mestra em Direito das Crianças, Família e Sucessões pela Universidade do Minho, Braga, Portugal. Membro do International Council on Shared Parenting ICSP/Bonn.

9. A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO NAS EMPRESAS FAMILIARES DO AGRONEGÓCIO: UMA ABORDAGEM ESTRATÉGICA COM O MÉTODO VDS (VISÃO, DIREÇLÃO E SUPORTE)

MARIA DE LOURDES MENEZES DE ARAÚJO
Bacharela em Direito pela Universidade Tiradentes. Pós-Graduanda em Família e Sucessões pelo IBDFAM. Membro da Comissão de Pesquisa Nacional do IBDFAM e da Comissão do Agronegócio do IBDFAM.

10. O INIMPUTÁVEL NO DIREITO PENAL E A EXCLUSÃO POR INDIGNIDADE NO CÍVEL

MATHEUS FILIPE DE QUEIROZ
Advogado. Especialista em Direito, Processo e Execução Penal pelo IDCC. Mestrando em Direito Negocial pela UEL.

KEITI MICHELE CAPERUCI
Advogada. Especialista em Direito Civil e Processo Civil e Direito de Família e Sucessões, pela UEL. Especialista em Direito Matrimonial e Processual Canônico, pela PUC.

11. O PROJETO DE LEI 420/2022 ANTE A OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS DO (A) TRABALHADOR (A) AUTÔNOMO (A) E HIPOSSUFICIENTE A (O) SEU (UA) FILHO (A)

STEPHANY JACQUES MAGALHÃES
Graduanda em Direito na Universidade Católica de Brasília.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

A ADOÇÃO INTERNACIONAL E OS IMPACTOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.

RENAN TEIJI TSUTSUI
Mestre em Direito pela Escola Paulista de Direito (EPD). Especialista em Direito Imobiliário e Seguridade Social. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (FDSBC). Conciliador judicial do Tribunal Regional Federal da 3a Região. Advogado. Professor de Direito Civil na Faculdade de Direito de Santo André (FADISA).

EDIÇAO 69 – MAIO/ JUN DE 2025

1. A COMPENSAÇÃO ECONÔMICA DO REGIME DA SEPARAÇÃO DE BENS NO PROJETO DE LEI 4/2025.

ROLF MADALENO
Advogado e Professor de Direito de Família e Sucessões na Pós-Graduação da PUC/RS. Diretor Nacional e Sócio fundador do IBDFAM. Membro da AIJUDEFA. Ex-Diretor-Geral da Escola Superior de Advocacia da OAB/RS. Membro da Comissão de Juristas nomeada pelo Senador Federal para a Revisão e Atualização do Código Civil (atual Projeto de Lei 4/2025). Autor de livros e artigos sobre Direito de Família e Direito das Sucessões.Palestrante no Brasil e no exterior.

2. IMPACTOS DA INCOMPETÊNCIA ESTRATÉGICA (WEAPONIZED INCOMPETENCE) NA EQUIDADE DE GÊNERO E NA APLICAÇÃO DO DIREITO DAS FAMÍLIAS.

EDUARDO CAMBI
Pós-Doutor pela Univesità Degli Studi di Pavia. Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e da Faculdade Assis Guargaz (FAG). Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR). Membro da Academia Paranaense de Letras Jurídicas.

STÉFANE PRIGOL CIMI
Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso – FESMP/MT. Bacharela em Direito pela Universidade de Cuiabá – UNIC. Assessora Jurídica do Tribunal de Justiça do Paraná.

3. REFLEXOS PROCESSUAIS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO, DOMÉSTICA E FAMILIAR NAS AÇÕES CÍVEIS E DE FAMÍLIA E A VIOLÊNCIA PROCESSUAL.

IVANISE MARIA TRATZ MARTINS
Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Mestra em Direito pela UFPR.

SANDRO GILBERT MARTINS
Advogado. Mestre e Doutor em Direito Processual Civil pela PUC-SP.

4. O REGIME PROCESSUAL DE DECRETAÇÃO DO DIVÓRCIO: REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE O ACÓRDÃO QUE JULGOU O RESP N. 89143/SP.

FLÁVIA PEREIRA HILL
Doutora e Mestra em Direito Processual da UERJ. Professora associada de Direito Processual Civil da UERJ. Pesquisadora visitante da Universidade de Turim, Itália. Delegatária de cartório extrajudicial.

RENATA CORTEZ VIEIRA PEIXOTO
Doutora em Direito pela UERJ. Mestra em Direito pela UNICAP. Membro do IBDP e da ANNEP. Tabeliã e Registradora em Pernambuco. Membro-fundadora e ex-Presidente da Associação Brasileira Elas no Processo (ABEP). Coordenadora da Pós-Graduação em Direito Notarial e Registral da ESA/PE/UNINASSAU.

5. A PRESTAÇÃO DE CONTAS NO DIREITO DE FAMÍLIA: O PENSIONAMENTO ALIMENTÍCIO ENTRE GUARDA E PODER FAMILIAR.

HUGO SIRENA
Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Licenciado em Letras Português/Inglês pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Advogado, sócio fundador da Mattos, Osna e Sirena Sociedade de Advogados. Professor universitário. Palestrante e Professor de Oratória.

TATIANA LAUAND SIRENA
Doutora e Mestra em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba. Professora universitária. Advogada. Professora de Oratória e de Direito.

6. DO CONTRATO DE COPARENTALIDADE: UM EXTRATO DA REALIDADE À LUZ DOS CASOS GUGU LIBERATO E XUXA MENEGHEL.

DANIELA BRAGA PAIANO
Pós-Doutora e Doutora em Direito Civil pela Faculdade de Direito de São Paulo (USP). Professora da Graduação e do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito Negocial da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Coordenadora da Pós-Graduação em Direito de Família e Sucessões da UEL. Membro do IBDFAM e da Comissão de Pesquisa.

GUILHERME AUGUSTO GIROTTO
Mestre em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Advogado. Professor Universitário na FAP e UNOPAR. Membro do IBDFAM e da Comissão de Pesquisa.

ELIZÂNGELA ABIGAIL SÓCIO RIBEIRO
Mestra em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em Direito de Família pela Escola Paulista de Direito (EPD) e pela Universidade de Coimbra. Advogada. Presidente do IBDFAM – Núcleo Londrina/PR.

7. HERANÇA DIGITAL: O PAPEL DE PROTAGONISTA NO USO DA TECNOLOGIA E A FORMAÇÃO DO ACERVO DIGITAL.

LUCIANA DA CUNHA PEREIRA MARTINS
Mestranda em Gestão Integrada do Território (GIT) na Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). Advogada associada do IBDFAM. Professora de Direito Processual Civil na Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE).

FRANCO DANI ARAÚJO E PINTO
Doutor em Ciências Humanas (UFSC). Professor dos cursos de Jornalismo e de Publicidade e Propaganda da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). Professor do Mestrado em Gestão Integrada do Território (GIT) da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE).

AMAURY SILVA
Doutor em Comunicação. Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Professor na Graduação e Pós-Graduação do Curso de Direito da Faculdade de Direito Vale do Rio Doce (FADIVALE).

8. O PROCESSO ESTRUTURAL APLICADO AOS LITÍGIOS DE GUARDA E CONVIVÊNCIA FAMILIAR.

ARLINDO CASTRO
Juiz de Direito. Presidente do IBDFAM-Angola. Pós-Graduado em Processos de Família e Sucessões, em Direito das Crianças e Jovens, e em Direito do Trabalho e Segurança Social. Especializações em Violência Doméstica, Direito de Família, Adoção e Apadrinhamento Civil.

CAMILLY MARIA TELES DE LIMA
Advogada. Pós-Graduada em Direito Processual das Famílias e Sucessões pela Faculdade ATAME.

FABIANO REZENDE SOARES
Advogado. Pós-Graduado em Direito Processual das Famílias e Sucessões pela Faculdade ATAME.

JÉSSICA MATTOS ROSETTI CAPELETTI
Advogada. Pós-Graduada em Direito Processual das Famílias e Sucessões pela Faculdade ATAME.

LARISSA SOUZA GOMES BRITO
Advogada. Pós-Graduada em Direito Processual das Famílias e Sucessões pela Faculdade ATAME.

MICHELA GASPAROTO
Advogada. Pós-Graduada em Direito Processual das Famílias e Sucessões pela Faculdade ATAME.

RAQUEL LACERDA SOARES
Advogada.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

SUCESSÃO EM CASO DE HERDEIROS E PATRIMÔNIO ESTRANGEIRO

ALMIR GARCIA FERNANDES
Professor de Direito Civil e Empresarial no curso de Graduação e no Programa de Mestrado em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia – MG. Doutor em Direito Comercial pela PUC – SP. Mestre em Direito das Relações Econômico-Empresariais pela Universidade de Franca. Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Uberlândia.

INGRID OLIVEIRA LONGO
Advogada. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

EDIÇÃO 70 – JUL/AGO DE 2025

1. HERANÇA DIGITAL: A PRIVACIDADE COMO LIMITE AOS INTERESSES DOS HERDEIROS.

CLEVER JATOBÁ
Advogado e Consultor Jurídico com escritório especializado em Direito de Família e Sucessões. Doutor e Mestre em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica de Salvador (UCSAL). Professor de Direito Civil, Direito Processual Civil, Consumidor e Direito da Criança e do Adolescente. Professor na Faculdade Batista Brasileira e da Invictus Pós-Graduações. Autor de diversas obras jurídicas.

2. A (I)LEGALIDADE DE PRISÃO CIVIL EM CASOS DE INADIMPLEMENTO DE ALIMENTOS COMPENSATÓRIOS.

HELIO SISCHINI DE CARLI
Pós-Graduado em Direito de Família e Sucessões pela Faculdade Damásio. Pós-Graduado em Mediação de Conflitos e Arbitragem pela Faculdade Unyleya. Pós-Graduado em Direito Processual das Famílias e das Sucessões pela Faculdade ATAME. Presidente da Comissão de Família e Tecnologia do IBDFAM/ES. Membro da Comissão do Agronegócio Famílias e Sucessões do IBDFAM. Professor na Faculdade Anhanguera Linhares/ES. Coautor de livros. Advogado.

3. A LEI DE ALIMENTOS N. 5.478/1968 E A (IN)APLICABILIDADE DO ARTIGO 697 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

MARCOS ROBERTO MARQUES VESCHI
Graduado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Assistente Jurídico CMP-8 no Ministério Público do Paraná. 4a Promotoria de Ponta Grossa.

MICHAEL JUNIO GEBELUKY
Graduado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Promotor de Justiça Substituto. 1a Promotoria de Justiça de Ponta Grossa – MPPR.

4. A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PAIS PELA SUPEREXPOSIÇÃO DE IMAGENS E DADOS DOS FILHOS EM PLATAFORMAS DIGITAIS.

GABRIELA CRISTINA BARBIERI ZANLUCHI
Advogada. Pós-Graduanda pela Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina.

5. ADOÇÃO INTUITU PERSONAE E FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA: A ESCOLHA DO ADOTANTE PELO GENITOR COMO DERIVAÇÃO DA PARENTALIDADE RESPONSÁVEL, NÃO COMO DERIVAÇÃO DA AFETIVIDADE.

LOUISE DE OLIVEIRA CHAVES
Mestranda em Direito e Ciências Jurídico-Civilistas pela Universidade de Lisboa.

6. A CONTRATUALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES FAMILIARES: ANÁLISE DA VALIDADE E EFICÁCIA DAS CLÁUSULAS DE GUARDA EM PACTOS ANTENUPCIAIS E CONTRATOS DE CONVIVÊNCIA.

TAÍSA MARIA VIANA SOBREIRA BEZERRA
Mestra em Direito Público pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP. Especialista em Direito Processual Civil pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP, e em Gestão Legislativa pela Universidade de Brasília – UnB. Sócia-fundadora da Viana Sobreira Sociedade Individual de Advocacia, Brasília – DF.

7. A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E SUA APLICAÇÃO NO DIREITO DE FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES.

MANOEL JOSÉ BRANDÃO TEIXEIRA JUNIOR
Advogado. Sócio do escritório Brandão Carvalho Advogados Associados. Associado do IBDFAM. Pós-Graduado em Direito de Família e Sucessões pelo IBDFAM.

8. A IMUNIDADE INCONDICIONADA DO ITBI NA INTEGRALIZAÇÃO DE IMÓVEIS PARA CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL SOCIAL: ANÁLISE LEGISLATIVA E JURISPRUDENCIAL.

JULIANA ARANDA CONDEIXA
Advogada especializada em Direito de Família e Sucessões, Planejamento Sucessório, Holding e Proteção Patrimônio Família-Empresa. Associada do IBDFAM. Membro GFAM/UFSC. Membro e Secretária da Comissão de Direito Sucessório OAB/SC. Sócia do escritório Aranda Condeixa.

9. O CUIDADO COMO VALOR JURÍDICO ESTRUTURANTE E BEM PATRIMONIAL IMATERIAL: PROPOSTA DE NORMA AUTÔNOMA NO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO.

CHRISTIANA MARIA ROSELINO COIMBRA PAIXÃO
Advogada. Mediadora. Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões pela Escola Paulista de Direito. Pós-Graduada em Direito Processual Civil pela Universidade de Ribeirão Preto – SP. Pós-Graduada em Psicanálise pela Universidade de Franca.

10. REPARAÇÃO INTEGRAL DE DANOS POR VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: DIÁLOGOS ENTRE O DIREITO PROCESSUAL PENAL E O DIREITO DAS FAMÍLIAS – JULGAMENTO DA PARTILHA COM PERSPECTIVA DE GÊNERO.

EDUARDO CAMBI
Pós-doutorado pela Univesità degli Studi Di Pavia. Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e na Faculdade Assis Guargaz (FAG). Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR). Membro da Academia Paranaense de Letras Jurídicas.

LUANNA TOMAZ
Pós-doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutora em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI pela Universidade de Coimbra – Portugal. Mestra em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora na Faculdade de Direito, no Programa de Pós-Graduação de Direito e no Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia da UFPA. Coordenadora da Clínica de Atenção à Violência. Advogada.

11. ESTUDO TÉCNICO OU PSICOSSOCIAL É PERÍCIA: A VERDADE NÃO PODE SER CONSTRUÍDA FORA DO CPC – A TÉCNICA COMO PILAR DE JUSTIÇA NAS VARAS DE FAMÍLIA – NA VISÃO DO MAGISTRADO, DO ADVOGADO E DO PSICÓLOGO.

BARBARA HELIODORA
Advogada especialista em Direito de Família.

ANDREIA CALÇADA
Psicóloga forense. Assistente Técnica e Perita em Varas de Família do TJ/RJ.

GERARDO CARNEVALE NEY DA SILVA
Juiz de Direito aposentado.

- **PARECER**

FRATERNIDADE SOCIOAFETIVA: POSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DE VÍNCULO DE PARENTESCO SOCIOAFETIVO ENTRE IRMÃOS.

MARIA BERENICE DIAS
Advogada especializada em Direito das Famílias e Sucessões. Desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça – RS. Vice-Presidente Nacional do IBDFAM.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

A INCLUSÃO DO DIREITO DAS FAMÍLIAS NO DIREITO INTERNACIONAL COMO FORMA DE GARANTIR A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA.

JACIARA CELINE BONALUME THOMAZI
Advogada. Mestra em Direito das Relações Internacionais.

- **RESUMO**

O ABANDONO PATERNO COMO EXPRESSÃO DA VIOLÊNCIA RACIAL E DE GÊNERO: A "BANALIDADE DO MAL" DE HANNAH ARENDT E OS DESAFIOS PARA A GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS MÃES SOLO NEGRAS NO BRASIL.

FRANCISCO EDUARDO BARBOSA MARTINS
Estudante de Graduação em Direito na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

VITÓRIA ANGELIM DE ASSIS GOUVEIA FERREIRA LIMA
Estudante de Graduação em Direito na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

MARIA SCARLET LOPES VASCONCELOS
Mestranda em Direito Privado no Centro Universitário 7 de Setembro (UNI7). Docente na Universidade Estadual Vale do Acaraú.

FLÁVIO MARIA LEITE PINHEIRO
Doutor em Direito, com Pós-Doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor efetivo do Curso de Direito da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

Índice Remissivo

IBDFAM
Instituto Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões

EDIÇAO 72 – NOV/ DEZ DE 2025

1. A TEORIA DA APARÊNCIA E OS EFEITOS ASSOCIADOS AO ABANDONO MATERIAL DOS FILHOS.

ROLF MADALENO
Advogado e Professor de Direito de Família e Sucessões. Mestre em Processo Civil pela PUC/RS. Diretor Nacional do IBDFAM. Membro da AIJUDEFA. Integrou a Comissão de Juristas nomeada pelo Senado Federal para a revisão e atualização do Código Civil (Projeto de Lei 04/2025). Professor na Pós-Graduação em Direito de Família e Sucessões na PUC/RS. Palestrante no Brasil e exterior. Autor de obras jurídicas.

2. PARENTESCOS E PARENTALIDADES: MÚLTIPLAS DIMENSÕES ATUAIS.

PAULO LÔBO
Doutor em Direito pela USP. Professor Emérito da UFAL. Diretor nacional do IBDFAM. Ex-Conselheiro do CNJ.

3. ABANDONO DIGITAL DA PESSOA IDOSA COMO FORMA DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS DAS FAMÍLIAS.

EDUARDO CAMBI
Pós-Doutor pela Univesità degli Studi Di Pavia. Doutror e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor Associado da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e da Faculdade Assis Guargaz (FAG). Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR). Membro da Academia Paranaense de Letras Jurídicas.

EMILYA MARIA DE OLIVEIRA BRIGANÓ
Mestranda em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Graduada em Direito pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos (UNIFIO). Advogada. Integrante do Grupo de Pesquisa “Ideologia do Estado e estratégias repressivas” e do Grupo de Pesquisa “Feminismos e Direitos da Personalidade”.

4. PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO E CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS LGBTI+: REFLEXÕES INICIAIS.

LÍGIA ZIGGIOTTI DE OLIVEIRA
Doutora em Direitos Humanos e Democracia e Mestra em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Advogada. Vice-Presidente da ANAJUDH-LGBTI. Membro relatora da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e membro consultora da Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da OAB-PR. Coordenadora da Comissão de Gênero do IBDFAM-PR.

FRANCIELLE ELISABET NOGUEIRA LIMA
Doutora em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Mestra em Direitos Humanos e Democracia pela mesma instituição. Especialista em Direito das Famílias e Sucessões pela ABDConst, e em Direito Homoafetivo e Gênero pela Unisanta. Pesquisadora voluntária no âmbito da Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná. Integrante da ANAJUDH-LGBTI. Membro relatora da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB/PR. Advogada.

5. NOVAS PERSPECTIVAS DOS INVENTÁRIOS EXTRAJUDICIAIS UM ANO APÓS A RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA N. 571, DE 2024.

GERALDO FELIPE DE SOUTO SILVA
Tabelião e Oficial de registros públicos titular do Cartório do 2º Ofício de Notas, Registro Civil, Títulos e Documentos, Protesto de Títulos e Pessoas Jurídicas do DF (Cartório de Sobradinho).

Mestre em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília. Presidente do Colégio Notarial do Brasil – Seção DF. Diretor do IBDFAM-DF. Ex-Procurador da Fazenda Nacional com atuação no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal.

6. APLICABILIDADE DA MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NAS HIPÓTESES DE VIOLÊNCIA PROCESSUAL DE GÊNERO. ESTUDO SOBRE A NECESSIDADE DE REPRIMIR CONDUTAS MACHISTAS E A EVENTUAL COLISÃO ENTRE PRINCÍPIOS PROCESSUAIS E CONSTITUCIONAIS.

SERGIO LUIZ KREUZ
Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1990). Especialista em Direito Civil pela Universidade Clássica de Lisboa (1999) e em Criminologia pela Universidade de Hamburgo. Mestre em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

MARIANA KINDELMANN CUNHA
Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2021). Pós-Graduada em Direito Processual Civil pela Academia Brasileira de Direito Constitucional (2023). Assistente de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

7. A GUARDA NIDAL COMO ALTERNATIVA DE CUSTÓDIA PÓS-DIVÓRCIO: UMA ANÁLISE JURÍDICA E PSICOSSOCIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO.

TAÍSA MARIA VIANA SOBREIRA BEZERRA
Mestra em Direito Público pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP. Especialista em Direito Processual Civil pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP. Especialista em Gestão Legislativa pela Universidade de Brasília – UnB. Sócia fundadora da Viana Sobreira Sociedade Individual de Advocacia, Brasília – DF.

8. CONTROLE PARENTAL NA ERA DIGITAL: DA SUPERVISÃO À SUPERPROTEÇÃO. QUAL LIMITE SAUDÁVEL?

HELIO SISCHINI DE CARLI
Pós-Graduado em Direito de Família e Sucessões pela Faculdade Damásio. Pós- -Graduado em Direito Processual das Famílias e das Sucessões pela Faculdade ATAME. Presidente da Comissão de Família e Tecnologia do IBDFAM/ES. Membro da Comissão de Família e Tecnologia do IBDFAM. Membro da Comissão do Agronegócio Famílias e Sucessões do IBDFAM. Professor universitário na faculdade Anhanguera Linhares/ES. Autor de artigos jurídicos e coautor de livros. Advogado.

9. A AUSÊNCIA DE PRECEDENTES QUALIFICADOS EM DIREITO DE FAMÍLIA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: CASOS NÃO REPETITIVOS, MULTICULTURALISMO E RELEVÂNCIA.

WILLIAM SOARES PUGLIESE
Professor de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da UFPR. Pós- -Doutor pela UFRGS. Doutor e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná. Vice-Coordenador do Programa de Pós- -Graduação em Direito da UniBrasil. Conselheiro estadual da OAB/PR (2025-2028).

10. O EXERCÍCIO DA COPARENTALIDADE POR DUPLAS PARENTAIS EM DIVÓRCIO LITIGIOSO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES À LUZ DA PSICOLOGIA.

ISADORA MARIA PILGER LIMA
Psicóloga graduada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS. Especialista em Terapia Sistêmica Individual, Conjugal e Familiar pela FACEFI. Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental pela PUCRS. Especialista em Psicologia Organizacional pela FADERGS. Psicóloga Clínica e Perita Judicial ad hoc no TJRS.

CRÍSTOFER BATISTA DA COSTA
Professor e Coordenador do Curso de Psicologia da FACEFI. Psicólogo graduado pela Faculdade ATITUS. Mestre e Doutor pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, com Estágio Doutoral na Universidad del País Vasco, San Sebastian, Espanha. Especialista em Dinâmica das Relações Conjugais e Familiares pela ATITUS e em Psicologia Clínica pelo Conselho Federal de Psicologia, CFP.

11. CONSTRUINDO A MEDIAÇÃO PARENTAL SOB O FAROL DA RESOLUÇÃO 125/10 DO CNJ.

ROSSANA DE LIMA MACHADO
Advogada. Pós-Graduada pela Unisinos. Mestra em Direito pela UCS. Pós- -Graduada em Mediação Extrajudicial pelo CM/DF e em Mediação Parental pela Parent Brasil. Mediadora familiar e expositora de Oficinas de Parentalidade pelo TJRS. Membro da Comissão em Mediação do IBDFAM/RS. Criadora e Mediadora Parental da Girassol Mediação Parental.

12. AUTONOMIA PRIVADA E DIREITO SUCESSÓRIO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA LEGÍTIMA A PARTIR DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.

KIMBERLY BARRETO
Especialista em Direito Sucessório pela Faculdade Centro-Oeste. Integrante do Grupo de Estudos Direito de Família e Sucessões em Perspectiva, vinculado ao PPGD da Universidade Federal de Santa Catarina. Membro do IBDFAM. Advogada.

13. A CONSTITUIÇÃO FAMILIAR E A CAPACIDADE AO MATRIMÔNIO DE PESSOAS COM TRISSOMIA 21.

ANA LUIZA MOURA DA COSTA
Advogada. Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões.

EDIÇAO 73 – JAN/FEV DE 2026

1. A REPRESENTAÇÃO DE HERDEIRO INDIGNO RENUNCIANTE.

ROLF MADALENO
Advogado. Professor de Direito de Família na Pós-Graduação da PUC/RS. Mestre em Direito Processual pela PUC/RS. Formado em Direito pela UFRGS em 1978. Sócio-fundador e diretor nacional do IBDFAM. Ex-diretor da Escola Superior de Advocacia da AOB/RS. Membro da AIJUDEFA. Integrou o corpo de juristas nomeado pelo Senado Federal para a revisão e atualização do Código Civil (PL 04/2025). Palestrante e parecerista no Brasil e no exterior.

2. FAMÍLIA MULTIESPÉCIE: AFETO, SENCIÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS E OBRIGAÇÕES NA PERSPECTIVA JURÍDICO-FAMILIAR.

EDUARDO CAMBI
Pós-Doutor pela Univesità degli Studi Di Pavia. Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor Associado da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e da Faculdade Assis Guargaz (FAG). Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR). Membro da Academia Paranaense de Letras Jurídicas.

STÉFANE PRIGOL CIMI
Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso – FESMP/MT. Bacharela em Direito pela Universidade de Cuiabá – UNIC. Assessora Jurídica do Tribunal de Justiça do Paraná.

3. A GUARDA COMPARTILHADA COMO MECANISMO DE EFETIVAÇÃO DA PROTEÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE.

ÉRICA FIORE VIANA
Itálo-brasileira Advogada. Especialista em Direito Civil. Área de atuação: Direito de Família. Pós-Graduada em Mediação e Conciliação de conflitos pelo Centro de Mediadores do Distrito Federal. Pós-Graduada pelo Complexo Jurídico Dr. Damásio Evangelista de Jesus (CJDJ-SP). Pós-Graduada pela Faculdade de Direito Professor Damásio E. de Jesus (CJDJ-SP), com capacitação para Ensino no Magistério Superior. Conselheira Seccional e Membro do Órgão Especial da OAB/MG, triênio 2022/2024.

4. SEGURANÇA JURÍDICA VS. EVOLUÇÃO DOS COSTUMES: O CONFLITO TEMPORAL NA CARACTERIZA-ÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL E DO CASAMENTO NO BRASIL.

ROLF MADALENO
Advogado e Professor de Direito de Família e Sucessões na Pós-Graduação da PUC/RS. Sócio-fundador do IBDFAM. Membro da AIJUDEFA. Integrou a Comissão de Juristas nomeada pelo Senado Federal para revisão e atualização do Código Civil. Palestrante no Brasil e exterior. Parecerista. Autor de livros sobre Direito de Família e Sucessões.

VINÍCIUS CASTRO
Professor do Magistério Superior na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em Direito pela Universidade do Porto – Portugal. Doutor e Mestre em Políticas Sociais e Direitos Humanos pela UCPEL. Especialista em Direito Público pela UNIDERP e em Carreiras Jurídicas pela FESMP/RS.

5. AMAR É FACULDADE, CUIDAR É DEVER: A TUTELA INDENIZATÓRIA DO ABANDONO AFETIVO CONJUGAL.

ANDRESSA TALON
Advogada. Especialista em Direito Público pela Escola da Magistratura Federal do Rio Grande do Sul (ESMAFE/RS). Membro da Comissão de Direito Sucessório IBDFAM/SC. Secretária da Comissão de Direito das Famílias da OAB – Balneário Camboriú/SC.

FABIANA MARIA DA CONCEIÇÃO MENDES
Advogada. Mestra em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Pós-Graduada em Planejamento Patrimonial, Familiar e Sucessório. Pós-Graduanda em Direito de Família e Sucessões pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP). Integrante das Comissões de Advocacia Colaborativa e de Estudos sobre Violência de Gênero da OAB/PR.

6. ENTREGA VOLUNTÁRIA PARA ADOÇÃO, DIREITO AO SIGILO E PERSPECTIVA DE GÊNERO: A PROTEÇÃO DA AUTONOMIA REPRODUTIVA PELO PODER JUDICIÁRIO.

FLÁVIA MORESCO PELLE
Especialista em Processo Civil pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Assessora do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

THAÍS COSTA DE BRITO
Pós-Graduanda em Direito das Mulheres pela Faculdade i9 Educação. Especialista em Direitos Humanos pela Faculdade CERS. Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Assessora do Tribunal de Justiça do Paraná.

EDUARDO CAMBI
Pós-Doutor pela Univesità degli Studi Di Pavia. Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor Associado da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e da Faculdade Assis Guargaz (FAG). Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná

(TJPR). Membro da Academia Paranaense de Letras Jurídicas. Vencedor do 2º Concurso Nacional de Decisões Judiciais e Acórdãos em Direitos Humanos – categoria Direitos da Pessoa Idosa – do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Presidente da Comissão Científica do Instituto Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões (IBDFAM).

7. PETIÇÃO DE HERANÇA: CARACTERÍSTICAS E PRAZO PRESCRICIONAL, À LUZ DO TEMA N. 1.200 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA BRASILEIRO.

ISAAC DE OLIVEIRA CONTI
Graduado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (Mackenzie), entre 2015/2019. Pós-Graduado em Direito Processual Civil pela Escola Paulista da Magistratura (EPM), entre 2020/2021, e em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), entre 2022/2023. Advogado.

8. PRESCRIÇÃO NA SOBREPARTILHA DE BENS ILÍQUIDOS: APLICAÇÃO DA TEORIA DA ACTIO NATA NO DIREITO DE FAMÍLIA.

IZABELA BRANDÃO DEZAN
Advogada Patrimonialista. Pós-Graduanda em Direito Sucessório e Regularização e Registro de Imóveis.

9. GUARDA COMPARTILHADA E ESPAÇO URBANO: A INTERSECÇÃO ENTRE O DIREITO URBANÍSTICO, O DIREITO DE FAMÍLIA E A DESIGUALDADE DE GÊNERO.

BÁRBARA APARECIDA NUNES SOUZA
Mestra em Direito das Crianças, Família e Sucessões pela Universidade do Minho. Pós-Graduada em Planejamento Patrimonial, Familiar e Sucessório pela Faculdade Legale. Advogada. Membro do IBDFAM.

CAROLINA D'AMORIM BARRETO
Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP/RS). Especialista em Direito Tributário pela Faculdade Baiana de Direito e Gestão (FBD). Advogada. Membro do IBDFAM.

JÚLIA FARIAS MERTINS
Mestra em Direito pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP/RS). Especialista em Direito de Família e Sucessões pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP/RS) e em Contratos e Responsabilidade Civil pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Membro do IBDFAM. Coordenadora da Comissão de Relações Acadêmicas, Institucionais e Sociais do Instituto Brasileiro de Direito de Família e Sucessões – Seção do Estado do Rio Grande do Sul (IBDFAM/RS). Advogada.

10. DESAFIOS E EFICÁCIA NA PROVA E CONTRAPROVA EM AÇÕES DE ALIENAÇÃO PARENTAL: UMA ANÁLISE DOS MÉTODOS PERICIAIS E DAS CONTROVÉRSIAS LEGAIS.

MARINA BERTOLUCCI BALDO
Advogada. Graduada em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA). Pós-Graduada em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Possui experiência profissional no Tribunal de Justiça de São Paulo.

EDIÇAO 73 – MAR/ABR DE 2026

1. ALTERAÇÃO POST MORTEM DE REGIME DE BENS.

ROLF MADALENO
Advogado. Professor de Direito de Família e Sucessões na Pós-Graduação da PUC/RS. Mestre em

Direito Processual pela PUC/RS. Ex-Diretor-Geral da ESA/RS. Membro da Comissão de Revisão e Atualização do Código Civil brasileiro (Projeto de Lei 04/2025). Sócio-fundador e Diretor nacional do IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões). Membro da AIJUDEFA (Asociación Internacional de Juristas de Derecho de Familia). Autor de livros e artigos jurídicos. Palestrante no Brasil e exterior.

2. A LEGITIMIDADE SUCESSÓRIA DO FILHO CONCEBIDO POR REPRODUÇÃO ASSISTIDA POST MORTEM E OS LIMITES DO PROJETO DE LEI N. 4/2025.

BRUNA BARROS ROCHA GONÇALVES
Bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pós- -Graduada em Planejamento Patrimonial e Sucessório pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

NICOLE DALABONA
Bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pós- -Graduanda em Direito de Família Aplicado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

3. ENTRE A TUTELA DO AFETO E O DIREITO FUNDAMENTAL DE HERANÇA: UMA ANÁLISE HERMENÊUTICA DA SUSPENSÃO DO INVENTÁRIO NA PENDÊNCIA DE AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL POST MORTEM.

HELIO SISCHINI DE CARLI
Pós-Graduado em Direito de Família e Sucessões pela Faculdade Damásio. Pós- -Graduado em Direito Processual das Famílias e Sucessões pela Faculdade Atame. Presidente da Comissão de Família e Tecnologia do IBDFAM/ES. Membro da Comissão de Família e Tecnologia do IBDFAM. Membro da Comissão Nacional do Agronegócio Família e Sucessões do IBDFAM. Professor do Curso de Direito na Faculdade Anhanguera Linhares/ES. Coautor de livros. Advogado.

4. ALIMENTOS E HERANÇA: LIMITES DA TRANSMISSIBILIDADE E A NOVA PROPOSTA LEGISLATIVA.

WILLIAM PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR
Mestrando em Direito Civil na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Advogado.

YAGO DE MENEZES OLIVEIRA
Mestrando em Direito Civil na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Defensor Público do Estado de São Paulo.

5. RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA POR ASCENDENTES: CRÍTICA À EQUIPARAÇÃO ADMINISTRATIVA COM O INSTITUTO DA ADOÇÃO.

IZABELA BRANDÃO DEZAN
Advogada. Bacharela em Administração de Empresas. Pós-Graduanda em Direito das Sucessões e Direito Imobiliário. Atua com ênfase em advocacia patrimonial.

6. ENTRE O REGISTRO E O RECONHECIMENTO: COLONIALIDADE DO SER E O DIREITO AO NOME NA SOCIEDADE BRASILEIRA.

ISADORA DE OLIVEIRA COSTA E SILVA
Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais na linha Teorias do Direito e da Justiça. Advogada.

NATHÁLIA DE CAMPOS VALADARES
Mestra *cum laude* em Direito Privado. Pós-Graduada em Direito Civil. Autora do livro Famílias Coparentais. Professora. Advogada Especialista em Direito de Família, Sucessões e Infância e Juventude.

7. PRINCÍPIOS DO MÍNIMO EXISTENCIAL E DA RESERVA DO POSSÍVEL: A TUTELA JUDICIAL DO DIREITO À FERTILIZAÇÃO IN VITRO.

TENNYSON VINHAL DE CARVALHO
Advogado. Mestre em Ciências Ambientais e Saúde pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Goiás. Especialista em Direito Médico pelo IPOG/GO. Especialista em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Especialista em Direito Civil pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Presidente da Comissão de Direito das Sucessões do Instituto Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões – IBDFAM/GO. Assessor e consultor nas áreas de Direito Tributário, Empresarial, Família e Sucessões.

MARIA LUIZA PÓVOA CRUZ
Bacharela em Direito pela Universidade Federal de Goiás. Juíza aposentada. Advogada. Sócia-fundadora do escritório MLPC e Advogados Associados. Presidente da Comissão Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa do IBDFAM. Membro da Academia Goiana de Direito (ACAD) e Acadêmica da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (AFLAG). Autora da obra Separação, Divórcio e Inventário por Via Administrativa (Editora Del Rey); e coautora de Código das Famílias Comentado e Guarda Compartilhada (Editora Método), entre outros.

RONNER BOTELHO SOARES
Advogado. Assessor Jurídico do IBDFAM. Editor da Revista IBDFAM – Famílias e Sucessões. Especialista em Direito de Família e Sucessões pela Tríade/IBDFAM. Assistente do Curso Clínica do Direito, do Professor Rodrigo da Cunha Pereira. Professor do curso Tríade/IBDFAM.

8. *OVERSHARENTING*, SUPEREXPOSIÇÃO DE CRIANÇAS NA ERA DIGITAL E A URGÊNCIA DE UMA LEGISLAÇÃO PROTETIVA ESPECÍFICA: UMA ANÁLISE SOBRE PROJETOS DE LEI NO BRASIL ATÉ O ANO DE 2025.

AGATHA GONÇALVES SANTANA
Mestra e Doutora pela UFPA. Professora universitária e de Mestrado Acadêmico. Advogada. Pesquisadora. Membro do IBERC, IBDP, ANNEP e IBDFAM/PA.

BEATRIZ PINHEIRO NEVES
Mestra e Doutora pela UFPA. Professora universitária e de Mestrado Acadêmico. Advogada. Pesquisadora. Membro do IBERC, IBDP, ANNEP e IBDFAM/PA.

GABRIEL VICTOR NUNES DE SÁ
Graduanda do curso de Direito na Faculdade de Advocacia da Amazônia – FINAMA.

9. O DANO MORAL NO *SHARENTING*: IMPLICAÇÕES PRÁTICAS DA RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PAIS NA ERA DIGITAL.

DANIELA BRAGA PAIANO
Pós-Doutora e Doutora em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Professora no Departamento de Direito Privado e no Programa de Mestrado e Doutorado em Direito Negocial na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Coordenadora da Pós-Graduação de Direito de Família e Sucessões da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Coordenadora do Projeto de Pesquisa “Contratualização das Relações Familiares e das Relações Sucessórias” (UEL), vinculado ao CNPq.

MARIA PAULA ROVERI RAMPELOTTI
Advogada. Mestranda em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em Direito das Famílias e Sucessões pelo curso de pós-graduação *strictu sensu* da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bacharela em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

10. FAMÍLIAS TRANSNACIONAIS E OS DESAFIOS SUCESSÓRIOS EM CONTEXTO GLOBALIZADO: UMA ANÁLISE À LUZ DO MULTICULTURALISMO E DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.

AINAH HOHENFELD ANGELINI NETA
Mestra em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente na Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

MARCOS PAULO OLIVEIRA DE ALMEIDA
Bacharel em Direito pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

MARIANA CHAVES OLIVEIRA DOS SANTOS
Bacharela em Direito pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

11. ENTRE VIOLÊNCIAS E VULNERABILIDADES: A NECESSÁRIA PROTEÇÃO JURÍDICA DA MULHER NAS RELAÇÕES FAMILIARES E INSTITUCIONAIS POR MEIO DO PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO.

FERNANDA GADOTTI DUWE
Doutoranda e Mestra em Direito pela UFSC. Integrante do Grupo de Estudos Direito de Família e Sucessões em Perspectiva, vinculado ao PPGD da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista CAPES.

KIMBERLY BARRETO
Especialista em Direito Sucessório pela Faculdade Centro-Oeste. Integrante do Grupo de Estudos Direito de Família e Sucessões em Perspectiva, vinculado ao PPGD da Universidade Federal de Santa Catarina. Membro do IBDFAM. Advogada.

12. UM OLHAR JURÍDICO SOBRE AS URGÊNCIAS OBSTÉTRICAS: O PROBLEMA ESTRUTURAL EM PORTUGAL.

MARIA FLAMÍNIA AURORA FARIA CORTE-REAL
Mestra em Direito Judiciário na Universidade do Minho.

13. A TRANSFERÊNCIA DE COMANDO NAS EMPRESAS FAMILIARES: O TESTAMENTO COMO FERRAMENTA DE SUCESSÃO.

GIOVANNA SPATTI ROSSAGNESI
Bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP). Pós-Graduada em Direito Contratual pela Faculdade CERS. Pós- -Graduada em Direito Corporativo e Compliance pela Escola Paulista de Direito. Mestranda em Direito Empresarial pela Faculdade de Campinas (FACAMP).

14. DO PROJETO PARENTAL TECNOLOGICAMENTE ASSISTIDO À AUTONOMIA REPRODUTIVA: O TRATO DO MATERIAL GENÉTICO POR UMA PERSPECTIVA BIOÉTICA.

LAURA AFFONSO DA COSTA LEVY
Doutoranda em Estudos Políticos e Humanitários UFP/PT. Mestra em Bioética UMSA/AR. Professora universitária. Advogada e Consultora em Bioética e Biodireito.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

UMA BREVE ANÁLISE SOBRE AS INOVAÇÕES NO DIREITO DIGITAL, DIVÓRCIO E PERSPECTIVA DE GÊNERO TRAZIDAS PELA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL (PL 04/2025) E SEU PARALELO AO CÓDIGO CIVIL E COMERCIAL DA NAÇÃO ARGENTINA DE 2015.

RAFAEL MARTINS DE ARAÚJO CARDOSO
Advogado. Sócio-proprietário da MA&C Advocacia e Consultoria. Doutorando em Direito pela Universidade Lomas de Zamora de Buenos Aires. Secretário-Geral da Comissão de Direito das Sucessões da OAB/GO.

- **DECISÃO COMENTADA**

A MITIGAÇÃO DO REQUISITO DA PUBLICIDADE NO RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL: ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

ANGELIS LOPES BRISENO DE SOUZA
Doutoranda e Mestra em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Integrante do Grupo de Pesquisa Evolução das Categorias, Institutos e Situações Jurídicas Existenciais e Patrimoniais no Direito Privado da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pós-Graduada em Direito Processual pela Universidade Presidente Antônio Carlos. Vice-Presidente da Comissão de Combate à Violência contra a Mulher, do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Diretora da Subcomissão de Violência Doméstica da Comissão de Direito de Família, da OAB/MG. Associada Sênior do Instituto Empoderar. Advogada especializada em Direito das Famílias, Sucessões e Violência Doméstica. Sócia no Lima e Briseno Advogados. Autora de diversos artigos jurídicos e coautora em livros.

GABRIELLA ANDRÉA PEREIRA
Mestranda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduada em Direito e Pós-Graduada em Direito de Família Aplicado pelo Instituto de Educação Continuada da mesma instituição. Pós-Graduada em Direitos Humanos e Responsabilidade Social pelo Centro de Estudos em Direito e Negócios – CEDIN. Pós-Graduada em Advocacia Cível pela Escola Superior da Advocacia de Minas Gerais. Diretora Nacional e Presidente da Comissão de Nacional de Diversidade e Inclusão Racial do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Capacitada em Práticas Colaborativas pelo Instituto Brasileiro de Práticas Colaborativas – IBPC. Advogada.

WANDERSON MARCELLO MOREIRA DE LIMA
Mestrando em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pós-Graduado em Direito Público – Faculdades Integradas do Oeste de Minas. Graduação em Direito – Faculdades Integradas do Oeste de Minas. Membro da Comissão de Pesquisa do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Mediador Judicial certificado pelo Conselho Nacional de Justiça. Advogado especializado em Direito das Famílias, Sucessões e Violência Doméstica. Sócio no Lima e Briseno Advogados. Autor de diversos artigos jurídicos e coautor em livros.

EDIÇAO 75 – MAIO/JUN DE 2026

1. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PATRIMONIAL NO DIREITO DAS FAMÍLIAS.

ANA LUIZA MAIA NEVARES
Doutora e Mestra em Direito Civil pela UERJ. Professora de Direito Civil na PUC-Rio. Membro do IBDFAM, IBDCivil, IAB e IBDCONT. Advogada.

GUILHERME RUTOWITSCH BICALHO
Advogado graduado pela PUC-Rio. Membro do IBDFAM.

2. A APLICAÇÃO DO PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ EM DIREITO DAS FAMÍLIAS EM NÚMEROS.

ANA CARLA HARMATIUK MATOS
Doutora e Mestra em Direito pela Universidade Federal do Paraná e Mestra em Derecho Humano pela Universidad Internacional de Andalucía. Tutora in Diritto na Universidade di Pisa-Italia.

Professora Titular em Direito Civil na Universidade Federal do Paraná. Vice-Presidente do IBDCivil. Diretora Regional-Sul do IBDFAM. Advogada militante em Curitiba. Conselheira Estadual da OAB-PR. Membro Consultora da Comissão Especial de Direito das Sucessões do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

BIANCA DE ALMEIDA PASSOS
Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Residente no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

EDUARDO AUGUSTO SALOMÃO CAMBI
Pós-Doutor em Direito pela Università degli Studi di Pavia (Itália). Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz (FAG). Professor visitante do Curso de Doutorado de Direito e Gênero da Università degli Studi di Palermo. Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR). Desembargador (Substituto) do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR). Ex-Promotor de Justiça do Ministério Público do Paraná (MPPR). Presidente da Comissão Científica do Instituto Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões – IBDFAM nacional. Membro da Academia Paranaense de Letras Jurídicas. Vencedor do 2º Concurso Nacional de Decisões Judiciais e Acórdãos em Direitos Humanos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Autor de livros, capítulos de livros e artigos científicos, atuando principalmente nos seguintes temas: Sistema de Justiça, Constituição e Direitos Humanos, Direito Processual Civil, Família e Perspectiva de Gênero. livros.

3. REGIME DE BENS: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O CÓDIGO CIVIL DE 2002 E O PROJETO DE LEI N. 4/2025.

LAÍS MELLO HAFFERS
Alumna especial no programa de Doutorado em Direito da Universidade de São Paulo (USP). Mestra em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista em Direito de Família e Sucessões pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP). Membro do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). Membro do Instituto Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões (IBDFAM). Membro da Comissão de Direito de Família e Sucessões da OAB Campinas. Sócio Fundadora do Mello Haffers Advogados.

4. O RECONHECIMENTO JURÍDICO DO TRABALHO DE CUIDADO NO DIREITO DAS FAMÍLIAS.

BRUNELLA POLTRONIERI MIGUEZ
Doutora em Direito. Mestra em Políticas Públicas e em Direitos Fundamentais. Advogada, com especialização em Direito das Famílias e em Direitos Humanos. Membro do Instituto Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões – IBDFAM.

5. NOVAS PRÁTICAS PSICOLÓGICAS EM CONTEXTOS DE LITÍGIO FAMILIAR: PROJETO RESTAURANDO VÍNCULOS.

ANALICE DE SOUSA ARRUDA VINHAL DE CARVALHO
Doutora em Psicologia. Estágio Pós-Doutoral em Psicologia no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

LILA MARIA SPADONI
Doutora em Psicologia. Professora Adjunta na Pontifícia Universidade Católica de Goiás no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia. DANDARA CAMPOS DE OLIVEIRA Acadêmica de Psicologia da PUC-Goiás – Bolsista de Iniciação Científica.

6. DESCARTE DE EMBRIÕES EXCEDENTÁRIOS: O GAP NO CENÁRIO PRÁTICO E NORMATIVO BRASILEIRO.

LAURA AFFONSO DA COSTA LEVY
Doutoranda em Estudos Políticos e Humanitários UFP/PT. Mestra em Bioética UMSA/AR. Professora universitária. Advogada e Consultora em Bioética e Biodireito. Diretora do Departamento de Direito e Bioética IARGS.

7. DOUTRINA MATTEO: DA INCONSTITUCIONALIDADE DA FILIAÇÃO MONOAXIAL – A ASSIMETRIA PROBATÓRIA ESTRUTURAL NAS AÇÕES DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE E A EXIGÊNCIA CONSTITUCIONAL DA PLURIDIMENSIONALIDADE FILIATÓRIA

LIAN BRENDON MATTEO MARINHO TELLES DUTRA GONÇALVES
Advogado. Especialista em Direito de Família. Formulador da Doutrina Matteo da Assimetria Filiatória.

8. ENTRE ACERTOS E DESACERTOS: A COMUNICABILIDADE DA VALORIZAÇÃO DAS QUOTAS SOCIETÁRIAS NO PROJETO DE REFORMA DO CÓDIGO CIVIL.

DAVID MANDELBAUM
Mestrando em Direito na Universidade de São Paulo. Advogado.

9. LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL: POSSÍVEL LACUNA À PROTEÇÃO INTEGRAL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DIANTE DA REVOGAÇÃO LEGISLATIVA.

RAISSA CORRÊA BORGES DE OLIVEIRA
Mestranda na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia. Advogada.

GUSTAVO HENRIQUE VELASCO BOYADJIAN
Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Doutor em Ciências da Saúde pela UFU. Mestre em Direito Empresarial pela Universidade de Franca. Especialista em Direito Civil pela UFU. Advogado.

10. O ATAQUE (MASCULINO) À DIMENSÃO FEMININA NOS PROCESSOS DE ALIMENTOS EM FAVOR DOS FILHOS BASEADO EM UM OLHAR PSICANALÍTICO.

JOÃO ALBERTO SILVA DE OLIVEIRA
Advogado. Membro do IBDFAM e da Comissão de Práticas Extrajudiciais do IBDFAM/BA. Pós-Graduado em Direito das Famílias e Sucessões pela UCSal (Universidade Católica do Salvador).

11. O CUIDADO INVISÍVEL NO DIREITO DE FAMÍLIA: PRESENÇA FUNCIONAL, CONTINUIDADE FÁTICA DO CUIDADO E OS LIMITES DA IGUALDADE PARENTAL FORMAL COMO CATEGORIAS DE OBSERVAÇÃO JURÍDICA.

GABRIELA MOREIRA COELHO
Advogada da União. Pesquisadora independente em Direito de Família e teoria do cuidado.

12. AS FAMÍLIAS DA PÓS-MODERNIDADE E SUAS CARACTERÍSTICAS.

ANA GABRIELLY DE SOUZA FERREIRA
Advogada e Pós-Graduada em Direito das Famílias pelo Gran Cursos Online/ UNIMAIS – Faculdade Educamais.

13. AMBIENTE JUDICIAL SEGURO PARA AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR.

MARCELO GONÇALVES DE PAULA
Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG). Titular do 2º Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher da Comarca de Belo Horizonte/ MG. Integrante da Coordenadoria da Mulher em Violência Doméstica do TJMG (COMSIV). Mestre em Direito pela

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Superior Tribunal de Justiça (ENFAM). Membro do Fórum Nacional de Juízas e Juízes de Violência Doméstica e Familiar (FONAVID).

ANA GRAZIELA VAZ DE CAMPOS ALVES CORRÊA
Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (TJMT). Titular da Segunda Vara Especializada em Famíla e Sucessões da Capital. Mestranda em Direitos Fundamentais e Democracia pelo Centro Universitário do Brasil, UNIBRASIL, Segunda Vice-Presidente do Fórum Nacional de Juízas e Juízes de Violência Doméstica e Familiar (FONAVID).

VAGNER DUPIM DIAS
Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (TJMT). Titular da Quinta Vara Cível de Tangará da Serra/MT Mestrando em Direitos Fundamentais e Democracia pelo Centro Universitário do Brasil, UNIBRASIL.

- **DECISÃO COMENTADA**

ARBITRAMENTO DE ALUGUÉIS EM IMÓVEL COMUM: A MORADIA DOS FILHOS COMO LIMITE A ESSE DIREITO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ).

MARIA CLARA NARCISO DE PAULA
Advogada. Pós-Graduada em Direito Tributário pela PUC Minas. Graduada em Direito pelo IBMEC.

MARIA GORETH MACEDO VALADARES
Advogada e Sócia do Escritório Câmara e Valadares especializado em Família e Sucessões. Doutora e Mestra em Direito Privado pela PUC Minas. Professora na PUC Minas e no IBMEC. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões, seção MG. Membro da Comissão Científica de Direito de Família da OAB/MG.

EDIÇAO 76 – JUL/AGO DE 2026

1. A DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA FÍSICA NA FRAUDE À MEAÇÃO – O TESTA DE FERRO ASCENDENTE E O ALCANCE DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO NO JUÍZO DE FAMÍLIA.

ROLF MADALENO
Mestre em Direito Processual Civil pela PUC-RS e advogado com exclusividade na área do Direito de Família e Sucessões em Porto Alegre e São Paulo. Professor visitante na Pós-Graduação das Faculdades de Direito da ULBRA, da UNIRITTER e da UNISC (localizadas no Rio Grande do Sul), da UNICENP (em Curitiba-PR), do JusPodivm (na Bahia) e da UNIT (em Aracaju-SE). Professor convidado na Pós- -Graduação em Direito de Família da UNIFOR, na UFBA, nas Faculdades Borges de Mendonça, do CESUC (em Florianópolis-SC), na Escola da Magistratura do Estado do Maranhão, da Escola de Magistratura de São Paulo, na Escola de Direito de Campo Grande-MS, em Direito de Família na UFRGS, em Direito de Família e Sucessões da Legale Cursos Jurídicos, na Escola Superior de Advocacia e da Escola Paulista de Direito (localizadas em São Paulo). Membro da AIJUDEFA (Asociación Internacional de Juristas de Derecho de Familia). Autor de artigos em livros e revistas de Direito de Família e Sucessões no Brasil e no exterior.

RAFAEL MADALENO
Advogado. Especialista em Direito de Família pela PUC-RS. Coautor dos livros Guarda compartilhada física e jurídica; Responsabilidade civil no direito de família; e Alimentos, aspectos materiais, Sócio do Escritório Madaleno Advogados Associados.

2. GUARDA COMPARTILHADA (AFFIDAMENTO CONDIVISO) E PLANO PARENTAL (PIANO GENITORIALE): FUNÇÕES, LIMITES E PERSPECTIVAS NO DIÁLOGO ENTRE

ITÁLIA E BRASIL.

DIEGO FERNANDES VIEIRA
Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior no âmbito do Programa Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), na Università degli Studi di Palermo, Itália. Mestre em Ciências Jurídicas pela UniCesumar. Bacharel em Direito pela UniCesumar e em Administração pela UNIASSELVI. Pós-Graduado em Psicologia Educacional, Direito Civil e MBA em Gestão Empresarial pela UNIASSELVI. Professor universitário e pesquisador.

ANA CARLA HARMATIUK MATOS
Doutora e Mestra em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Mestra em Derecho Humano pela Universidad Internacional de Andalucía. Tutora in Diritto na Università di Pisa, Itália. Professora Titular de Direito Civil na Universidade Federal do Paraná. Vice-Presidente do IBDCivil. Diretora Regional Sul do IBDFAM. Advogada em Curitiba. Conselheira Estadual da OAB-PR. Membro Consultora da Comissão Especial de Direito das Sucessões do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

3. A ESCUTA DA CRIANÇA EM JUÍZO.

MARIA REGINA FAY DE AZAMBUJA
Procuradora de Justiça jubilada. Especialista em Violência Doméstica pela USP. Mestra em Direito pela UNISINOS. Doutora em Serviço Social pela PUCRS. Professora de Direito da Criança e do Adolescente na PUCRS. Sócia do IARGS. Autora de inúmeras obras e publicações na área da infância e de Direito de Família.

GABRIELA RIBEIRO FILIPOUSKI
Psicóloga. Mestra em Saúde da Criança e do Adolescente.

JÚLIA CAVALCANTE BOCCHESE
Advogada. Integrante do Grupo de Estudos do Direito da Criança da Escola de Direito da PUCRS.

4. A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NO PROJETO DE LEI N. 4/2025: MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS OU REFORMA SEM RESPOSTAS?

ALEXANDRA NEVES PINHEIRO
Mestranda em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisa em Direito Civil- -Constitucional, Família, Sucessões e Mediação da UFRGS, coordenado pela Professora Simone Tassinari Cardoso, vinculado ao PPGD da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Advogada.

BÁRBARA APARECIDA NUNES SOUZA
Doutoranda em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Mestra em Direito das Crianças, Famílias e Sucessões pela Universidade do Minho. Pesquisadora no Grupo de Estudos em Direito de Família e Sucessões em Perspectiva – GFAM/UFSC/CNPQ. Advogada.

5. A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA TUTELA HABITACIONAL NAS ENTIDADES FAMILIARES CONTEMPORÂNEAS: LIMITES E POSSIBILIDADES DE PROTEÇÃO DO CONVIVENTE SOBREVIVENTE NO DIREITO BRASILEIRO.

CELINA DE FÁTIMA SOBRINHA
Doutoranda em Ciências Jurídicas. Pesquisadora nas áreas de Direito Civil, Direito das Famílias e Direito das Sucessões. Graduada em Direito.

6. PROJETO DE VIDA INTERROMPIDO: EDUCAÇÃO, CUIDADO E ALIMENTOS NA MATERNIDADE SOLO PRECOCE.

HELIO SISCHINI DE CARLI

Pós-Graduado em Direito de Família e Sucessões pela Faculdade Damásio. Pós- -Graduado em Direito Processual das Famílias e Sucessões pela Faculdade Atame. Presidente da Comissão de Família e Tecnologia do IBDFAM/ES. Membro da Comissão de Família e Tecnologia do IBDFAM. Membro da Comissão Nacional do Agronegócio Família e Sucessões do IBDFAM. Professor de Direito Civil e Processo Civil da Faculdade Anhanguera Linhares/ES. Autor de artigos jurídicos e coautor de livros. Advogado.

NELISA GALANTE
Tabeliã de Notas e Registradora Civil. Mestra em Sociologia Política. Especialista em Direito Público, Direito Notarial e Registral e Família e Sucessões. Idealizadora do Projeto "Domine o Extra". Docente do "Inventário Extrajudicial na Prática – IEP". Presidente da Comissão de Notários do IBDFAM/ES. Membro da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ/ES).

7. PROJETO DE VIDA INTERROMPIDO: EDUCAÇÃO, CUIDADO E ALIMENTOS NA MATERNIDADE SOLO PRECOCE.

EDUARDO AUGUSTO SALOMÃO CAMBI
Pós-doutor em Direito pela Università degli Studi di Pavia (Itália). Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor Associado na Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e no Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz (FAG). Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR). Desembargador (Substituto) do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR). Ex-Promotor de Justiça do Ministério Público do Paraná (MPPR). Presidente da Comissão Científica do Instituto Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões – IBDFAM nacional. Membro da Academia Paranaense de Letras Jurídicas. Vencedor do 2º Concurso Nacional de Decisões Judiciais e Acórdãos em Direitos Humanos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Autor de livros, capítulos de livros e artigos científicos, atuando principalmente nos seguintes temas: Sistema de Justiça, Constituição e Direitos Humanos, Direito Processual Civil, Família e Perspectiva de Gênero.

MELINA GIRARDI FACHIN
Doutora em Direito Constitucional, com ênfase em Direitos Humanos, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP.) Estágio Pós-Doutoral realizado na Universidade de Coimbra no Instituto de Direitos Humanos e Democracia (2019/2020). *Visiting researcher* da Harvard Law School (2011). Mestra em Direitos Humanos pela (PUC/SP). Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente Diretora na Faculdade de Direito, Professora Associada do Curso de Graduação em Direito e docente permanente do Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito – Mestrado e Doutorado da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Com área de atuação no Direito Constitucional e Direitos Humanos.

NARA VEIGA BORGES
Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestranda em Direito, na área de Direitos Humanos e Democracia, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisadora vinculada ao grupo Constitucionalismo Feminista (UFPR).

8. A RECONSTRUÇÃO DA VONTADE DO FALECIDO NA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL POST MORTEM.

JÚLIA RIBEIRO DE CASTRO
Doutoranda, Mestra e Especialista em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Defensora Pública da DPGE/RJ.

9. A RESPONSABILIDADE PARENTAL NO USO DAS REDES SOCIAIS PELOS FILHOS MENORES DE IDADE: O DEVER DOS PAIS DE ZELAR O DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL DOS FILHOS NO AMBIENTE DIGITAL.

ALMIR GARCIA FERNANDES
Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Doutor

em Direito Comercial pela PUC – SP. Mestre em Direito das Relações Econômico-Empresariais pela Universidade de Franca. Especialista em Direito Processual Civil pela UFU. Advogado.

GUSTAVO HENRIQUE VELASCO BOYADJIAN
Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Doutor em Ciência da Saúde pela UFU. Mestre em Direito Empresarial pela Universidade de Franca. Especialista em Direito Civil pela UFU. Advogado.

GIOVANNA GIL DA SILVA
Advogada. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia.

10. A RETRIBUIÇÃO E A REMUNERAÇÃO DO CUIDADO SOB A PERSPECTIVA NOTARIAL: AUTONOMIA PRIVADA E PREVENÇÃO DE LITÍGIOS.

FERNANDA LEITÃO
Bacharela em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tabeliã do 15º Ofício de Notas da Capital do Rio de Janeiro desde 1998, por meio de concurso público. Ex-Procuradora do Estado, concursada da Procuradoria do Município do Rio de Janeiro. Advogada.

11. ALIENAÇÃO PARENTAL MATERNA E VIOLÊNCIA PROCESSUAL: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA E JURÍDICA DAS DINÂMICAS FAMILIARES EM LITÍGIO.

ANA LUISA HAUPT LAUX
Psicanalista. Perita Judicial e Acadêmica do 8º Período do Curso de Direito – Faculdade de Direito Verbo Educacional.

CAROLINA FERNÁNDEZ FERNANDES
Professora e Coordenadora da Faculdade de Direito da Verbo Educacional, Advogada.

12. ALIENAÇÃO PARENTAL, PERSPECTIVA DE GÊNERO E PROTEÇÃO INTEGRAL DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES.

KARLA FARIAS VIEIRA
Promotora de Justiça das Famílias – São Luís/MA. Presidente do IBDFAM/ MA. Promotora de Justiça Titular da 15ª Promotoria Cível de São Luís/MA – 5ª Promotora de Justiça das Famílias de São Luís/MA. Mestra em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Doutora em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca/Espanha, com revalidação pela USP. Professora na Escola Superior do Ministério Público do Maranhão.

EDUARDO CAMBI
Pós-Doutor em Direito pela Università degli Studi di Pavia (Itália). Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz (FAG). Professor visitante do Curso de Doutorado de Direito e Gênero da Università degli Studi di Palermo. Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR). Desembargador (Substituto) do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR). Ex-Promotor de Justiça do Ministério Público do Paraná (MPPR). Presidente da Comissão Científica do Instituto Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões IBDFAM nacional. Membro da Academia Paranaense de Letras Jurídicas.

13. ASSISTÊNCIA TÉCNICA: RELAÇÃO ENTRE ADVOGADOS E PSICÓLOGOS NOS PROCESSOS NAS VARAS DE FAMÍLIA.

VIVIAN DE MEDEIROS LAGO
Doutora em Psicologia. Especialista em Psicologia Jurídica. Professora no Instituto de Pós-Graduação e Graduação (IPOG). Assistente técnica em Varas de Família.

RAYLON MENDES MACIEL

Especialista em Criminologia e Ciências Criminais. Analista especializado em Psicologia da Defensoria Pública Estado do Tocantins.

KARINA AZEN
Mestra em Direito. Especialista em Psicologia Jurídica. Advogada atuante nas Varas de Família.

14. VIOLÊNCIA PATRIMONIAL CONTRA A MULHER: A ATUAÇÃO PREVENTIVA INTEGRADA DA ADVOCACIA, DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DOS NOTARIADOS.

FLÁVIA GENTIL
Mestra em Soluções Alternativas e Controvérsias Empresariais pela Escola Paulista de Direito (EPD). Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões pela mesma instituição. Sexta tabeliã de notas de Santo André (SP). Diretora do Colégio Notarial de São Paulo. Coordenadora da Comissão de Direito Notarial do IBDFAM/SP. Membro da Escola de Altos Estudos do Colégio Notarial de São Paulo.

JULIANA MENDONÇA GENTIL TOCUNDUVA
Promotora de Justiça em São Paulo desde 1999, titular na Promotoria de Justiça de Enfrentamento à Violência Doméstica de São Paulo e, desde 2019, com atuação na Casa da Mulher Brasileira. Especialização Diritto Penale e Violenza Doméstica – Crimini di Genere e Abusi contra i Minori – Università degli Studi di Roma Tor Vergata, 2016. Membro da COPEVID (Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a mulher). Diretora da Associação Brasileira de Mulheres de Carreiras Jurídicas (ABMCJ) de São Paulo.

TAÍS NADER MARTA
Doutora em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Mestra em Direito pela Instituição Toledo (ITE) de Bauru. Advogada. Professora. Presidente da Associação Brasileira de Mulheres de Carreiras Jurídicas (ABMCJ) de São Paulo.

- **DECISÃO COMENTADA**

CONSENTIMENTO PROCRIACIONAL REVOGÁVEL E DESCARTE DE EMBRIÕES EXCEDENTÁRIOS – COMENTÁRIO À APELAÇÃO CÍVEL N. 5004215- 73.2023.8.21.1001 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL.

ROLF MADALENO
Advogado e Professor de Direito de Família e Sucessões na Pós-Graduação da PUC-RS. Mestre em Direito Processual pela PUC-RS. Graduado pela UFRS. Diretor Nacional e sócio-fundador do IBDFAM. Integrou a Comissão de Juristas nomeada pelo Congresso Nacional para a Revisão e Atualização do Código Civil – Projeto de Lei n. 4/2025. Membro da AIJUDEFA. Palestrante e Parecerista.

- **CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA**

APROTEÇÃOCONSTITUCIONALDAHERANÇAEMDEMOCRACIASCONTEMPORÂNEAS: BREVE ANÁLISE DOS CONTEXTOS BRASILEIRO, POLONÊS E ALEMÃO.

LEONARDO LINDROTH DE PAIVA
Doutorando bolsista PROSUP/CAPES do Programa de Pós-Graduação em Direito pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil – UniBrasil. Advogado.

MARILAINE MOREIRA DE JESUS
Doutoranda bolsista PROSUP/CAPES do Programa de Pós-Graduação em Direito pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil – UniBrasil. Tabeliã e Registradora.